Segmento: Governo RS

03/05/2017 | A Plateia | Política | 8

Vereadores levam ao secretário Schirmer preocupação sobre a Fazenda Lolita

Marco Monteiro e Carlos Nilo Pintos viajam nesta quarta-feira a Porto Alegre para encontro com o titular da Segurança Pública gaúcha

A preocupação de que o Governo do Estado leve à venda, por leilão, a área de aproximadamente mil hectares da conhecida Fazenda Lolita, onde está instalado o Centro de Treinamento de Patrulhamento Rural-CTPR da Brigada Militar, na região dos Cerros Verdes, em Livramento, está mobilizando diversas autoridades das áreas da segurança pública, política e também lideranças setoriais de diversos municípios. O local, instalado dentro da Área de Preservação Ambiental-APA do Ibirapuitã, é o único Centro de Treinamento de Patrulhamento Rural na América Latina e sedia cursos e exercícios de qualificação para agentes de vários órgãos de segurança, dentre os quais Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil e a própria BM.

O temor de uma eventual venda da área foi despertado por uma visita feita por um técnico do Governo do Estado, que fez uma avaliação completa do estabelecimento, inclusive, sobre o valor da hectare naquela localidade. Através do diretor administrativo da Companhia Estadual de Silos e ArmazénsCESA, Lúcio do Prado, os vereadores Carlos Nilo Pintos - PP e Marco Monteiro - REDE Sustentabilidade, conseguiram agendar reunião para esta quinta-feira com o secretário estadual de Segurança Pública, César Schirmer, a fim de saber dele uma posição oficial a respeito dessa possibilidade e também para manifestar a contrariedade da comunidade santanense e de representantes dos órgãos da segurança pública de várias cidades em relação a uma eventual venda.

Na semana passada, a convite do comandante do 2°RPMon, Ten Cel Adilomar Jacson Silva, o vereador Carlos Nilo fez uma visita às instalações da Lolita, acompanhado por sua assessoria, quando conheceu as instalações desse importante local de qualificação do serviço de segurança pública, no Rio Grande do Sul. Com base nessas informações e com a consciência da importância desse CTPR para o treinamento e qualificação dos agentes da segurança pública, Carlos Nilo segue hoje para Porto Alegre, juntamente com seu colega Marco Monteiro, para conversar com o secretário Schirmer.

Em ofício que será entregue ao titular da pasta, como representante oficial do Governo do Estado, os vereadores lembram que a Fazenda Lolita está situada dentro da Área de Preservação Ambiental – APA do Ibirapuitã, local da nascente do Rio Ibirapuitã, e que historicamente tem acolhido a realização de cursos importantes para a qualificação dos serviços de proteção tanto da economia gaúcha, sabidamente fundamentada na produção primária, quanto da integridade da população em geral e, principalmente, dos próprios agentes da área da segurança pública. “Sua importância e a qualidade dos cursos ali realizados ao longo dos anos, ademais, conquistaram um reconhecimento que ultrapassa fronteiras e limitações institucionais: além dos próprios oficiais e soldados da BM, participam dos cursos de patrulhamento rural, dentre outras aulas de qualificação realizadas no CTPR instalado na Fazenda Lolita, agentes da Polícia Federal, da Polícia Civil, SUSEPE, e ainda agentes designados de outras Forças Policiais, a exemplo dos ‘Carabineros’, do Chile, policiais do Uruguai e da Argentina, através de convênios de parceria e integração entre as Forças da Segurança Pública no Cone Sul, e até mesmo profissionais de empresas privadas, que buscam na experiência de nossos valorosos brigadianos, o conhecimento para o exercício qualificado de suas atividades”, segundo lembra o vereador Carlos Nilo.

Conforme ele, além do treinamento para as ações de patrulhamento rural e combate ao crime de abigeato, na fazenda Lolita ainda são realizados cursos de abordagem com veículos, cursos de tiro, manuseio com animais, entre tantos outros. “Da mesma forma, ainda acontecem encontros de famílias e crianças envolvidas em processos de adoção, para oportunizar que se conheçam melhor e pensando na preservação ambiental”, acrescenta.

A audiência desta quinta feira deverá oportunizar aos vereadores, em nome da comunidade santanense, formalizarem um pedido de atenção especial de Schirmer no sentido de garantir “que esse risco seja realmente um mero temor da sociedade de Sant’Ana do Livramento e gaúcha como um todo”, explica o vereador. O encontro com o secretário César Schirmer está marcado para esta

quinta-feira pela manhã, na Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul.

03/05/2017 | Bom Dia | Política | 3

Líder do governo visita Erechim

Deputado estadual Gabriel Souza diz que o cenário estadual e nacional exige o enfrentamento necessário

O líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Gabriel Souza (PMDB), esteve em Erechim na última sexta-feira (28). O parlamentar de 33 anos que cumpre o primeiro mandato no parlamento gaúcho manteve agenda política e visitou a redação do Bom Dia. Em entrevista exclusiva reforçou a importância dos projetos de reestruturações para o Rio Grande do Sul. Para o deputado, que realizou uma análise do cenário nacional e estadual, as reformas trabalhistas, previdenciárias e o Plano de Modernização do Estado são fundamentais para o desenvolvimento. "É preciso que façamos uma avaliação de qual futuro queremos. Esse cenário que se apresenta, seja na esfera nacional ou estadual, precisa mudar. E para isso precisamos fazer o enfrentamento necessário, através de medidas imprescindíveis para que possamos alavancar a economia e investir devidamente em áreas prioritárias como segurança, saúde e educação", declarou.

"Estamos prontos para o enfrentamento e para o diálogo sincero, com determinação e coragem. Precisamos fazer as transformações que o Estado e o País precisam", afirmou Gabriel.

Projeto político

O líder do governo também destacou a importância no esclarecimento à população sobre as decisões políticas que serão tomadas. "Sem termos complexos e frases feitas, as informações precisam ser repassadas com conteúdo claro e objetivo. E é com esse objetivo que o PMDB do Rio Grande do Sul promove o projeto Construindo o Amanhã - as reformas que o País e o Rio Grande precisam, com uma série de fóruns e encontros que levará à base partidária conteúdo técnico e político sobre assuntos em pauta no cenário nacional e estadual. Esta é a travessia necessária para garantir um futuro com mais empregos, equilíbrio econômico e investimentos", frisou o parlamentar.

Gabriel reafirma que o momento político exige que o partido elabore um discurso que não pode ser comodista. "Não basta falar contra. Temos que abordar as reformas Trabalhista, Previdenciária e o Plano de Modernização do Estado com elementos técnicos", declarou. Os encontros iniciaram em Palmeira das Missões, Palmeira das Missões e Panambi. Também estão na agenda os municípios de Santa Maria, Pelotas e Lajeado. Para Erechim, segundo o deputado, uma agenda deve ser avaliada para contemplar os municípios da região do Alto Uruguai.

Troca de secretariado no Estado

Em relação ao anúncio feito pelo governador José Ivo Sartori (PMDB) sobre a troca no secretariado do governo, Gabriel afirma que esta foi uma decisão acertada do Executivo estadual. "Além de ser natural a reformulação do governo, o processo vem para reafirmar uma caminhada, além de ir ao encontro dos objetivos da coordenação política do Estado. Em especial, a pasta de Educação, que será ocupada por Ronald Krummenauer, diretor executivo da Agenda 2020, que assumirá sem nenhum vínculo partidário. Ainda, destaco a mudança envolvendo a Casa Civil e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (Sdect). A Casa Civil tem um ritmo extremamente intenso e o Márcio Biolchi já cumpriu o seu papel e agora retorna para a Sdect, onde desempenhará um trabalho fundamental. E o Fábio Branco é devidamente qualificado para assumir a Casa Civil do Estado", frisou o deputado.

Questionado sobre o PSDB, que estará à frente da pasta de Minas e Energia, Gabriel Souza disse que Artur Lemos Júnior - futuro titular da secretaria - já estava no comando dos trabalhos interinamente. As mudanças no secretariado envolvem as casas Militar e Civil, e as secretarias de Minas e Energia; Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia; Segurança Pública; da Educação; de Obras, Saneamento e Habitação, e do Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos. Os atos de posse dos novos secretários serão marcados nos próximos dias.

03/05/2017 | Bom Dia | Geral | 5

Hospital Santa Terezinha é contemplado com recursos

Direção da entidade disse que o valor ainda não chegou aos cofres mas que será utilizado no projeto de ampliação da UTI adulto

O governo do Estado destina cerca de R$ 12,7 milhões para viabilizar a compra de equipamentos, aquisição de veículos, obras de ampliação e reforma em hospitais e santas casas. A liberação dos recursos foi confirmada na sextafeira (28) pelo secretário da Fazenda, Giovani Feltes, e atende às prioridades definidas pelas respectivas comunidades no processo da Consulta Popular de 2016. Perto de R$ 1 milhão deste total corresponde às pendências ainda da Consulta de 2014.

Serão contempladas 99 instituições de diferentes regiões, conforme a distribuição pelos Coredes (Conselho Regional de Desenvolvimento). Erechim está entre os municípios contemplados com o valor de R$ 420.178.

O recurso, segundo a direção da Fundação Hospitalar Santa Terezinha, ainda não chegou aos cofres da entidade, porém, a notícia foi recebida com otimismo pela equipe.

Conforme o diretor administrativo, Márcio Antunes Pires, o valor já possui destinação e poderá ser utilizado como importante suporte no projeto de ampliação da UTI Adulto que conta atualmente com 11 leitos. A meta é ampliar para 20 leitos. A obra física tem um custo estimado de R$ 685.611,24, o que representa a necessidade de uma contrapartida do hospital. Além disso, pode haver investimentos em equipamentos e recursos humanos. "Temos um projeto que foi organizado no ano passado e já está aprovado pela Vigilância Sanitária. Caso esse recurso chegue logo, conseguiremos colocar em prática essa primeira parte do projeto, pois atendemos todo o Estado e pelo menos desde o ano de 1999 o setor não passa por ampliação", comentou.

Após a confirmação de chegada do recurso e o processo de licitação, a obra pode demorar um prazo médio de seis meses para ser concluída.

A planta também contempla melhorias nos setores da UTI Pediátrica, Neonatal e Centro Obstétrico, os quais dependem de outros recursos para serem efetivados.

Segundo o governo estadual, o valor liberado por conta da Consulta Popular é um adicional à cota mensal de R$ 170 milhões que está definida em termos de repasses para que a Saúde, recursos que servem para atender os convênios com hospitais públicos e aos programas executados em parceria com os municípios.

03/05/2017 | Correio do Povo | Ensino | 9

Ronald assume o comando da SEC

O administrador de empresas Ronald Krummenauer será empossado hoje, às 15h, em solenidade no Palácio Piratini, em Porto Alegre, como novo secretário estadual da Educação. Ele irá substituir Luís Alcoba de Freitas, que retornará à Advocacia-Geral da União. Já o cargo de secretária-adjunta da Educação permanece com a professora e ex-secretária Iara Wortmann, que também é responsável pela direção-geral da SEC.

Ronald é graduado em Administração de Empresas e Ciências (Unisinos); e tem pós-graduação em Finanças e Informática Empresarial. Seu currículo inclui, entre outros, cursos de Planejamento e Controle de Custos e Orçamento; e Sistema Gestão para a Qualidade. Desde 1999, é diretor executivo da Polo RS — Agência de Desenvolvimento (ONG). E desde 2006 é também diretor executivo da Agenda 2020. Foi gerente e diretor do Sebrae/RS (1991 a 1999), gerente de Administração/ Finanças e coordenador de Organização/Métodos e Sistemas do Grupo Isdra (1986 a 1990).

03/05/2017 | Correio do Povo | Geral | 12

Navegação pode ser interrompida

A navegação nas hidrovias do Rio Grande do Sul poderá ser interrompida por falta de dragagem. O alerta é dos sindicatos dos Trabalhadores no Serviço Portuário de Rio Grande (Sindiporg) e dos Técnicos de Nível Universitário Trabalhadores em Hidrovias e

Portos de Porto Alegre, Triunfo, Pelotas e Cachoeira do Sul (Sindihidrovia).

No documento encaminhado ao governador José Ivo Sartori, com cópia para as secretarias dos Transportes e do Planejamento, as categorias explicam que existe a iminência da interrupção da navegação nas hidrovias gaúchas, especialmente nos canais de acesso ao Polo Petroquímico e ao rio Gravataí, onde estão localizados os terminais de distribuição de GLP à Região Metropolitana da Capital.

Segundo o Sindihidrovia, a interrupção do serviço vai ocorrer pela demissão dos trabalhadores da Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH) em razão da extinção do órgão. A lei que extinguiu a SPH destaca que a responsabilidade pelas dragagens passa a ser da Superintendência do Porto de Rio Grande. Para o presidente do Sindiporg, Rui Eduardo Mendes, a SPH desenvolve atividade de extrema importância na área de infraestrutura de transporte aquaviário e portos interiores.

O Sindihidrovia diz ainda que o Estado é detentor de parques de dragagens com condições de efetuar manutenções emergenciais de canais artificiais das hidrovias que interligamos portos de Porto Alegre, Pelotas, Cachoeira do Sul e Estrela, além do Polo Petroquímico e do Porto de Rio Grande. A Secretaria dos Transportes informou que o assunto foi encaminhado à Superintendência do Porto de Rio Grande, que ainda não se manifestou.

03/05/2017 | Diário da Manhã | Geral | 5

A propósito:

Nadja Hartmann

Márcio Biolchi nem bem assumiu a nova secretaria no governo Sartori e já se fala na possibilidade dele ser chamado para a Câmara dos Deputados para reforçar o placar do governo Temer na votação da Reforma da Previdência... Era tudo o que ele queria evitar...

03/05/2017 | Diário de Canoas | Capa | 1

Vida dele depende disto

Página 5

03/05/2017 | Diário de Canoas | Comunidade | 5

AL deve retomar votações no dia 9

Porto Alegre - Após o governo de José Ivo Sartori retirar o regime de urgência de cinco projetos de lei que trancaram a pauta por quase três meses, a Assembleia Legislativa (AL) retomará no próximo dia 9 a votação de 50 matérias. Três, do Executivo, passam a trancar a pauta. São os casos da prorrogação de contratos emergenciais na Secretaria de Obras e das alterações e modificações na Lei do ICMS. Líder do PSDB no Parlamento, o deputado Lucas Redecker não esconde o alívio com a perspectiva da retomada dos trabalhos em ritmo mais forte. "O que ficou muito claro é que a partir da semana que vem começaremos a votar todos os projetos. É inadmissível que a Assembleia tranque a pauta por tanto tempo, queremos que as coisas fluam", diz o tucano.

Quanto à polêmica Pro posta de Emenda Constitucional (PEC) que retira a obrigatoriedade de plebiscito para a venda de estatais, Redecker assinala. "Ele (o governo) vai manter a PEC na AL pra tentar aprovar, mesmo que neste momento sejam remotas as chances de obter os 33 votos", diz, argumentando que os movimentos do Pira-tini em relação a alguns projetos dependem dos acontecimentos de Brasília, o que explicaria a demora nas votações. Em trincheira oposta, a deputada Juliana Brizola (PDT) acredita que o governo perdeu o "timming" para votar qualquer uma das propostas do Ajuste Fiscal. "Pensei que desde o final do ano passado, quando já não conseguiu votar alguns projetos, tivesse dado um tempo pra rearticulação, para uma base mais sólida. Mas constatei o contrário, o afastamento de parlamentares da própria base', assinala ela.

03/05/2017 | Diário de Santa Maria | Política | 9

Dados abertos

O governador José Ivo Sartori assina hoje o decreto que regulamenta a política de dados abertos no Estado, de acordo com a Lei de Acesso à Informação. Dados Abertos são informações públicas produzidas pelas instituições estatais e disponíveis para acesso de todos os cidadãos.

03/05/2017 | Diário de Santa Maria | Saúde | 13

Campanha quer ajudar Esther a fazer uma cirurgia

Esther Marques Camilo ainda não fala, nem consegue ficar em pé, mas nos seus quatro meses de vida percorreu muitos consultórios e passou por dezenas de exames. Aliás, os primeiros 28 dias fora da barriga da mãe, ela passou no Centro de Terapia Intensiva (CTI) do Hospital de Caridade de Santa Maria. A segunda filha de Thais Marques Camillo, 32, e Moisés Camilo, 31, nasceu em 6 de janeiro, com quase 38 semanas e exatos três quilos.

Mas ela apresentava dificuldade para respirar e foi encaminhada direto para o CTI. O casal tem também uma filha mais velha, Emanuelly Marques Camillo, 4 anos. Depois de alguns exames, segundo a mãe, os médicos verificaram que Esther tinha uma cardiopatia — uma comunicação interatrial que deveria ter fechado no nascimento, mas isso não ocorreu. Passados 10 dias, pais e equipe do hospital tiveram uma surpresa. — Por um milagre - os médicos não sabem explicar - essas aberturas se fecharam completamente — contou Thais. Contudo, os orifícios eram apenas um dos indícios que apontaram para o verdadeiro diagnóstico. Ao receber a bebê após o parto, o pediatra percebeu nela alguns sinais que foram elucidados após um exame genético.

O laudo apontou para uma alteração cromossômica extremamente rara, conforme a geneticista do Hospital Universitário (Husm) que atendeu a bebê, Juliana Josahkian. — Nosso maior medo é que ela tivesse risco de morrer. Descobrimos que não - contou a mãe. A médica alertou para os problemas que Esther poderia ter em função da alteração. Além do problema cardíaco, que a menina apresentou logo ao nascer e do qual se recuperou, ela poderia desenvolver problemas renais (o que não ocorreu), atraso na capacidade locomotora, na fala e no sistema cognitivo.

Por isso, Esther a partir de consulta com um neuropediatra, já está em tratamento com fisioterapeuta e fonoaudióloga. O maior risco para Esther, atualmente, é que a parte da frente do crânio dela está fechada, diferentemente do que ocorre nos demais bebês, que têm a parte frontal, assim como outras regiões da cabeça, aberta até que o cérebro da criança cresça e o osso se feche naturalmente. - Esse é o risco. O cérebro dela tem espaço para crescer atrás da cabeça, mas, na parte da frente, não tem. Se ela não fizer a cirurgia, pode ter alguma alteração neurológica — explica Thais.

CAMPANHA

Agora, os pais correm contra o tempo para arrecadar o valor orçado para a cirurgia, cerca de R$ 140 mil. É que a recomendação, no caso da Esther, é que o procedimento seja feito o quanto antes ou até, no máximo, os sete meses. Para resistir às cerca de oito a 10 horas de cirurgia, ela precisa ganhar peso, no mínimo sete quilos. Hoje, ela tem cinco. A cirurgia é muito delicada, por isso, os pais optaram por fazê-la com médico particular que acompanha o caso da bebê. Antes de decidir, os pais procuraram a Defensoria Pública da União para se informar e descobriram que o procedimento é ofertado pelo Sistema único de Saúde (SUS).

Mas, diante da impossibilidade de escolher o profissional que operaria a filha, e da insegurança de uma decisão administrativa que seria feita com base no menor orçamento, Thais e Moisés optaram por tentar conseguir o dinheiro. - Ficamos com medo. Nosso coração ficou apertado. Ou entregamos nossa filha para um médico que não sabemos quem é ou fazemos com o médico que conhecemos, que sabemos que tem experiência. É a vida da nossa filha - argumentou Thais. O casal, que não tem condições financeiras para custear o procedimento e ainda deve parte do valor gasto com o CTI, pensou em fazer um empréstimo. Mas, com a ajuda da igreja que frequenta — a Batista Nacional —, há um mês, lançou a campanha Juntos pela Esther, que avançou pelo país e já conseguiu 60% do montante para o procedimento.

A campanha foi se expandindo e tomou uma abrangência muito maior do que imaginávamos. Em nome de Jesus, vamos conseguir.

Estamos sendo abraçados pelas pessoas e isso tem nos dado muita força — diz esperançosa a mãe. Quem quiser ajudar a Esther pode depositar qualquer valor na conta poupança da menina na Caixa Econômica Federal, agência 2231, operação 013, conta 27059-1. Os contatos com a família podem ser feitos pelo Facebook da mãe, Thais Camilo. — O que nos tranquiliza um pouco, neste momento, é a solidariedade das pessoas. Não temos como agradecer isso. Só pedimos a Deus que recompense cada um - falou Moisés.

Hospital Regional não faz parte dos planos do Ministério da Saúde

Em reunião realizada no final da tarde de ontem, em Brasília, o deputado estadual Valdeci Oliveira (PT) e o secretário executivo do Ministério da Saúde,An-tonio Nardi, discutiram questões relacionadas à abertura do Hospital Regional de Santa Maria. E a conversa não foi nada animadora, pois já não há nada oficial sobre o assunto tramitando no ministério. — Saio daqui mais preocupado do que quando cheguei — disse Valdeci. Sobre a gestão do hospital, o secretário foi taxativo: o Ministério da Saúde não se envolve com essa questão. Esse tema é de exclusiva definição do Estado e do município. Ou seja, a gestão do Regional segue indefinida. Nardi destacou dois pontos sobre isso.

Primeiro, o veto à proposta de gestão pelo Grupo Hospitalar Conceição, de Porto Alegre. Segundo, a participação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), que, segundo o secretário, atua apenas com os hospitais universitários. Em contato com o Diário, Valdeci diz que vai ampliar a pressão sobre o governo do Estado para que a questão da gestão se resolva. O secretário também não tinha em mãos nenhum documento ou solicitação referente à compra de equipamentos. Segundo a assessoria do deputado Valdeci Oliveira, Nardi afirmou que irá apurar se existem emendas solicitadas para garantir recursos para as aquisições. Valdeci deixou a capital federal com a convicção de que o tema praticamente está fora da pauta do Ministério da Saúde.

03/05/2017 | Diário Popular | Cidades | 10

"A crise é de vergonha na cara"

Helenir Schürer, presidente do Cpers Sindicato, fala dos pacotes do governo Sartori

A presidente do Cpers Sindicato, Helenir Schürer, esteve em Pelotas na tarde de ontem e recebeu o Diário Popular na sede do 24º Núcleo, na rua 15 de Novembro.

Ela tratou dos principais temas que envolvem os servidores da educação do Estado. Helenir esteve visitando escolas para mobilizar os servidores a estarem presentes na próxima terça-feira, em Porto Alegre, onde pode ser colocado em votação na Assembleia Legislativa o restante do pacote de medidas proposto pelo governador José Ivo Sartori (PMDB). O Cpers é, atualmente, o segundo maior sindicato da América Latina, com 86 mil sócios.

A mobilização quer garantir a presença de, pelo menos, um funcionário de cada escola - o que lotaria um ônibus somente com colégios de Pelotas. O Cpers pretende, junto com outros sindicatos de servidores do Estado e movimentos sociais, pressionar os deputados
estaduais a recusarem as propostas. Entre os projetos estão a supressão de plebiscito para privatizar empresas públicas e a retirada da obrigatoriedade de prazos para o pagamento de salário e 13º dos servidores do Estado - constantemente descumpridos pelo atual governo.

Atrás de uma mesa com a bandeira do sindicato, Helenir falou claramente o que pensa como se estivesse em sala de aula - ela é professora estadual há mais de 30 anos.

O NOVO SECRETÁRIO

Entre as mudanças anunciadas na última quinta-feira nas secretarias do Estado, Ronald Krummenauer foi nomeado titular da Educação. O novo secretário tem formação em Administração de Empresas, foi gerente e diretor do Sebrae/RS e é diretor executivo da Agenda 2020, movimento formado pelo empresariado gaúcho. "Já começa muito mal, alguém que vai dirigir a educação e é um senhor totalmente desconhecido da educação", definiu Helenir, já no início da conversa. Tratando do histórico, a sindicalista disse que se preocupa com as futuras políticas. "É a agenda que pensa e propõe a diminuição do Estado, que fortalece as políticas neoliberais." De acordo com ela, faltam professores na rede, já que no ano passado se desligaram oito mil educadores. Ela ainda relatou preocupação diante de possíveis terceirizações de profissionais da educação, nos moldes da lei aprovada no Congresso

Nacional.

CEDÊNCIA PARA SINDICATOS
Entre as propostas que serão votadas nas próximas sessões da Assembleia, está o pacote de medidas visto pelo governo como solução para equilibrar as finanças.

03/05/2017 | Folha de Cachoeirinha | Geral | 8

Estado paga serviço da dívida com a União

Enquanto aguarda a votação dos últimos destaques ao projeto que estabelece o Regime de Recuperação Fiscal, o governo do Estado pagou, nesta terça-feira (2), os serviços da divida com a União referente ao mês de abril. Foram depositados RS 97,7 milhões, valor previsto na repactuação da divida aprovada em dezembro do ano passado. O socorro aos estados em maiores dificuldades financeiras, entre eles o RS, teve o texto básico aprovado na metade de abril pela Câmara dos Deputados. Desde janeiro, o Estado retomou as pagamentos para a União numa escala crescente de 5,5% a cada mês sobre o valor da parcela, que atualmente estaria perto dos R$ 310 milhões. Esta carência parcial de 18 meses se encerra em julho de 2018. Além deste valor, soma-se ainda outros R$ $0 milhões mensais por conta do período que o RS deixou de pagar a divida, entre abril e junho de 2016, aparado por uma liminar do STF.

03/05/2017 | Jornal Agora | Opinião | 2

Rápidas

GOVERNADOR José Ivo Sartori assina nesta quarta-feira (3), às 10h, no Palácio Piratini, o decreto que regulamenta a Política de Dados Abertos no Estado, de acordo com a Lei Federal 12.527/2011. No mesmo ato, será relançado o Portal Dados Abertos RS, reestruturado e com mais de mil conjuntos de dados publicados nesta etapa. Dados Abertos são informações públicas produzidas pelas instituições estatais e disponíveis em formato aberto para que todos os cidadãos e entidades possam ler, fazer download, utilizar e distribuir de outras formas, como em sites ou aplicativos, por exemplo.

03/05/2017 | Jornal de Gravataí | Geral | 8

Estado paga serviço da dívida com a União

Enquanto aguarda a votação dos últimos destaques ao projeto que estabelece o Regime de Recuperação Fiscal, o governo do Estado pagou, nesta terça-feira (2), os serviços da divida com a União referente ao mês de abril. Foram depositados RS 97,7 milhões, valor previsto na repactuação da divida aprovada em dezembro do ano passado. O socorro aos estados em maiores dificuldades financeiras, entre eles o RS, teve o texto básico aprovado na metade de abril pela Câmara dos Deputados. Desde janeiro, o Estado retomou as pagamentos para a União numa escala crescente de 5,5% a cada mês sobre o valor da parcela, que atualmente estaria perto dos R$ 310 milhões. Esta carência parcial de 18 meses se encerra em julho de 2018. Além deste valor, soma-se ainda outros R$ $0 milhões mensais por conta do período que o RS deixou de pagar a divida, entre abril e junho de 2016, aparado por uma liminar do STF.

03/05/2017 | Jornal do Comércio | Capa | 1

Carência de quatro anos vai reduzir gastos do Estado em R$ 240 milhões

Página 8

03/05/2017 | Jornal do Comércio | Palavra do Leitor | 4

Isenções fiscais

O Estado do Rio Grande do Sul destina cerca de R$ 9 bilhões por ano em incentivos fiscais e isenções a empresas gaúchas, segundo a Promotoria de Defesa do Patrimônio Público do MP-RS. Pela transparência na área econômica, é preciso auditar as concessões a estas empresas, compartilhando informações com a comunidade. Também é necessário esclarecer os motivos que levaram o governo a abrir mão de tão vultosa quantia (R$ 9 bilhões) e quais os critérios utilizados para definir os beneficiários. O sigilo fiscal de que estas informações estão protegidas não justifica que parte desses dados e informações referentes a estas empresas não sejam de pleno conhecimento público. (Saul Campos de Meneses, professor, Porto Alegre)

03/05/2017 | Jornal do Comércio | Artigos | 4

É preciso desmontar a falácia

Vilmar Zanchin

No artigo do dia 2 de maio de 2017 no Jornal do Comércio, o deputado Luiz Fernando Mainardi (PT) distorce as exigências feitas aos estados para aderirem ao Regime de Recuperação Fiscal proposto pela União. Talvez, o deputado as considere descabidas, como as imposições para que os estados não gastem acima do possível ou a necessidade de que se tenha maior responsabilidade fiscal. Como se sabe, é vocação de seu partido o descontrole com o dinheiro público e o gasto desenfreado. Caso a proposta prospere, o Rio Grande do Sul terá três anos de carência na dívida com a União. Uma folga de R$ 9,5 bilhões no orçamento do Estado para investimentos em áreas como saúde, segurança, educação e assistência social.

Nas privatizações, o governo federal deu a opção aos estados de escolha por estatais dos setores de energia, saneamento ou financeiro para que sirvam como garantia na contratação de novos empréstimos. O Rio Grande do Sul optou pelo setor energético. Banrisul e Corsan não estão nesse rol e nunca estiveram nas discussões sobre eventual privatização, como a oposição vem brandindo para criar desconfianças. Dispor das estatais de energia CEEE, CRM e Sulgás é dar chance de serem readequadas para oferecer serviços públicos de qualidade sob supervisão do Estado. Estas companhias não têm o potencial necessário sem maciços investimentos.

A sociedade precisa de empregos e renda. Isso se obtém com a atração de investimentos que contribuam com arrecadação de ICMS, assegurando recursos a áreas essenciais. Para a conquista de novos empreendimentos, é necessário que ofertemos infraestrutura eficiente, assegurando a produtividade com um fornecimento energético ideal. Lembramos que o processo depende de votações dos representantes eleitos pela sociedade, deputados federais, senadores e parlamentares gaúchos que tomam posição a partir dos anseios de seus eleitores. Não são medidas impostas, mas avaliadas e discutidas por nossos representantes até entrarem ou não em vigor.

Deputado estadual (PMDB)

03/05/2017 | Jornal do Comércio | Economia | 8

Medida do CMN sobre as dívidas beneficia o Estado

Resolução alonga e concede carência de débitos junto ao Bndes

A resolução nº 4.566, recentemente publicada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), terá reflexos diretos para os cofres do governo gaúcho. A determinação possibilitará o alongamento de dívidas dos estados com o Bndes por 10 anos, a partir do prazo original dos contratos, além de conceder carência nos primeiros quatro anos. Por conta dessa carência, o Rio Grande do Sul deverá deixar de pagar aproximadamente R$ 5 milhões ao mês durante o período. A dívida total do Estado com o Bndes é de R$ 916 milhões, números atualizados em dezembro de 2016. “No total dos quatro anos, daria cerca de R$ 240 milhões”, frisa o secretário estadual da Fazenda, Giovani Feltes.

A iniciativa abrange valores contratados até dezembro de 2015. Contudo, o dirigente salienta que o juros continuarão sendo pagos, a carência diz respeito somente ao valor principal envolvido com os empréstimos. As dívidas envolvem projetos de financiamento que têm o Bndes como agente financeiro como, por exemplo, o Proinveste (que teve recursos destinados para áreas como a segurança,

irrigação e estradas) e os Programas Emergenciais de Financiamento (PEFs) 1 e 2. A questão vinha sendo discutida há mais de um ano e o secretário considera o desfecho uma conquista para o Rio Grande do Sul.

Feltes recorda que o governador José Ivo Sartori abordou o assunto durante o fórum dos governadores realizado no ano passado. O secretário acrescenta que a decisão vem no bojo da renegociação das dívidas dos estados com a União. O projeto que reavaliou as dívidas dos estados foi aprovado em dezembro e, em contrapartida, os governadores comprometeramse a respeitar um teto para os gastos públicos e a fazer com que o aumento das despesas não exceda a inflação. Feltes enfatiza que há três anos o Estado está com Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e orçamento realistas. “Já vínhamos fazendo o dever de casa em relação a manter os gastos no limite da inflação, estamos aquém inclusive”, afirma.

03/05/2017 | Jornal do Comércio | Economia | 8

Governo gaúcho paga serviço da dívida com a União

O governo do Estado pagou, ontem, os serviços da dívida com a União referentes ao mês de abril. Foram depositados R$ 97,7 milhões, valor previsto na repactuação da dívida aprovada em dezembro do ano passado. O socorro aos estados em maiores dificuldades financeiras, entre eles o Rio Grande do Sul, teve o texto básico aprovado na metade de abril pela Câmara dos Deputados. Desde janeiro, o Estado retomou os pagamentos para a União numa escala crescente de 5,5% a cada mês sobre o valor da parcela, que atualmente estaria perto dos R$ 310 milhões.

Esta carência parcial de 18 meses acaba em julho de 2018, quando a parcela atingirá os 100% do custo a cada 30 dias. Além deste valor, somam-se R$ 40 milhões mensais devido ao período que o governo deixou de pagar a dívida, entre abril e junho de 2016, aparado por liminar do Supremo Tribunal Federal que suspendeu os pagamentos. O Regime de Recuperação Fiscal prevê a suspensão do pagamento da dívida por três anos. Neste período de carência, o alívio para os cofres estaduais chegaria a R$ 9,5 bilhões ao longo dos 36 meses. A possibilidade de o Estado ter condições de buscar novos empréstimos depende da privatização das estatais do setor de energia (CEEE, CRM e Sulgás), cujos projetos que retiram a exigência prévia de plebiscito tramitam na Assembleia Legislativa.

03/05/2017 | Jornal do Comércio | Economia | 8

Estados não se sustentam sem repasses federais

Estudo da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) mostra que, com a falta de controle sobre as finanças públicas, estados e municípios se tornaram dependentes dos recursos repassados pela União. O levantamento foi feito com base nos dados do relatório da Secretaria da Receita do Tesouro Nacional com a radiografia das finanças dos estados entre 2012 a 2015.

Entre os 26 estados e Distrito Federal, 15 registraram déficit primário em 2015, sendo que 12 destes estados deficitários seguem em trajetória de deterioração das contas públicas e apenas três (Acre, Amapá e Roraima) realizam ajustes fiscais para estancar os prejuízos.

Os maiores déficits primários em 2015 foram registrados no Rio de Janeiro (R$ 3,6 bi em 2015), Rio Grande do Sul (R$ 1,9 bi), Distrito Federal (R$ 1,7 bi) e Minas Gerais (R$ 1 bi). Os repasses feitos pela União representam em média 24% dos orçamentos estaduais. A média de repasses do governo federal aos municípios representa pouco menos de 18%.

03/05/2017 | Jornal do Comércio | Política | 17

Deputados tentam ampliar valor do carvão da CRM

Para líder do governo, medida fortalece proposta de venda da estatal

A sessão plenária de ontem da Assembleia Legislativa não apreciou nenhum projeto devido à ausência de parlamentares que foram a

Brasília participar de reunião no Ministério de Minas e Energia para tratar do valor da venda de carvão da Companhia Riograndense de Mineração (CRM) à Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), única cliente da estatal. O líder do governo na Assembleia, Gabriel Souza (PMDB), comemorou o resultado do encontro, que considera positivo para o governo e para o Estado.

A demanda da comitiva gaúcha é aumentar o valor pago pela tonelada do carvão extraído pela CRM, que hoje é de R$ 53,00, para R$ 68,00. A definição será tomada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que deverá se manifestar até semana que vem. Para Souza, “essa solução é mínima e deixa a companhia operando, o que reforça a proposta de encaminhar para a privatização ou federalização”. A CRM é uma das estatais que fazem parte da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) enviada para a Assembleia pelo governador José Ivo Sartori (PMDB), que prevê a retirada da obrigatoriedade de plebiscito para a venda de companhias do setor energético no Estado.

O deputado sustenta que, sem esse recurso, a CRM correria o risco de fechar as portas sem oferecer nenhum atrativo para venda. “Essa medida fortalece a tese da PEC”, afirma. Sem votação na sessão da tarde de ontem, os debates no plenário da Assembleia Legislativa tiveram como tema principal a greve geral da última sexta-feira. As sessões deliberativas em plenário devem ser retomadas a partir da próxima terça-feira.

03/05/2017 | Jornal NH | Em Dia | 23

RS paga serviços da dívida com a União

Porto Alegre - Enquanto aguardava a votação dos últimos destaques ao projeto que estabelece o Regime de Recuperação Fiscal, o governo do Estado pagou ontem os serviços da dívida com a União referente ao mês de abril. Foram depositados R$ 97,7 milhões, valor previsto na repactuação da dívida aprovada em dezembro do ano passado. O socorro aos Estados em maiores dificuldades financeiras, entre eles o Rio Grande do Sul, teve o texto básico aprovado na metade de abril pela Câmara dos Deputados. Desde janeiro, o Estado retomou os pagamentos para a União numa escala crescente de 5,5%a cada mês sobre o valorda parcela, que atualmente estaria perto dos R$ 310 milhões.

03/05/2017 | Jornal NH | Em Dia | 23

Assembleia deve retomar votações no dia 9

Porto Alegre - Após o governo de José Ivo Sartori retirar o regime de urgência de cinco projetos de lei que trancaram a pauta por quase três meses, a Assembleia Legislativa (AL) retomará no próximo dia 9 a votação de 50 matérias. Três, do Executivo, passam a trancar a pauta. São os casos da prorrogação de contratos emergenciais na Secretaria de Obras e das alterações e modificações na Lei do ICMS. Líder do PSDB no Parlamento, o deputado Lucas Redecker não esconde o alivio com a perspectiva da retomada dos trabalhos em ritmo mais forte.

"O que ficou muito claro é que a partir da semana que vem começaremos a votar todos os projetos. É inadmissível que a Assembleia tranque a pauta por tanto tempo, queremos que as coisas fluam", diz o tucano. Quanto à polêmica Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que retira a obrigatoriedade de plebiscito para a venda de estatais, Redecker assinala. "Ele (o governo) vai manter a PEC na AL pra tentar aprovar, mesmo que neste momento sejam remotas as chances de obter os 33 votos", diz, argumentando que os movimentos do Piratini em relação a alguns projetos dependem dos acontecimentos de Brasília, o que explicaria a demora nas votações.

Em trincheira oposta, a deputada Juliana Brizola (PDT) acredita que o governo perdeu o "timing" para votar qualquer uma das propostas do Ajuste Fiscal. "Pensei que desde o final do ano passado, quando já não conseguiu votar alguns projetos, tivesse dado um tempo pra rearticulação, para uma base mais sólida. Mas constatei o contrário, o afastamento de parlamentares da própria base", assinala ela, creditando à falta de diálogo e transparência do Executivo a perda de votos entre seus apoiadores.

03/05/2017 | Jornal VS | Em Dia | 18

Assembleia deve retomar votações no dia 9

Porto Alegre - Após o governo de José Ivo Sartori retirar o regime de urgência de cinco projetos de lei que trancaram a pauta por quase três meses, a Assembleia Legislativa (AL) retomará no próximo dia 9 a votação de 50 matérias. Tês, do Executivo, passam a trancar a pauta. São os casos da prorrogação de contratos emergenciais na Secretaria de Obras e das alterações e modificações na Lei do ICMS. Líder do PSDB no Parlamento, o deputado Lucas Redecker não esconde o alívio com a perspectiva da retomada dos trabalhos em ritmo mais forte. "O que ficou muito claro é que a partir da semana que vem começaremos a votar todos os projetos. É inadmissível que a Assembleia tranque a pauta por tanto tempo, queremos que as coisas fluam", diz o tucano.

Quanto à polêmica Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que retira a obrigatoriedade de plebiscito para a venda de estatais, Redecker assinala. "Ele (o governo) vai manter a PEC na AL pra tentar aprovar, mesmo que neste momento sejam remotas as chances de obter os 33 votos", diz, argumentando que os movimentos do Pirati-ni em relação a alguns projetos dependem dos acontecimentos de Brasília, o que explicaria a demora nas votações. Em trincheira oposta, a deputada Juliana Brizola (PDT) acredita que o governo perdeu o "timming" para votar qualquer uma das propostas do Ajuste Fiscal. "Pensei que desde o final do ano passado, quando já não conseguiu votar alguns projetos, tivesse dado um tempo pra rearticulação, para uma base mais sólida. Mas constatei o contrário, o afastamento de parlamentares da própria base", assinala ela, creditando à falta de diálogo e transparência do Executivo a perda de votos entre seus apoiadores.

03/05/2017 | Jornal VS | Em Dia | 18

RS paga serviços da dívida com a União

Porto Alegre - Enquanto aguardava a votação dos últimos destaques ao projeto que estabelece o Regime de Recuperação Fiscal, o governo do Estado pagou ontem os serviços da dívida com a União referente ao mês de abril. Foram depositados R$ 97,7 milhões, valor previsto na repactuação da dívida aprovada em dezembro do ano passado. O socorro aos Estados em maiores dificuldades financeiras, entre eles o Rio Grande do Sul, teve o texto básico aprovado na metade de abril pela Câmara dos Deputados. Desde janeiro, o Estado retomou os pagamentos para a União numa escala crescente de 5,5%a cada mês sobre o valor da parcela, que atualmente estaria perto dos R$ 310 milhões.

03/05/2017 | Jornal VS | Contracapa | 24

Paixão por carros

Quem gosta de carros antigos, novos, tunados e rebaixados já tem uma opção para colocar na agenda. No dia 21 de maio, das 11 às 17 horas, o Par que de Exposições Assis Brasil sedia o 9.° Encontro Interclubes Beneficente. O encontro é uma promoção da União Interclubes Beneficente e tem o apoio da Prefeitura de Esteio, governo do Estado e 34.° Batalhão de Policiamento Militar. A entrada é um quilo de alimento não perecível, que será entregue para entidades beneficentes de Esteio.

03/05/2017 | Metro | Foco | 2

Governo paga parcela da dívida

O governo do Estado pagou ontem mais uma parcela da dívida com a União, referente ao mês de abril. Foram depositados mais de R$ 97 milhões, valor previsto na repactuação da dívida aprovada em dezembro passado. O Regime de Recuperação Fiscal prevê a suspensão do pagamento da dívida pelo período de três anos. A expectativa do Piratini é de um alívio de quase R$ 10 bilhões ao longo dos próximos 36 meses.

03/05/2017 | Metro | Foco | 3

Rápido, barato e na garupa

Mototáxi. Reportagem do Metro testou o serviço de transporte de passageiros por motocicleta, que começou ontem em Porto Alegre e promete ser concorrente do ônibus

Fazia pouco mais de nove anos desde a última vez que o repórter Rafael Sant'Anna subira numa moto. Foi em 13 de março de 2008, um dia após seu aniversário de 18 anos. Na época, tentara pilotar uma motocicleta. "É igual andar de bicicleta", lhe garantira um amigo. Não era. Na primeira curva, caiu em alta velocidade. "Milagrosamente, não quebrei nenhum osso. Me ralei inteiro e perdi uma camiseta que adorava, apenas." Desde então, ele sempre fugiu desse meio de transporte, responsável por levar sushi, pizza ou xis às casas dos porto-alegrenses.

Até ontem, quando testou o serviço de mototáxi, recém-inaugurado em Porto Alegre. Confira o relato do Rafael: "Nossa intenção era realizar um teste espontâneo – ou seja, o mototaxista não deveria saber que carregaria um jornalista. Chamei a corrida às 15h, na esquina entre as ruas Olavo Bilac e Lima e Silva. Cerca de 20 minutos depois, chegou a moto. O destino seria o Palácio Piratini, na avenida Duque de Caxias – um trajeto de aproximadamente 3 km. 'Vai custar R$ 5 e nós vamos chegar lá em sete minutos', garantiu o simpático mototaxista Marcelo Felipe Correa, 44 anos.

Ele, então, me alcançou um capacete vermelho e uma touca descartável. Respirei fundo, tentei abstrair da minha mente aquele tombo de 2008 e subi na garupa do Marcelo. Para minha sorte, a corrida pareceu um passeio. Durante todo o trajeto, o Marcelo nunca ultrapassou o limite de velocidade permitido na via. Não costurou entre os carros. Realizou curvas com suavidade. Enfim, não me tratou como uma pizza. Exatamente sete minutos depois, chegamos ao Palácio Piratini e paguei o combinado, R$ 5.

É assim, combinando o valor antes da corrida, que os mototáxis funcionarão na capital enquanto a EPTC (Empresa Pública de Transporte e Circulação) analisa se aceita, ou não, criar uma legislação municipal – que conte com a instalação de mototaxímetros, semelhantes aos dos táxis. Por enquanto, os mototáxis operam sob a proteção da lei federal 12.009, de 2009. Ela exige que os profissionais realizem um curso de mototaxista (de 30 horas/aula).

Também é obrigatório ser maior de 21 anos, possuir habilitação há, no mínimo, dois anos e utilizar capacete e um colete de identificação – que, na capital, será na cor laranja. O Marcelo não estava com o tal colete, mas usava um casaco do Sindimoto (Sindicato dos Motociclistas). Ele é um dos 12 mototaxistas legalmente capacitados para realizar o serviço em Porto Alegre, conforme o presidente do sindicato, Valter Ferreira.

Até o final do mês, a expectativa da entidade é contar com 72 profissionais. Para o segundo semestre, a ideia do presidente é regularizar a situação dos 700 mototaxistas que já atuam na capital. Só então, o objetivo do sindicato começará a ser alcançado: atuar nas lacunas deixadas pelo transporte público. Concorrência com os ônibus 'Nós preenchemos a lacuna deixada pelo transporte coletivo, principalmente os ônibus.

É um serviço precário, demorado e caro para o passageiro. Nós somos rápidos, baratos, buscamos na porta de casa e deixamos na frente do destino', aponta Ferreira. De fato, minha corrida foi apenas R$ 0,95 mais cara que uma passagem de ônibus. Uma viagem do campus da PUCRS até o centro, por exemplo, deve sair por R$ 6. Já as mulheres, se preferirem, podem pedir o serviço de uma mototaxista.

No momento, a única disponível é a Ana Paula de Moraes. Por fim, o mototáxi passou com louvores pelo teste. O serviço foi profissional, rápido, barato e tranquilo – até para um repórter parcialmente traumatizado."

03/05/2017 | O Informativo do Vale | Geral | 2

Centro de Atendimento Materno-Infantil

A Prefeitura de Estrela, em parceria com a Univates, inaugurou, na tarde na sexta-feira, o Centro de Atendimento Materno-Infantil (Cami), localizado na Rua Geraldo Pereira, ao lado do hospital. O governador José Ivo Sartori; o ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra; o prefeito Rafael Mallmann, além de autoridades e lideranças locais e regionais, estiveram presentes à solenidade.

Antes da inauguração do Cami, o governador do Estado, José Ivo Sartori, palestrou na reunião-almoço da Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Estrela (Cacis), no Hotel Estrela Palace, onde abordou o tema “O Rio Grande que saiu na frente”. O evento reuniu lideranças municipais e regionais. Contou com a presença da secretária do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Ana Pellini.

03/05/2017 | O Nacional | Geral | 4

Município imunizou 50% do público alvo até o momento

Entrega das doses em etapas, por parte do Estado, causa falta da vacina em algumas unidades de saúde

O município de Passo Fundo já imunizou cerca de 50% do público-alvo da campanha de vacinação contra a gripe. Até o momento, cerca de 30 mil doses já foram aplicadas. O governo do Estado tem feito a entrega das doses em sete etapas, por isso, em algumas unidades de saúde faltaram doses da vacina em alguns dias. No entanto, conforme a Secretaria Municipal de Saúde, essa situação é pontual.

O público-alvo da campanha inclui trabalhadores da área da saúde, indígenas, crianças de seis meses até cinco anos, gestantes, puérperas (mulheres até 45 dias após o parto), idosos (60 anos ou mais), doentes crônicos, pessoas privadas de liberdade e funcionários de presídios. Além destes, neste ano houve a inclusão de professores das redes pública e privada no público-alvo da campanha.

Conforme o secretário Luis Arthur Rosa Filho, a orientação é para que quando uma pessoa for a uma unidade de saúde e não encontre doses da vacina, que ela busque informação sobre unidades próximas que ainda tenham disponibilidade. Na última semana o município recebeu a quarta remessa de doses da vacina, num total de 17 mil doses, que estão disponíveis na rede. Até o final da campanha, a meta é aplicar 68 mil doses da vacina, 3 mil a mais em relação à campanha de 2016. No total, o município concentra 27 salas de vacinação.

Entre os integrantes do público-alvo, até o último final de semana o que mais tinha sido vacinado era o de idosos, com 70%. No caso das crianças esse percentual era de aproximadamente 20%.0 secretário destaca que neste ano ainda não há registro de epidemia, por isso a vacinação tem avançado de forma mais tranquila.

03/05/2017 | Zero Hora | Leitor | 4

Pardais

Embora resida no Rio de Janeiro, sou de Porto Alegre e gosto muito de passear na Serra. Mas confesso que está sendo difícil pagar tantas multas que tenho recebido nas estradas gaúchas, principalmente, na RS-122. Em apenas dois dias, recebi três multas, duas delas no mesmo pardal: uma na ida e outra no retorno. Será que não percebem que isso é uma forma errada de arrecadar dinheiro e que espanta o turismo? Não creio que esse tipo de atitude dos governantes melhore a economia do Estado. Que falta de decência.

PAULO ERNESTO SPEGGIORIN VIEIRA

Geólogo – Rio de Janeiro

03/05/2017 | Zero Hora | Leitor | 4

Governo

Sugiro que o governador retire todos os projetos da Assembleia e administre os últimos meses sem se preocupar com nada. Deveria apenas atender às reivindicações classistas, pagar quando puder e deixar o restante para o próximo governo, que, se for do PT, saberá resolver tudo, como sempre.

EDUARDO MARTINELLI JUNIOR

Engenheiro aposentado – Porto Alegre

03/05/2017 | Zero Hora | Rosane de Oliveira | 10

Nomes parao Piratini

A um ano e cinco meses da eleição, o PDT é o único partido com nome na rua para concorrer ao Piratini. O ex-prefeito de Canoas Jairo Jorge tem percorrido o Estado para se apresentar aos trabalhistas, já que fez toda a carreira política no PT, e falar de suas propostas.

No PMDB, a tendência é o governador José Ivo Sartori concorrer à reeleição, mas não se descarta uma candidatura do ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra. Oficialmente, Terra é candidato à reeleição como deputado federal.

03/05/2017 | Zero Hora | Rosane de Oliveira | 10

Piratini

Eduardo Leite, ex-prefeito de Pelotas, não é o único nome do PSDB para o Piratini. uma ala do partido prefere apostar no economista aod cunha, ex-secretário da fazenda.

03/05/2017 | Zero Hora | Rosane de Oliveira | 10

De volta ao IPE

Sem solenidade, Otomar Vivian assumiu ontem, pela terceira vez em sua carreira, a presidência do Instituto de Previdência do Estado (IPE). Em vez de um ato festivo, preferiu uma reunião de trabalho com 120 funcionários da Capital e do Interior para discutir as demandas, as carências e o que fazer para melhorar os serviços prestados.

Otomar vai administrar um orçamento de R$ 14 bilhões, sendo R$ 12 bilhões do plano da previdência e R$ 2 bilhões do IPE Saúde.

Com mais de 1 milhão de usuários, o IPE é um dos maiores planos de saúde do Brasil. Qualificá-lo para que continue sendo interessante para usuários e prestadores de serviços é uma das preocupações de Otomar. O Sindicato Médico, por exemplo, cobra reajuste no valor das consultas e procedimentos.

– O grande desafio é sermos contemporâneos. Precisamos, todos, rever pensamentos, posições e sair da zona de conforto. Há muito o que fazer e estamos preparados para os desafios diários – disse.

Desde antes da troca de presidência, o governo Sartori estuda mudanças na legislação para dificultar o retorno dos servidores de salários mais altos, que trocam o IPE Saúde por um plano privado quando são jovens e retornam no momento em que precisam de tratamentos mais caros.

03/05/2017 | Zero Hora | Rosane de Oliveira | 10

Sinal de prestígio

O único dos novos secretários de Estado a tomar posse em solenidade no Palácio Piratini será Ronald Krummenauer, da Educação, hoje, às 15h.

A posse no Piratini é um sinal da importância que o governador José Ivo Sartori quer dar à pasta e indica apoio a Krummenauer, que trocou a Agenda 2020 pela Educação.

Hoje, Márcio Biolchi assume o Desenvolvimento, na vaga de Fábio Branco, que vai para seu lugar na Casa Civil.

03/05/2017 | Zero Hora | Marta Sfredo | 16

Acordo salva estatal, mas não os empregos

Foram definidas ontem as bases de um acordo para dar ao menos uma sobrevida à Companhia Riograndense de Mineração (CRM). A estatal gaúcha estava ameaçada por conta de impasse sobre o preço do carvão fornecido à Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), subsidiária da Eletrobras, controlada pelo governo federal.

Limitada por recursos destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), de onde sai o subsídio federal para uso do carvão como matéria-prima para gerar eletricidade, a CGTEE aceitava pagar apenas R$ 56,94 por tonelada do mineral. A CRM só conseguiria manter a atividade se recebesse R$ 71. Com mediação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), foi esboçado acordo em torno do valor de R$ 68. Na próxima semana, a Eletrobras vai apresentar um estudo justificando o novo preço – a folga para elevar o valor saiu de um "estoque" de CDE não usado em anos anteriores. Onde será que esse dinheiro andava hospedado, não? Em duas semanas, é possível que o acordo seja oficializado, com pagamento de atrasados à CRM desde abril de 2016. Salvou-se a estatal gaúcha, mas não os empregos.

Conforme o secretário de Minas e Energia, Artur Lemos, o valor dos atrasados – estimado entre R$ 15 milhões e R$ 16 milhões – será quase integralmente usado para sustentar o custo dos desligamentos que serão feitos para a estatal seguir operando com o novo valor do carvão. Lemos prefere não estimar o número de dispensas, mas avisou que a empresa precisa fazer redução de 40% nos custos para suportar a diferença de preço. A estatal tinha 415 funcionários em 2016.

Essa adequação não se deve apenas à redução do valor, mas também à quantidade de carvão comprada pela CGTEE, que caiu de 3,4 milhões de toneladas ao ano em 2015 para 1,2 milhão de toneladas ao ano em 2017.

Conforme Lemos, o acordo pode ser considerado boa notícia para o Piratini, que tenta aprovar na Assembleia Legislativa a dispensa de exigência de plebiscito para federalizar ou privatizar CRM, Sulgás e CEEE. O secretário avalia que existia o risco de não haver mais uma empresa a ser oferecida ao governo federal ou ao mercado caso o acerto não tivesse sido encaminhado. Nesse caso, mesmo em caso de venda de ativos, talvez todo o valor dos recursos arrecadados tivesse de ser aplicado na indenização dos funcionários, afirma Lemos.

03/05/2017 | Zero Hora | Sua vida | 30

Uma consultoria dentro da prefeitura

PORTO ALEGRE TEM acordo com a organização civil Comunitas, que recrutou a empresa Falconi Consultores de Resultado, conhecida por aplicar ações pautadas por metas e meritocracia

Os primeiros meses da gestão do prefeito Nelson Marchezan (PSDB) em Porto Alegre trazem as marcas de uma consultoria contratada para auxiliar o município a alterar pontos fundamentais da administração. Por trás de medidas como a reforma administrativa, a revisão dos gastos públicos e a definição de objetivos a serem alcançados em cada secretaria, está a Falconi Consultores de Resultado, que, nas últimas décadas, construiu um pequeno império dentro e fora do Brasil aplicando dois conceitos básicos aos setores público e privado: estabelecimento de metas e meritocracia.

Em fevereiro, Porto Alegre assinou um acordo de cooperação com a organização civil Comunitas, sem fins lucrativos, que por sua vez recrutou a empresa fundada por Vicente Falconi para reformular a administração da Capital sem custos para a prefeitura – o projeto Juntos Pelo Desenvolvimento Sustentável, replicado em Porto Alegre e outras 14 cidades brasileiras, é financiado por contribuições empresariais. O site do Juntos apresenta como parceiros grupos gigantes do porte de Gerdau, Iguatemi, Itaú, Votorantim e CPFL Energia.

A organização criada por Falconi – que é especialista em gestão e escritor – conta com mais de 600 consultores espalhados por todo o país e escritórios no Brasil, nos Estados Unidos, na Guatemala e no México. Sob alegação de sigilo contratual, não revela quantos especialistas foram destacados para atuar em Porto Alegre ou quais suas formações.

Mas as missões dos consultores na capital gaúcha estão previstas no plano de trabalho definido com o município: dar apoio à reforma administrativa que alterou funções e estruturas das secretarias, revisar contratos e despesas para reduzir o déficit nas contas públicas, estabelecer metas a serem alcançadas em cada secretaria e indicadores para avaliação do trabalho prestado. Outros parceiros ligados à Comunitas foram convocados para ajudar na seleção de cargos em comissão a partir de um banco de talentos.

A trajetória da consultoria até o interior da prefeitura de Porto Alegre começou nos anos 1980, quando Falconi ganhou relevância nacional ao importar o conceito de Qualidade Total do Japão para o Brasil. Em 2003, a Falconi desenvolveu um dos seus trabalhos mais notórios: o "choque de gestão" realizado na administração de Aécio Neves (PSDB) em Minas Gerais, que envolveu corte de cargos públicos, redução de despesas e foco na busca de resultados.

EMPRESA JÁ ATUOU EM TRÊS GOVERNOS GAÚCHOS

A consultoria já era conhecida dos gaúchos: havia colaborado com o governo de Antônio Britto (na época, no PMDB), e voltaria ao Piratini nas administrações de Germano Rigotto (PMDB) e Yeda Crusius (PSDB). Falconi também atuou no governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), quando assinou contratos, por notória especialização (que dispensa licitação), com Ministério do Planejamento, Correios e Infraero no valor total de R$ 59,9 milhões.

Entre 2008 e 2012, a consultoria desenvolveu um projeto no Tribunal de Justiça gaúcho, período em que, segundo a Falconi, reduziu despesas em R$ 25 milhões e ampliou em 22% a vazão de processos no 1º Grau.

– É um equívoco desprezar a expertise e o conhecimento desenvolvidos pelas instituições privadas, que podem ser muito bem aproveitados na construção de políticas públicas voltadas à eficiência – analisa o advogado especialista em Gestão Pública Ney Francisco Hoff Jr.

O professor de Administração Pública da UFRGS Aragon Érico Dasso Jr., porém, questiona a aplicação de métodos empresariais na gestão pública:

– A metodologia utilizada não leva em conta a participação da cidadania na tomada de decisões.

Em nota, a Falconi sustenta que sua metodologia de trabalho, "baseada na meritocracia e no estabelecimento de metas, rendeu à consultoria ao longo dos anos reconhecimento das maiores companhias do país e de instituições públicas como Tribunais de Contas, Polícia Federal, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Banco Central, governos estaduais e municipais".

Contratação deflagra discussão sobre influência do mercado no setor público

A contratação de uma consultoria para ajudar na definição de políticas públicas em Porto Alegre deflagrou um debate sobre o nível de influência da iniciativa privada na gestão da Capital. Especialistas divergem sobre a legitimidade de consultores financiados por empresas interferirem, sem passar por seleção pública, em áreas tão centrais como reforma administrativa, contratação de servidores e metas de secretarias. As entidades envolvidas argumentam que prestam assessoria a governos de diferentes siglas com o objetivo de dar mais eficiência ao setor público.

A bancada do PT entrou com uma representação no Ministério Público de Contas (MPC) pedindo uma averiguação sobre a regularidade do acordo por ter dispensado licitação e envolver o uso de estrutura pública, já que os consultores atuam na prefeitura. O procurador-geral do MPC, Geraldo da Camino, solicitou informações ao governo municipal para decidir se arquiva a representação, requisita informações ou encaminha representação ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Além do aspecto legal, a parceria desperta debates entre especialistas. Para o advogado especializado em gestão pública Ney Francisco Hoff Jr., faz bem ao setor público assimilar as boas práticas do setor privado.

– O Estado não pode abrir mão de sua responsabilidade em fomentar e captar conhecimento para a solução de seus problemas estratégicos. No entanto, quando a administração avalia que não reúne condições estruturais ou qualitativas para o desenvolvimento de determinada ação, pode buscar a colaboração do setor privado – diz Hoff.

Professor de Administração Pública da UFRGS, Aragon Érico Dasso Jr. acredita que a Comunitas oferece consultoria gratuita para moldar a gestão ao gosto da iniciativa privada:

– O elemento central dessas consultorias é dar uma linha política para a gestão. Quando a Comunitas assina um termo de cooperação, as empresas que financiam o trabalho é que estão dizendo como deve ser a gestão pública.

Professor de Economia do Setor Público da Unisinos, Paulo Roberto Franz faz uma avaliação intermediária: sustenta que toda contratação de serviço com objetivo de melhorar a gestão é válida, mas deveria passar por uma seleção pública.

– O Estado não deve aceitar ofertas para prestação de serviço gratuito, porque aí o processo perde transparência – analisa Franz.

Assessora jurídica da Federação das Associações de Municípios (Famurs), Elisângela Hesse observa que a Lei Federal 13.019, que passou a valer neste ano para as prefeituras, regula a contratação de organizações da sociedade civil como a Comunitas. Para Elisângela, a legislação admite a contratação de consultorias sem licitação em casos específicos:

– Mesmo quando não há desembolso da prefeitura, pode haver um chamamento público. Porém, quando se considera que só uma entidade pode atingir o objetivo pretendido, pode ser firmado um acordo diretamente com ela.

FALCONI AFIRMA QUE MÉTODO BUSCA ALCANÇAR RESULTADOS

Sobre as críticas de que poderia implantar medidas de interesse de grandes empresas na gestão pública, a Falconi sustenta que se trata de uma avaliação “completamente equivocada”. Diz, em nota, que “o intuito do método de trabalho (...) é alcançar resultados por meio do aperfeiçoamento da gestão, e isso se aplica tanto à esfera pública quanto à privada. Uma gestão mais eficiente consequentemente traz mais benefícios à sociedade”.

A Comunitas, também por meio de nota, defende que “o acordo de cooperação com a Prefeitura de Porto Alegre, por meio de parceria técnica com a Falconi Consultores, contempla o diagnóstico dos principais desafios da cidade. O trabalho segue as normas legais e é pautado na ética e na transparência (...)”. Procurada por ZH, a prefeitura de Porto Alegre informou que a manifestação da Comunitas também traduz a posição do município.

Em Pelotas, contrato com empresa foi suspenso por decisão da Justiça

A empresa de consultoria Falconi, contratada para assessorar a gestão de Nelson Marchezan na Capital, teve contrato com o município de Pelotas suspenso pela Justiça.

No município do Interior, durante a administração do tucano Eduardo Leite (2013-2016), os especialistas foram selecionados sem licitação para criar um plano de melhoria de desempenho na rede escolar. Como o acordo previa um pagamento de R$ 2,1 milhões por parte do município, a Justiça entendeu que teria de haver concorrência e cancelou a parceria. Um recurso está sob análise no Superior Tribunal de Justiça.

Em Porto Alegre, a prefeitura não paga valores pela consultoria da Falconi. A empresa atua em parceria com a ONG Comunitas, que capta recursos entre a iniciativa privada e custeia o trabalho. No caso de Pelotas, o município entendeu que a “notória especialização” da consultoria permitia sua contratação sem lançamento de edital. O Ministério Público Estadual discordou e entrou com uma representação.

– Nós queríamos implantar um novo sistema de gestão educacional, entendemos que não havia necessidade de licitação, mas o convênio acabou na Justiça. Acabamos adotando outras medidas para qualificar o ensino – afirma o chefe de gabinete da gestão passada e atual procurador-geral de Pelotas, Nadison Hax.

A decisão judicial sustentou que não ficou provada a “notória especialização” da Falconi na área educacional a ponto de impedir licitação com outra consultoria semelhante.

– O município se valeu da Lei 8.666, das licitações, entendendo que não seria necessária fazer uma. O MP ajuizou um processo, de início o contrato permaneceu, mas o Tribunal de Justiça concedeu liminar sustando o contrato. Posteriormente, nossa sentença foi nesse sentido e acabou confirmada pelo tribunal – explica o juiz que cancelou o convênio na primeira instância, Bento Fernandes de Barros Júnior.

CONVÊNIO COM COMUNITAS PARA APRIMORAR GESTÃO

Hax afirma que, além desse acordo específico, a prefeitura mantém um convênio com a Comunitas para aprimorar a administração, sem custos, em outras áreas. Em uma delas, a própria Falconi foi paga pela Comunitas para realizar um mapeamento da prefeitura e reduzir desperdício de recursos. Outra resultou em melhorias no sistema básico de saúde – a Rede Bem Cuidar, que conta com unidades informatizadas, farmácias distritais, consultórios odontológicos, academias de ginástica e outros recursos focados em prevenção recebeu o prêmio federal InovaSUS em 2015.

03/05/2017 | Zero Hora | Contracapa | 48

Marta Sfredo

Acordo deve salvar estatal da quebra, mas não poderá fazer o mesmo com os empregos.

PÁGINA 16

Segmento: Secretarias

03/05/2017 | A Plateia | Geral | 6

Audiência pública debaterá criação do Conselho Municipal da Juventude

O encontro tem a organização de três frentes que apoiam a Força Jovem Santanense

Está previsto para acontecer nesta quarta-feira, 03 de maio, a Audiência Pública que tem o objetivo debater sobre a Criação do Conselho Municipal da Juventude no município.

O evento está sendo organizado pela Associação Força Jovem Santanense, pelo Legislativo Municipal através do Gabinete do vereador Antônio Zenoir - e pelo Executivo Municipal - através da Secretaria de Assistência e Inclusão Social.

O encontro ocorrerá às 18h30, no Plenário João Goulart – na Rua Senador Salgado Filho, 528, e contará com a presença de palestrantes com experiência em Conselhos de Juventude e Políticas Públicas de Juventude, Ricardo Bassi, Diretor do Departamento de Políticas para a Juventude da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do estado do Rio Grande do Sul, Neusa Cavalheiro, secretária de Cultura do município de Santo Ângelo/ RS, secretária Geral do Conselho Estadual de Juventude (CONJUVE/ RS), além da secretária de Assistência e Inclusão Social de Livramento, Carla Saraiva.

03/05/2017 | A Plateia | Geral | 6

Vereador Zenoir convida para audiência para formação do Conselho Municipal da Juventude

O vereador Antonio Zenoir (PSD) está convidando a comunidade a participar nesta quarta-feira, 3 de maio, de Audiência Pública organizada em conjunto pela Câmara Municipal, representada por seu gabinete, Associação Força Jovem Santanense e Executivo Municipal, através da Secretaria de Assistência e Inclusão Social. A Audiência Pública tem o objetivo de debater sobre a criação do Conselho Municipal da Juventude no município, com as presenças de palestrantes com experiência em conselhos de Juventude e Políticas Públicas de Juventude. Dentre as lideranças convidadas estarão o Diretor do Departamento de Políticas para a Juventude da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, Ricardo Bassi, a secretária Geral do Conselho Estadual de Juventude-CONJUVE/RS, Neusa Cavalheiro, além da secretária de Assistência e Inclusão Social de Livramento, Carla Saraiva. “É importante a participação dos nossos jovens para construir nosso próprio Conselho que vai tratar e buscar avanços nas questões da representatividade do jovem na nossa sociedade”, convidou o vereador Zenoir. O encontro ocorrerá às 18h30min desta quarta-feira, no Plenário João Goulart, na Câmara de Vereadores.

03/05/2017 | Bom Dia | Capa | 1

Contratação emergencial de professores

Hoje (3) e amanhã (4) são os últimos dias para se inscrever para o cadastro temporário de contratação emergencial de professores e funcionários na 15ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE). As inscrições podem ser feitas pelo site da Secretaria Estadual de Educação (Seduc), ou nas dependências da 15ª CRE, na Praça da Bandeira, em Erechim.

No caso do cadastro para professores, o candidato poderá se inscrever para a CRE e município, conforme sua habilitação para a educação básica nas suas etapas e modalidades, podendo atuar na área do conhecimento, bem como para a educação profissional.

Já no caso dos cadastros temporários de servidores de escola os cargos são de técnico agrícola e agente educacional I - manutenção de infraestrutura e alimentação - manutenção de infraestrutura e alimentação/ escolas indígenas.

O endereço para inscrição via internet é o www.educacao. rs.gov.br. Na coordenadoria, o horário de atendimento é das 9h às 11h30 e das 14h às 17h. Os editais para os cadastros - nos quais constam todas as informações - também podem ser acessados no site da Seduc.

03/05/2017 | Correio do Povo | Do Leitor | 2

Treinamento

Em meio às manifestações, fica claro uma deficiência da nossa Polícia: a dificuldade em imobilizar pessoas. Parece que os policiais não conhecem técnicas para imobilizar e algemar alguém. Fora os protestos, certa vez vi alguns policiais indo atrás de um fugitivo na avenida João Pessoa e um deles saca a arma a dois metros do ladrão e fica com apenas uma mão livre. Se o fugitivo tem uma arma ou pega a do policial começaria um tiroteio numa rua movimentada. Longe de querer depreciar o trabalho dos heróis que zelam pela segurança, essa crítica é construtiva, pois a Polícia deve zelar pela integridade dos seus agentes, do indivíduo preso e de terceiros, e o fará melhor quanto melhor treinada estiver. Augusto M., Porto Alegre

03/05/2017 | Correio do Povo | Cidades | 11

Parque está interditado

O parque de diversões instalado junto à área de atividades do Kerb de Estância Velha, no centro da cidade, foi interditado ontem e teve o alvará cassado pela prefeitura. As medidas foram tomadas após o acidente envolvendo mãe e filho na roda gigante, na tarde de segunda-feira.

Conforme testemunhas, um dos assentos se desprendeu, atingindo as vítimas na cabeça, que foram encaminhadas ao hospital de Ivoti pelo Corpo de Bombeiros. A criança, de 4 anos, teve ferimentos no rosto e foi liberada após atendimento médico. Já a mãe

permanecia ontem em observação, com quadro estável. Equipe do Instituto-Geral de Perícias (IGP) fez vistoria e encaminhará o laudo para a administração municipal.

A direção do parque afirma que irá solicitar ao engenheiro do local laudo técnico complementar a fim de garantir e atestar a segurança de todos os brinquedos. Segundo a prefeitura, os laudos de liberação do parque estavam em dia, sem irregularidades. A interdição e a cassação do alvará serão mantidas até que as causas do acidente sejam esclarecidas.

03/05/2017 | Correio do Povo | Polícia | 15

Treze mortos em acidentes

A 73ª Operação Viagem Segura contabilizou, de sexta a segunda-feira, 164 acidentes de trânsito no Rio Grande do Sul, que resultaram em 129 pessoas feridas e 13 mortes.

Conforme dados do Departamento Estadual de Trânsito (Detran/RS), a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Brigada Militar e o Comando Rodoviário da Brigada Militar (CRBM) fiscalizaram 31.180 veículos e aplicaram 8.918 autuações por diversas infrações. Ao todo, de acordo com o Detran gaúcho, foram feitos 2.471 testes de bafômetro e flagrados 122 condutores dirigindo sob efeito de álcool. Desses, 57 foram enquadrados em crime de trânsito. Outros 70 condutores se recusaram a fazer o teste e também foram autuados.

Os policiais recolheram 738 veículos e 177 CNHs que estavam em situação irregular, de acordo com as autoridades. A blitz em Porto Alegre, realizada sempre na saída de feriadão, abordou 142 condutores, resultando no registro de 37 infrações. Dez motoristas foram flagrados dirigindo alcoolizados. O Detran gaúcho salientou que essa ação na Capital soma esforços da Polícia Civil e de agentes que participam da Balada Segura.

03/05/2017 | Correio do Povo | Polícia | 15

PMs recebidos com granada

Policiais militares do 19˚ BPM foram recebidos com uma granada caseira na manhã de ontem, na Lomba do Pinheiro, zona Leste da Capital. A agressão ocorreu quando os PMs foram verificar a presença de integrantes da facção Bala na Cara na rua da Comunidade. Os criminosos estavam retirando à força os moradores de um imóvel. No momento em que os PMs se aproximaram, foram recebidos a tiros e o artefato foi arremessado, mas não explodiu. Três suspeitos foram presos. Um dos criminosos foi ferido e está hospitalizado.

03/05/2017 | Diário da Manhã | Conexão | 1

Operação Viagem Segura divulga ranking de irregularidades

Período de feriados teve mais de 20 mil multas e 11 mortes em acidentes no Estado

A Polícia Rodoviária Federal —PRF divulgou na manhã da terça-feira (2) os números da Operação Viagem Segura, que teve três edições no mês de abril, cobrindo os feriados da Páscoa, Tiradentes e Dia do Trabalho,

A última fase da operação no mês, que iniciou no dia 28 de abril e encerrou à meia-noite do dia 1. de maio, flagrou mais de 6.100 infrações nas rodovias federais do Rio Grande do Sul, Destas, 4,309 foram por excesso de velocidade. Ultrapassagem em local proibido foi a segunda infração mais cometida. Foram abordados e fiscalizados 5,238 veículos nas estradas gaúchas.

A delegacia da PRF em Passo Fundo, que fiscaliza trechos das rodovias BR 285, BR 153, BR 470 e BR 480, fiscalizou 348 veículos. Foram autuados 275 condutores, sendo que a infração mais recorrente foi a ultrapassagem proibida, com 52 autuações, e foram lavradas 49 multas por excesso de velocidade. E na delegacia da PRF em Sarandi, que atende parte das rodovias BR 468, BR 285, BR 158 e BR 386, foram fiscalizados 504 automóveis, e 224 condutores foram autuados. As multas por excesso de velocidade

somaram 120 autuações.

Em todo o Estado, foram aplicados mais de 2,300 testes de embriaguez, que resultaram em 76 multas. Em Passo Fundo, 134 motoristas passaram pelo teste de etilômetro, e 5 deles foram multados. Em Sarandi, 175 condutores foram convidados a prestar o teste, e 4 foram autuados. No total, 9 motoristas tiveram sua habilitação recolhida em Passo Fundo, 3 em Sarandi, e 81 em todo o Estado. A delegacia da PRF de Sarandi apreendeu 10 veículos no período da operação.

Movimentação regular
Durante a sexta-feira (28), a circulação de veículos foi menor que o esperado devido aos protestos que ocorreram em todo o país. Foram 37 pontos de bloqueios em rodovias federais ao longo do dia, que demandaram muito trabalho para a PRF, que contou com apoio da BM para liberar alguns pontos.

O sábado foi de movimentação intensa, e durante esse dia foram registradas diversas irregularidades, principalmente na freeway, onde algumas motocicletas foram flagradas guiando a mais de 200 km/h, As motos apreendidas e os condutores foram multados.

Durante o período da Operação Viagem Segura
do Dia do Trabalho, ocorreram quatro mortes, todas elas registradas no domingo, quando houveram três acidentes graves, Uma saída de pista na BR 386 durante à noite vitimou um homem. Dois morreram após a colisão de um carro com um caminhão, em Caçapava, pela manhã. Em Bagé, no final de tarde, um motociclista colidiu na lateral de um caminhão, vindo a morrer no local. Em Passo Fundo ocorreu um único acidente, registrando apenas danos materiais, e na jurisdição da PRF de Sarandi, um acidente resultou em um ferido. Ao todo, foram 34 acidentes nas estradas do Rio Grande do Sul, que resultaram em 344 feridos,

Balanço geral da Operação Viagem Segura
Durante os feriados da Semana Santa, Tiradentes e Dia do Trabalho, a PRF expediu um total de 20.022 multas, sendo que a maioria, 19.285 infrações, foram para motoristas que infringiram os limites de velocidade.

Os feriados do mês de abril totalizaram em 11 mortes nas estradas do Estado. Na área atendida pela PRF em Passo Fundo, nenhuma morte foi registrada, A PRF alerta que a maioria dos acidentes acontecem por desatenção, pressa e imprudência dos motoristas.

03/05/2017 | Diário da Manhã | Conexão | 1

Operação Viagem Segura divulga ranking de irregularidades

Período de feriados teve mais de 20 mil multas e 11 mortes em acidentes no Estado

A Polícia Rodoviária Federal —PRF divulgou na manhã da terça-feira (2) os números da Operação Viagem Segura, que teve três edições no mês de abril, cobrindo os feriados da Páscoa, Tiradentes e Dia do Trabalho,

A última fase da operação no mês, que iniciou no dia 28 de abril e encerrou à meia-noite do dia 1. de maio, flagrou mais de 6.100 infrações nas rodovias federais do Rio Grande do Sul, Destas, 4,309 foram por excesso de velocidade. Ultrapassagem em local proibido foi a segunda infração mais cometida. Foram abordados e fiscalizados 5,238 veículos nas estradas gaúchas.

A delegacia da PRF em Passo Fundo, que fiscaliza trechos das rodovias BR 285, BR 153, BR 470 e BR 480, fiscalizou 348 veículos. Foram autuados 275 condutores, sendo que a infração mais recorrente foi a ultrapassagem proibida, com 52 autuações, e foram lavradas 49 multas por excesso de velocidade. E na delegacia da PRF em Sarandi, que atende parte das rodovias BR 468, BR 285, BR 158 e BR 386, foram fiscalizados 504 automóveis, e 224 condutores foram autuados. As multas por excesso de velocidade somaram 120 autuações.

Em todo o Estado, foram aplicados mais de 2,300 testes de embriaguez, que resultaram em 76 multas. Em Passo Fundo, 134 motoristas passaram pelo teste de etilômetro, e 5 deles foram multados. Em Sarandi, 175 condutores foram convidados a prestar o teste, e 4 foram autuados. No total, 9 motoristas tiveram sua habilitação recolhida em Passo Fundo, 3 em Sarandi, e 81 em todo o Estado. A delegacia da PRF de Sarandi apreendeu 10 veículos no período da operação.

Movimentação regular
Durante a sexta-feira (28), a circulação de veículos foi menor que o esperado devido aos protestos que ocorreram em todo o país. Foram 37 pontos de bloqueios em rodovias federais ao longo do dia, que demandaram muito trabalho para a PRF, que contou com apoio da BM para liberar alguns pontos.

O sábado foi de movimentação intensa, e durante esse dia foram registradas diversas irregularidades, principalmente na freeway, onde algumas motocicletas foram flagradas guiando a mais de 200 km/h, As motos apreendidas e os condutores foram multados.

Durante o período da Operação Viagem Segura
do Dia do Trabalho, ocorreram quatro mortes, todas elas registradas no domingo, quando houveram três acidentes graves, Uma saída de pista na BR 386 durante à noite vitimou um homem. Dois morreram após a colisão de um carro com um caminhão, em Caçapava, pela manhã. Em Bagé, no final de tarde, um motociclista colidiu na lateral de um caminhão, vindo a morrer no local. Em Passo Fundo ocorreu um único acidente, registrando apenas danos materiais, e na jurisdição da PRF de Sarandi, um acidente resultou em um ferido. Ao todo, foram 34 acidentes nas estradas do Rio Grande do Sul, que resultaram em 344 feridos,

Balanço geral da Operação Viagem Segura
Durante os feriados da Semana Santa, Tiradentes e Dia do Trabalho, a PRF expediu um total de 20.022 multas, sendo que a maioria, 19.285 infrações, foram para motoristas que infringiram os limites de velocidade.

Os feriados do mês de abril totalizaram em 11 mortes nas estradas do Estado. Na área atendida pela PRF em Passo Fundo, nenhuma morte foi registrada, A PRF alerta que a maioria dos acidentes acontecem por desatenção, pressa e imprudência dos motoristas,

03/05/2017 | Diário da Manhã | Política | 3

Lideranças partidárias reúnem as bases

Eventos promovidos na região já permitem debates sobre as próximas eleições

Os primeiros movimentos mais concretos já vem sendo feitos pelos partidos, com vistas nas eleições de 2018. Seja com eventos fechados a filiados ou abertos à sociedade, as lideranças partidárias têm se mobilizado junto às bases para levantar informações que poderão gerar plataformas eleitorais e mesmo que revelem um quadro de nomes dispostos a concorrer. É o caso, por exemplo, do Democratas (DEM) e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), os quais promoveram atividades na região de Passo Fundo nos últimos dias.

A proposta do DEM, promovida pelo Diretório Estadual, leva o nome de Agenda 25 e envolve representantes de entidades de classe e de universidades, além de políticos e filiados. No encontro aqui no município, sexta-feira (28), o deputado federal Onyx Lorenzoni comandou as discussões que trataram sobre as rodovias estaduais, as melhorias no aeroporto e a segurança pública. “O partido está realizando, desde o início do ano, um conjunto de eventos que vai até novembro e se destina a receber das comunidades as suas principais demandas, com vistas ao desenvolvimento regional. Tudo deverá ser reunido e apresentado durante congresso estadual em 25 de novembro”, explicou em coletiva de imprensa, referindo-se a um disgnósico que será elaborado com os principais tópicos levantados no Estado.

Esse molde de interação, disse ele, se torna essencial em um período de crise latente entre os eleitores e seus representantes. “Estimo que no Congresso Nacional haverá um número inédito de mais de 50% de renovação. É óbvio que temos que abrir dentro de nosso partido um espaço de diálogo com a sociedade”, justificou, projetando as eleições de 2018.

Para o próximo ano, o deputado já dá como praticamente certa a efetivação de chapas próprias do partido, pois acredita que a legislação não permitirá mais as coligações após nova reforma. “Já estamos nos preparando para disputar eleição sem aliança, tanto para Assembleia Legislativa, quanto para a Câmara Federal. Nas conversas que temos com nossa bancada de Passo Fundo, temos reiterado que na cidade, devido a sua liderança regional, o partido deve apresentar candidaturas a deputados estaduais e federais”, adiantou Lorenzoni.

Conforme entende o presidente do diretório municipal, Cristiam Thans (secretário de Transportes e Serviços Gerais), eventos que

visam a discussão de novos caminhos são imprescindíveis, por isso o partido deve ser protagonista em discussões sobre o desenvolvimento do Estado e do País. O presidente da Câmara de Vereadores, Patric Cavalcanti, complementou que estes encontros são extremamente positivos, a fim de possibilitar o fomento do debate das entidades de classe e as lideranças políticas municipais, estaduais e federais.

PMDB

Há cerca de duas semanas, o presidente do PMDB Gaúcho, deputado federal Alceu Moreira, esteve em Passo Fundo quando se reuniu com lideranças locais da sigla. De lá para cá, foram promovidos outros dois encontros na região Norte do Estado para discutir a realidade do partido em diferentes localidades. Um terceiro evento estava agendado para Passo Fundo, na sexta-feira (28), mas acabou cancelado em função do dia de mobilização nacional organizado por centrais sindicais em todo o país.

No mesmo dia, em Panambi, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e lideranças de, ao menos, 16 municípios da região do Planalto expressaram ao presidente estadual o que esperam da Executiva. Esse padrão de agenda integra o projeto denominado de “Construindo o Amanhã”, promovido pelo PMDB estadual em parceria com a Fundação Ulysses Guimarães. Segundo explicou Moreira, neste primeiro momento, o desafio da Executiva é levar à base partidária conhecimento técnico sobre as reformas trabalhista, da Previdência e do Plano de Modernização do Estado. "Um partido político tem que dizer com clareza o que ele representa como instrumento de solução de vida para a população".

O secretário estadual da Fazenda e integrante da Executiva do PMDB-RS, Giovani Feltes, deixou uma sugestão à direção estadual para criação de novos fóruns representativos. "Para discutirmos assuntos que definitivamente possam determinar um jeito próprio do PMDB governar e se portar diante dos desafios da atividade pública", justificou o dirigente.

No dia anterior, peemedebistas da Zona da Produção, Celeiro, Médio e Alto Uruguai e Planalto Médio se reuniram em Palmeira das Missões.

03/05/2017 | Diário da Manhã | Economia | 7

Presidente do Sindicato é o palestrante da reunião-almoço "Tá na Hora" de maio

A reunião-almoço Tá na Hora, promovida pela Associação Comercial de Pelotas, tem sua data agendada para o dia 11 de maio, quinta-feira, às 11h45min, no Salão Nobre da ACP (8° andar do Edifício Palácio do Comércio), e traz o presidente do Sindicato das Empresas de Informática do Rio Grande do Sul (SEPRORGS), Diogo Rossato, para tratar do tema Novidades Tecnológicas e o Futuro do Mercado de Trabalho.

A palestra tratará da tecnologia como solução para redução de custos nas empresas dos mais diversos segmentos, oferecendo um recurso de competitividade no atual cenário de instabilidade econômica. Em sua fala, Rossato também abordará a discussão atual sobre a possibilidade de a tecnologia substituir pessoas no mercado de trabalho. "A tecnologia inova para melhorar a vida das pessoas, e não para competir com elas. Nosso dia a dia está repleto de tecnologias que automatizaram tarefas e nem por isso eliminaram a necessidade de recursos humanos. Invenções desde as mais cotidianas, como a máquina de lavar, por exemplo, mudaram a forma de realizar um trabalho, tornaram-no mais fácil e rápido, e não excluíram a função do ser humano", destaca.

A vinda do presidente a Pelotas, onde o Sindicato possui uma unidade regional, também faz parte dos esforços de interiorização da entidade, voltados a dar cada vez mais força às empresas representadas que têm sede no interior, buscando fomentar a aproximação entre fornecedores de tecnologia e potenciais compradores. Atualmente o SEPRORGS representa mais de 17 mil empresas gaúchas do ramo.

O Tá na Hora tem o apoio da Aliança Pelotas, CDL Pelotas e RBS TV e o patrocínio do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Os convites para o evento podem ser adquiridos na secretaria da Associação Comercial de Pelotas até o dia 9 de maio pelo valor de R$ 45,00 para sócios e R$ 60,00 para não-sócios e a partir de 10 de maio pelo valor de R$ 70,00. As reservas podem ser realizadas pelo telefone (53)3028-1541 Ramais 205/206.

Sobre o palestrante
Quadro - ver imagem.

03/05/2017 | Diário da Manhã | Polícia | 12

Segurança capacita agentes para análise de mídias sociais

A Secretaria da Segurança Pública (SSP) ontem ao primeiro Curso de Análise e Busca Eletrônica em Mídias Sociais. A iniciativa visa capacitar agentes da segurança a efetuarem buscas eletrônicas, realizando operações de inteligência em ambiente online.

O curso, organizado pelo Departamento de Inteligência de Segurança Pública (DISP), ocorre até 11 de maio - num total de 80h/aula. Nele, os alunos aprenderão a desenvolver a análise direciona da de possíveis incidentes e a produzir relatórios objetivos, com base na pesquisa efetuada.

Na abertura oficial, o secretário Cezar Schirmer ressaltou que o crime organizado opera de forma descentralizada e muitas vezes é gerido de outros estados ou, até mesmo, de países vizinhos. "Uma das ferramentas mais utilizadas pelos grandes grupos criminosos é a internet. Dessa forma, precisamos capacitar nossos quadros, fazendo com que os servidores atuem em condições de igualdade", afirmou.

As aulas serão ministradas a partir da operação de sistemas open source (código aberto) gratuitos, qualificando e tomando objetivas as buscas na web, desenvolvendo técnicas para monitoramento em tempo real e de georreferenciamento das movimentações a partir de ferramentas específicas. As ações podem ser exploratórias, visando a imediata obtenção de dados, ou sistemáticas, estabelecendo o acompanhamento e monitoramento de alvos e fenômenos.

03/05/2017 | Diário da Manhã | Contracapa | 16

Em foco - Clima

Boletim semanal do Instituto Climatempo, produzido especialmente para o Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga), informa que as chuvas ocorridas na semana passada voltaram a atrapalhar a colheita do arroz em, praticamente, todas as regiões produtoras do Rio Grande do Sul. No entanto, mesmo com a queda brusca da temperatura, por conta da presença de uma massa de ar de origem polar, não houve prejuízos aos produtores.

CLIMA - Mas para essa semana não há previsões de chuvas generalizadas e nem tão pouco em grandes volumes, o que permite que os produtores avancem e até mesmo alguns finalizem a colheita em suas propriedades. Somente no final desta semana e começo da próxima é que há a possibilidade de que venham a ocorrer algumas pancadas de chuva.

03/05/2017 | Diário de Canoas | Observatório | 2

O perfil do motorista

O motorista profissional do Rio Grande do Sul é um condutor experiente: 52% dos condutores habilitados para dirigir profissionalmente têm mais de 20 anos de carteira nacional de habilitação (CNH). Outros 36% têm entre dez e 20 anos de habilitação.

Motofretistas, taxistas, caminhoneiros, motoristas de ônibus, micro-ônibus, tratoristas são predominantemente homens e estão distribuídos em variadas faixas etárias. Embora mais expostos no trânsito, não cometem mais infrações do que os não profissionais. As informações constam no levantamento do Detran/ RS para o Dia do Trabalho, que traçou um perfil dos condutores gaúchos aptos para exercer atividade remunerada com o veículo.

SEGURANÇA

O Detran/RS tem trabalhado com esses públicos para reduzir os riscos na atividade laboral e os índices de acidentalidade envolvendo profissionais. Desde 2016, um grupo de trabalho que reúne empresas de transporte de passageiros e cargas estuda políticas de segurança para motoristas de ônibus e caminhões.

MINORIA

As mulheres ainda são minoria na atividade. Enquanto eles são 34% do cadastro de condutores, entre os profissionais elas representam somente 4,8%. São 33.090 mulheres aptas a dirigir profissionalmente no estado, contra 650.915 homens.

03/05/2017 | Diário de Canoas | Comunidade | 5

A luta pelo leite diário do garoto Adriel Baldin

Está em falta o produto Neocate advance, que é o único alimento do guri que mora no Mathias

Cada um tem sua opinião, mas de uma forma geral ter que viver dependendo dos outros e pedindo ajuda é algo que quase ninguém gosta. Lediane Baldin não é diferente, mas a dona de casa continua correndo de um lado para o outro e dependendo da ajuda do Estado para manter a saúde do pequeno Adriel Baldin, que desde que foi diagnosticado com câncer nunca mais foi o mesmo. A doença já foi embora, mas ficaram as sequelas. O problema é que o menino de 13 anos, morador do bairro Mathias Velho, hoje só se alimenta através de uma sonda e o tratamento fez com que ele aceitasse somente um tipo de leite, o Neocate-advance, que custa em média R$ 200 a lata contendo 400 gramas. Ele precisa de cerca de 30 latas de leite por mês, tendo em vista que consome aproximadamente uma lata por dia.

Lediane ganhou o direito na Justiça de receber 33 latas mensalmente do Estado. Só que volta e meia faltam latas na Farmácia Básica do Estado. "A gente se sente incomodando, mas o meu filho teve esse direito garantido pela justiça. Eu não peço muito. Eu só quero ajuda com o leite que ele tanto precisa para sobreviver", apela a mãe. O susto veio no mês passado, quando ela foi até a Farmácia Básica e só conseguiu retirar oito das 33 latas ao qual o menor tinha direito. Desde então, a família tem contado com a ajuda de outras pessoas para garantir a alimentação da criança. 'Até um pai que tem uma filhinha que também só se alimenta com este leite deu algumas latas", conta.

BRIGA

Infelizmente, esta não é a primeira vez que falta leite na casa da Lediane. Há dois anos atrás, ela também ficou mais de um mês sem o fornecimento do leite. Foi só depois de muita briga que o fornecimento foi normalizado junto a Farmácia Básica do Estado. "Fazia um tempão que não acontecia nenhum problema", desabafa. "É triste ter que passar por tudo isso de novo."

ELE TEM REAGIDO MUITO BEM

Foi em 2011 que Adriel Baldin foi diagnosticado com um câncer na medula. O menino foi curado, mas ficou com sequelas. O câncer atingiu uma parte da garganta, não sendo possível a ele engolir os alimentos. Foi necessário que ele passasse a usar uma sonda direto no estômago para conseguir se alimentar. O leite Neocade-advanced foi o único a que a criança se adaptou, sendo usado desde então. A situação do Adriel também melhorou. Ao que tudo indica, a partir de agora, ele deve passar só uma vez por ano pela oncologia, para alivio da mãe. "Depois de tudo que já sofri, estou muito feliz por ver ele bem desse jeito".

Mãe contesta informação

Via assessoria de comunicação, a Secretaria Estadual de Saúde informou no final da tarde de ontem que a situação na Farmácia Popular havia sido regularizada e que o leite do Adriel estava garantido. Ledo engano. Ainda no final da tarde, a Lediane foi até a farmácia e constatou que não havia nenhuma latinha sequer no local. Mais: também não tinham nem previsão para a chegada do leite. Triste. O Adriel não pode esperar muito mais.

DÊ UMA FORÇA!

Quem quiser ajudar a Lediane e o Adriel pode entrar contato direto com ela pelo telefone 991349842

03/05/2017 | Diário de Canoas | Polícia | 13

Feriadão com 4 mortes nas rodovias federais

Segundo a Polícia Rodoviária Federal, são mais de 6 mil flagrantes de infrações nas estradas

Mais de 6,1 mil infrações foram flagradas pela Policia Rodoviária Federal em rodovias federais durante os quatro dias (de 28 de abril e 1° de maio) da Operação Viagem Segura Dia do Trabalho. A maioria (mais de 4,3 mil), por excesso de velocidade. Foram mais de 5 mil veículos abordados e fiscalizados. Houve quatro mortes entre 34 acidentes com feridos. Ao todo, 344 pessoas ficaram feridas. Durante a sexta-feira, 28 de abril, foi pequena a circulação de veículos, devido às manifestações da greve geral que parou o país. Ao longo do dia, foram 37 pontos de bloqueios em rodovias federais. No sábado, a movimentação foi intensa, com registros de diversas irregularidades, como motocicletas acima dos 200 km/h multadas e apreendidas na free way.

TRÊS ACIDENTES

As quatro mortes aconteceram em três acidentes no domingo: uma saída de pista na BR-386, em Taquari, durante à noite vitimou um homem. Dois homens morreram após a colisão de seu carro com um caminhão, em Caçapava, pela manhã. Em Bagé, final de tarde, um motociclista colidiu na lateral de um caminhão, vindo a morrer no local. Durante a segunda, houve intenso movimento de retorno do Litoral Norte, na descida da Serra, e no Vale do Sinos. Durante os feriados de Semana Santa, Tiradentes e dia do Trabalho, houve 11 mortes, e mais de 20 mil motoristas foram multados. A PRF alerta que a maioria dos acidentes acontece por desatenção, pressa e imprudência dos motoristas.

03/05/2017 | Diário de Santa Maria | Educação | 14

Cidade sedia Seminário de Educação fiscal

– O Programa Municipal de Educação Fiscal (PMEF) promove, de hoje até sábado, o 3º Seminário Regional de Educação Fiscal: Transformando Vidas. As atividades acontecem sempre no auditório do Centro Administrativo, pela manhã e à tarde. Conforme a coordenadora do programa, Rosaura Vargas, o seminário é voltado para professores, gestores e coordenadores das redes municipal, estadual e particular de Santa Maria e da Região Central.

Os interessados em participar do seminário devem preencher uma ficha de inscrição, disponível no site da Prefeitura (www.santamaria.rs.gov.br/ educacaofiscal), e escolher o dia da oficina que pretendem acompanhar. O evento conta com o apoio da Delegacia da Receita Federal do Brasil, da Delegacia da Fazenda Estadual, da 8ª Coordenadoria Regional de Educação e da Universidade Federal de Santa Maria.

03/05/2017 | Diário de Santa Maria | Educação | 14

Alunos com deficiência podem perder transporte

Três instituições de Santa Maria que atendem pessoas com deficiência estão com dificuldade para garantir o transporte aos atendidos. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), a Associação Colibri e a Escola Antônio Francisco Lisboa utilizam o serviço de transporte escolar por meio de convênio com a prefeitura. Contudo, o não pagamento para as transportadoras coloca em risco o atendimento de 234 alunos especiais, entre crianças, adolescentes e adultos. Representantes das entidades comentam que a documentação para liberar a verba estaria em análise do setor de licitações da prefeitura.

Na última quinta-feira, representantes das três instituições, alguns pais de atendidos e funcionários se reuniram com o presidente da

Câmara de Vereadores, Admar Pozzobom (PSDB), para pedir ajuda. Admar informou que solicitaria uma reunião com o prefeito Jorge Pozzobom e com o secretário de Desenvolvimento Social, João Chaves, junto com as três entidades ainda para esta semana. A diretora da Escola Antônio Francisco Lisboa, Sonia Gentile, comenta que 100 estudantes da instituição utilizam o transporte.

Ela comenta que os motoristas que prestam o serviço já estão resistentes em seguir, pois trabalham desde março sem receber. Conforme Sonia, a reunião com o prefeito deveria acontecer entre ontem e hoje, mas até às 15h de ontem, quando falou com o Diário, não tinha informação concreta sobre o encontro. Quem também aguardava contato da prefeitura na tarde de ontem era a presidente da Associação Colibri, Adriana Teresinha Cezar. Ela comenta que dos 57 atendidos na entidade, 44 utilizam o transporte escolar da prefeitura. Ela diz que a Colibri não tem condições financeiras para pagar o serviço e depende do convênio para que os alunos cheguem até a associação. Ela comenta que a troca de gestão foi um dos argumentos apresentados a ela sobre a demora de liberação da verba para o transporte.

CANCELAMENTO

Assim como a diretora do Francisco Lisboa e a presidente da Colibri, o presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Júlio Brenner, também aguardava, na tarde de ontem, retorno sobre a reunião das entidades com o chefe do Executivo. Brenner comenta que 90 atendidos utilizam do transporte do convênio com o Município, mas arrisca a pedir o cancelamento do serviço se a situação não for resolvida até sexta-feira. – Estamos gerando um passivo muito grande. Estamos nos endividando cada vez mais. Tomei esta decisão para não gerar uma dívida que não conseguiremos quitar depois – explica o presidente da Apae.

REUNIÃO

A prefeitura informa que a reunião das entidades com Jorge Pozzobom e o titular da pasta de Desenvolvimento Social, João Chaves, está marcada para às 11h desta sexta-feira, no Centro Administrativo municipal. A assessoria do Executivo também salienta que todos os esforços serão empreendidos para resolver esta situação. Já as entidadades querem garantir o transporte dos alunos. Sobre os prazos estarem em atraso por conta de ser uma nova gestão, a Superintendência comenta que o processo de transição sempre dificulta processos. O órgão diz que quando a nova administração assume, muitos prazos estão prestes a vencer e a gestão precisa correr para organizar tudo.

Em Rosário do Sul, serviço não atende estudantes da área rural

No dia 23 de março, pais e alunos fizeram um protesto em Rosário do Sul, em frente à prefeitura, para solicitar o transporte escolar para as redes estadual e municipal, que começaram as aulas no dia 6 de março. Mais de um mês depois, a situação das escolas municipais está regular, mas não há transporte para rede estadual. A agricultora Vanessa Traude Soares, 37 anos, tem duas filhas, Manuela e Isabeli, que estão matriculadas na Escola Estadual Padre Ângelo Bartelle, que fica a 10 quilômetros da casa dela. Como o transporte não passa em frente ou próximo à residência, as meninas não frequentam a escola este ano. Vanessa conta que liga diariamente para a 19ª Coordenado-ria Regional de Educação (CRE), com base em Santana do Livramento, para saber sobre o transporte, mas o órgão não sabe informar quando a situação será resolvida.

– Eles até me pediram para parar de ligar. Disseram que a diretoria da escola vai me informar, mas eu tento falar com eles e também não sabem de nada. As professoras estão me pressionando para mandar as meninas para escola, só que se eu levar elas de carro todos os dias, uma de manhã e outra à tarde, dá R$ 400 de combustível. Nós somos agricultores, este dinheiro faz falta para gente no final do mês – comenta a mãe das meninas.

SEM PREVISÃO

A coordenadora adjunta da 19ª CRE, Simone Henriques, esteve ontem em Rosário do Sul para debater assuntos do órgão, entre eles a questão do transporte. Contudo, Simone informa que ainda não há prazo para iniciar o serviço. Ela diz que são necessários dez roteiros na área rural de Rosário para levar as crianças às escolas, mas apenas três estão funcionando. A adjunta da 19ª CRE diz que aguarda uma resposta da Secretaria Estadual da Educação (Seduc) para repassar às famílias do município.

Susepe retira celulares e estoques da Pesm

A Penitenciária Estadual de Santa Maria (Pesm), que contabilizou, na semana passada, a primeira fuga de um detento desde a sua inauguração, em 2011, passou por uma revista na manhã de ontem. A ação resultou na apreensão de 38 celulares, 11 baterias, 85 estoques (espécie de armas artesanais feitas com ferro ou metal), quatro chips de celulares e pequena quantidade de maconha. Os objetos estavam escondidos em vasos sanitários e no interior de colchões de diversas celas das galerias C e D do módulo 2 da penitenciária. Ao todo, cerca de 200 presos – entre condenados e provisórios – foram revistados um a um por 64 agentes do Grupo de Operações de Intervenção da 2ª Delegacia Penitenciária Regional (2ª DPR).

A ação, que teve o reforço dos cães da delegacia, começou por volta das 7h30min e terminou às 11h30min. Um caminhão do Corpo de Bombeiros ficou de prontidão no local. Os presos que ficam nas celas onde foram encontrados os objetos responderão a procedimento administrativo. Os relatórios são enviados à Vara de Execuções Criminais (VEC), que analisa a situação de cada um dos casos e decide o tipo de medida que será aplicada. Segundo o delegado regional da Superintendência de Serviços Penitenciários (Susepe), Anderson Prochnow, a revista transcorreu tranquilamente. Nenhum preso foi transferido. – Diante das informações que recebemos dos setores de inteligência da Susepe, da Brigada Militar, da Polícia Civil e da Polícia Federal, planejamos qual o módulo e quais as galerias serão revistados – explicou o delegado. Ontem, a Pesm estava com 806 presos, lotação acima da capacidade, que é de 766. Dos 40 apenados excedentes, 36 ainda são aqueles transferidos da Região Metropolitana no ano passado.

FORAGIDO

Enquanto isso, a Cor regedoria da Susepe ainda investiga como Jare Coutinho Madruga, 34 anos, conseguiu fugir da Pesm no dia 25 de abril. De acordo com o delegado penitenciário, Brigada Militar e Polícia Civil trabalham para tentar localizar o apenado, que é originário de Pelotas. Atualmente, ele é considerado foragido do sistema carcerário. – A Corregedoria foi informada imediatamente para averiguar in loco o que aconteceu e por que ocorreu para que situações como essa não se repitam novamente – disse Prochnow. O delegado não deu novas informações sobre o caso, alegando que podem prejudicar a investigação. Mas disse que as câmeras internas estão danificadas e não gravaram a fuga. Mesmo assim, reiterou que o preso teria escalado o muro no pátio interno, que tem seis metros de altura. Depois, ele teria pulado uma cerca de três metros para ter acesso à parte externa da Pesm. A fuga ocorreu entre 8h30min e 9h30min, no horário em que os presos estão no pátio. A constatação se deu em seguida, quando houve a contagem dos detentos para retornarem às celas.

03/05/2017 | Diário de Santa Maria | Segurança | 16

Indiciado por estuprar as filhas

O homem de 45 anos que é investigado por estuprar a filha de 16 anos foi indiciado por duplo estupro qualificado. Além dessa filha, que chegou a engravidar, a outra filha dele, que hoje tem 21 anos, também relatou ter sido estuprada por ele quando tinha 11 anos. A Polícia Civil de Santiago, que conduziu a investigação, concluiu o inquérito na semana passada. O Diário não informa o nome do indiciado para que as vítimas não sejam identificadas. O caso aconteceu em um município próximo a Santiago. O homem segue preso, em caráter preventivo, desde o dia 20 de abril, no Presídio Estadual de Santiago.

Ao longo da investigação, a filha dele de 21 anos chegou a prestar depoimento à polícia dizendo que também foi vítima de violência sexual quando era criança. Quando ficou sabendo do caso da irmã, ela foi até a delegacia para prestar depoimento. Ao final do inquérito, a Polícia Civil concluiu que o homem estuprou as duas filhas e, por isso, foi indiciado duas vezes. Além dos estupros, ele foi indiciado por aborto provocado em concurso de agente, ou seja, ele teria conhecimento da tentativa de aborto provocada pela sua mulher, madrasta da filha. A madrasta das vítimas também foi indiciada na semana passada pelo crime de aborto provocado. A polícia chegou a pedir a prisão da mulher, de 39 anos, mas a Justiça negou a solicitação.

Segundo a polícia, ela teria sido a responsável por provocar o aborto depois que descobriu que a enteada adolescente estava grávida. A vítima relatou à polícia que a madrasta a obrigava a tomar um líquido amargo. Isso teria acontecido entre os dias 7 e 10 de abril. A adolescente foi submetida a exames. Desde então, foi verificada a ausência de batimentos cardíacos no bebê. Depois, confirmou-se que a gravidez não poderia ter continuidade, e a adolescente passou pelo processo de curetagem. Um médico legista acompanhou o processo, e a polícia pretende usar o material para fazer um exame de DNA, que também pode servir como prova no caso.

03/05/2017 | Diário de Santa Maria | Contracapa | 32

Revista na Pesm apreende celulares e armas artesanais

Página 16

03/05/2017 | Diário Gaúcho | Capa | 1

Uma escola que pede amparo

FAMA APÓS ÓTIMAS NOTAS NO ENEM ATRAIU
CENTENAS DE ALUNOS. FALTOU ESTRUTURA...

Pág.3

03/05/2017 | Diário Gaúcho | A Vida da Gente | 3

Após destaque, luta para se manter

Sucesso no Enem fez escola estadual aumentar número de alunos, mas estrutura não acompanhou crescimento.

Os bons resultados obtidos pelos alunos da Escola Estadual Gomes Carneiro no Enem 2015 - a instituição da Vila Ipiranga, na zona norte da Capital, figurou entre as dez escolas públicas gaúchas mais bem avaliadas no exame - provocaram uma intensa procura por vagas. Enquanto em 2016 o número de matriculados era de 740, neste ano, chega a 1,2 mil alunos, inclusive oriundos de escolas particulares. No entanto, a estrutura física da escola não tem acompanhado a excelência no ensino.

As goteiras e infiltrações seguem sendo problemas, o telhado e o piso de salas de aula precisam de reforma, que ainda não foi iniciada via Secretaria Estadual da Educação (Seduc). Uma vistoria foi feita durante as férias, mas nenhuma providência foi tomada. A fim de receber os novos alunos no início do ano letivo, a diretora Susana Silva de Souza decidiu fazer melhorias com recursos da autonomia financeira.

O objetivo era colocar novamente em uso quatro salas de aula interditadas por problemas estruturais. Foram feitos reparos na elétrica, troca de forro, calha, pintura. A reforma mais ampla, no entanto, segue necessária. Como o recurso da autonomia financeira foi comprometido com os reparos - que custaram R$ 26 mil -, está faltando dinheiro para despesas rotineiras da escola. Orçamento - O orçamento do dia a dia está bem apertado. Estamos contando com a parceria dos pais e dos alunos - explica a diretora. A dona de casa Bruna Pedroso, 24 anos, mãe de aluno, reconhece: - Falta de papel higiênico até folhas de oficio. A diretora lembra outra necessidade: a construção de uma quadra de esportes coberta. Mas o aluno Cauã Gesswein, 13 anos, do oitavo ano, que faz parte de uma das turmas novas, pondera: - Podiam melhorar as salas que têm goteiras, solucionar o problema no telhado.

Gestão é do diretor

Os méritos da gestão e o empenho e qualificação dos professores não mudaram desde o bom desempenho no Enem. Pelo contrário, renderam frutos como a doação de 20 computadores pelo Tribunal Regional do Trabalho (4a região), ampliação da biblioteca, além da continuidade da parceria com os pais e a adoção de agenda escolar e uniforme. — Eu gostei muito desta escola. Apareceu na tevê, o ensino é muito bom — opina Bruna Santos Félix, 17 anos, que veio da Escola Estadual Itamarati. Necessidade A assessoria de comunicação da Seduc informou que havia planejamento de liberação de recursos para a realização de obras de reforma na escola mas, com a troca de comando na secretaria — Ronald Krummenauer foi anunciado na última quinta-feira para substituir Luís Alcoba a medida deverá ser avaliada novamente.

Em relação à dificuldade financeira por conta dos reparos realizados, a Seduc afirmou que o recurso da autonomia financeira é de gestão do diretor e não há como repassar qualquer reforço. A escola recebe R$ 3.536,50 mensais para despesas com manutenção e R$ 1.515,64 para uso permanente. Esses valores — bem como o recurso para merenda — são calculados a partir do censo escolar,

no qual ainda consta o número de alunos no ano passado.

03/05/2017 | Diário Gaúcho | A Vida da Gente | 6

Yucumã ainda tem salvação

Teste comprovou influência de hidrelétrica sobre patrimônio mundial localizado em Derrubadas, no noroeste do Estado.

Testes realizados durante três dias comprovaram a influência da vazão das águas da usina Foz do Chapecó Energia na visibilidade do Salto do Yucumã, a maior queda d'água longitudinal do mundo, com 1,8km de extensão, em Derrubadas, no noroeste do Estado. Entre a meia-noite de 28 de abril e a meia-noite de 1° de maio, a usina funcionou com apenas uma das quatro turbinas, diminuindo a passagem de água pelo leito do Rio Uruguai.

A medida foi determinada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a partir de uma solicitação da Secretaria Estadual de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Sema). — Com as medições hora a hora, confirmamos a nossa suspeita de que a usina Foz do Chapecó, situada a cerca de 160km do Salto, tem responsabilidade pelo enchimento do Yucumã. Durante o final de semana, o Yucumã ficou completamente visível - afirma o diretor do Departamento de Recursos Hídricos da Sema, Fernando Meirelles. Precedente Amanhã, uma videoconferência reunirá o Operador Nacional do Sistema Elétrico, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a Sema, a Foz do Chapecó e a ,Agência Nacional de Aguas (ANA) para avaliar os dados colhidos durante os três dias de testes. - Há um precedente que nos favorece.

Em Tocantins, a ANA fez alterações nas usinas que atuam no Rio Tocantins. No período de praia, o sistema elétrico costuma ser modificado. Isso também pode ocorrer na bacia do Uruguai como regra de sobrevivência para o turismo local - acredita Fernando.

Expectativa positiva para o turismo

A perspectiva de desaparecimento do Yucumã foi mostrada na edição de sexta-feira passada do Diário Gaúcho. Desde junho de 2016, a Sema vem colhendo dados que mostram a influência das hidrelétricas sobre o Salto. A mudança pode voltar a movimentar o turismo na Rota do Yucumã, formada pelos 33 municípios do Celeiro e do Planalto Médio, que viu despencar a procura pela região nos últimos sete anos devido às más condições de visibilidade do Salto.

As prefeituras culpam a instalação da usina de Chapecó, em funcionamento desde 2010. — Esperamos que a ANA se sensibilize com a situação. Será um bem para o turismo e para a natureza finaliza a empresária e representante da Associação Turística Caminhos do Interior de Tenente Portela, Márcia Mueller.

03/05/2017 | Diário Serrano | Geral | 9

Uergs abre inscrições para Mobilidade Acadêmica Interna

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul está oferecendo 11 vagas para Mobilidade Acadêmica Interna na unidade de Cruz Alta, para os cursos de Pedagogia Licenciatura e Ciência e Tecnologia de Alimentos. O edital foi lançado na última quinta-feira (27) e as
inscrições poderão ser feitas até o dia 4 de maio.

Podem se inscrever os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Uergs que desejam mudança de curso, de turno, ou de Unidade.

As inscrições podem ser feitas presencialmente nas unidades onde o aluno pretende cursar, ou poderão ser realizadas por e-mail, desde que utilizando o e-mail Expresso, disponibilizado a todos os alunos pela Universidade. Após o término do processo de transferência interna, será aberto edital para Mobilidade Acadêmica Externa, que possibilitará reingresso, ingresso de diplomados e transferência externa, com previsão de publicação na segunda quinzena do mês de maio.

Nos termos do regimento Uergs são admitidas três formas de mobilidade acadêmica, na forma de transferência interna: o aluno poderá requerer somente mudança de turno, permanecendo no mesmo curso e na mesma Unidade: poderá requerer somente mudança de Unidade, permanecendo no mesmo curso e mudança de curso, desde que respeitado o artigo 49 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que autoriza a transferência de alunos regulares para cursos afins, na hipótese de existência de vagas. O resultado será divulgado no dia 11 de maio

03/05/2017 | Folha de Cachoeirinha | Geral | 8

DetranRS divulga perfil do motorista profissional no Rio Grande do Sul

O motorista profissional do Rio Grande do Sul é um condutor experiente. Cinquenta e dois por cento dos habilitados para dirigir profissionalmente têm mais de 20 anos de CNH. Outros 36% têm entre dez e 20 anos de habilitação. Motofretistas, taxistas, caminhoneiros, motoristas de ônibus, micro-ônibus, tratoristas são predominantemente homens e estão distribuídos em variadas faixas etárias. Embora mais expostos no trânsito, eles não cometem mais infrações que os não profissionais.

As informações constam no levantamento do Detran/RS para o Dia do Trabalho, que traçou um perfil dos condutores gaúchos aptos para exercer atividade remunerada com o veículo. No total, são 684 mil motoristas com o registro na CNH, dos quais 76.549 podem exercer atividade remunerada somente com a categoria B (automôveis), 522.776 com as categorias de veículos pesados (C, D e E) e 403.334 com a motocicleta Atualmente, o Detran/RS possui o registro de 342.018 veículos de placa vermelha (categoria aluguel, que engloba o transporte de cargas e passageiros), entre eles 186 mil caminhões, 16 mil automóveis, 28 mil ônibus e quase 10 mil motocicletas. As mulheres ainda são minoria na atividade. Enquanto eles são 34% do cadastro de condutores, entre os profissionais elas representam somente 4,8%. São 33.090 mulheres aptas a dirigir profissionalmente no estado, contra 650.915 homens.

Motoristas que exercem atividade remunerada com o veiculo distribuem-se entre as mais variadas faixas etárias, mas 30% estão entre os 31 aos 40 anos. Mesmo dirigindo mais tempo do que a média do condutor que não exerce atividade remunerada, o percentual de infrações registradas de condutores profissionais não é muito maior do que a sua participação no cadastro de condutores: 18% das infrações com condutores identificados em 2016 foram cometidas por profissionais, grupo que representa 14% do total de condutores. Em primeiro lugar no ranking das infrações mais cometidas está o excesso de velocidade, que representa metade de todas as infrações registradas.

03/05/2017 | Folha do Sul | Capa | 1

Campanha de vacinação no RS prevê imunização de quase 14 milhões de bovinos

Página 6.

03/05/2017 | Folha do Sul | Capa | 1

Analise prorrogada por mais 30 dias

Previsto para ser concluído em abril, o relatório com o detalhamento dos procedimentos necessários para a finalização da obra da barragem da Arvorezinha, desenvolvido por técnicos da Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientes) e do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea-RS), teve seu prazo para finalização prorrogado.A informação foi confirmada, ontem, pelo Daeb. Página 5.

03/05/2017 | Folha do Sul | Geral | 5

Prazo para conclusão de análise da barragem da Arvorezinha é prorrogado

Trabalho deve se estender por mais 30 dias

Diferente do que estava previsto, o relatório com o detalhamento dos procedimentos necessários para a finalização da obra da barragem da Arvorezinha ainda não foi apresentado ao Departamento de Água, Arroios e Esgoto de Bagé (Daeb). O prazo era o final do mês de abril - isso após transcorridos 60 dias da visita técnica de representantes da Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec) e do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea-RS) ao canteiro de obras. Conforme a assessoria de comunicação da autarquia, o prazo foi prorrogado por 30 dias.

Acontece que a equipe de trabalho necessita de mais tempo para conclusão da análise geológica, ainda segundo as informações repassadas à reportagem.

É preciso entender que o estudo possibilitará a abertura de uma nova licitação para a conclusão do empreendimento, que permaneceu embargado por dois anos e oito meses. Os pareceres deverão detalhar aspectos da hidrologia – padrões de escoamento das bacias que abastecem a área -, geologia – resistência do solo-, capacidade de infiltração de água no subsolo coberto pela represa e capacidade de retenção da barragem, assim como projeto executivo – plantas, mapas e especificações da obra, o quanto já foi executado do projeto anterior e, especialmente, custos para seu reinício.

A comitiva contou, também, com profissionais do Núcleo de Engenheiros e Arquitetos de Bagé (Neab), da Associação Bageense de Engenheiros Agrônomos (Abea) e do Daeb. Foi durante a visita técnica, no dia 8 de fevereiro, que o presidente do Crea-RS, engenheiro civil Melvis Barrios Júnior, comentou que, após vencidas as etapas de projetos, renovação de licenciamentos ambientais e outros trâmites burocráticos, a barragem deve ficar pronta em um ano e meio.

03/05/2017 | Folha do Sul | Geral | 6

Campanha de vacinação contra febre aftosa inicia no Estado

A primeira etapa da campanha de vacinação contra a febre aftosa no Rio Grande do Sul teve abertura oficial na segunda-feira. O ato ocorreu na fazenda de propriedade de Selito Carboni, em Barra do Ribeiro, com a presença do secretário da Agricultura, Pecuária e Irrigação (Seapi), Ernani Polo; do prefeito de Guaíba, José Speroto; e representantes de sindicatos rurais e produtores.

Essa primeira etapa de imunização do rebanho gaúcho vai até o dia 31 deste mês. A expectativa da Secretaria da Agricultura é que sejam imunizadas 13,8 milhões de cabeças de gado, em cerca de 330 mil propriedades rurais.

03/05/2017 | Folha do Sul | Geral | 13

Primeiro dia útil do mês registra filas por exames

A sede da Secretaria de Saúde e Atenção à Pessoa com Deficiência (Saúde) registrou um grande fluxo de pacientes que buscavam agendar atendimentos junto à rede municipal na manhã de ontem. Até as 11h, pelo menos 200 pessoas estiveram na central de marcação de exames. O aposentado Idelmar Proença Nunes, de 63 anos, esteve no local pela terceira vez, em busca de um exame para a esposa. Chegou às 8h e aguardava para conseguir marcar o procedimento. “Das outras vezes não consegui, pois as fichas tinham acabado. Agora espero conseguir”, comentou. Já a dona de casa Eliana Quevedo Delgado, 58, moradora do bairro Menino Deus, foi pela segunda vez ao local para agendar uma ecografia estomacal.“Quando a idade chega, só precisamos nos cuidar mais”, justificou ao relatar dores na região do abdômen. Maria Regina Ferreira Alves, 52 anos, residente no bairro Santa Carmem, disse ter ido ao local para marcar um exame e que lamentava a demora. “Antes, a gente marcava esses exames direto no posto. Agora temos de vir aqui e, às vezes, demora”, argumentou. Já Marta Eliana Castro Machado, 42 anos, aguardava desde as 7h para marcar um exame para o pai, que sofre de dores na coluna. Às 10h45min, a dona de casa ainda aguardava sua vez de para agendar o procedimento. “Mais cedo, isso aqui estava lotado. Uma senhora até passou mal, de tão cheio que ficou”, relatou. Secretaria realizou 280 atendimentos Em relação ao fluxo atípico de pacientes, a secretaria divulgou uma nota de esclarecimento.

Alegou que o fato de ontem deu-se pela abertura de cotas para exames e consultas disponibilizadas pelo Estado, através da 7ª Coordenadoria Regional de Saúde.

Segundo o comunicado, naquela estrutura (setor de exames), são disponibilizados dois atendimentos, marcação de exames e agendamento de pacientes que fazem tratamento fora de domicílio (TFD). “O que tornou o ambiente bastante movimentado, especialmente em um dia pós-feriado", justificou o informe. A nota também ressaltou que a central de exames funciona diariamente, das 8h às 15h, e que os 280 pacientes que estavam aguardando o serviço, ontem, foram atendidos até o meio-dia.

03/05/2017 | Gazeta do Sul | Panorama | 3

Em Porto Alegre

Telmo Kirst (PP) pretende encaminhar hoje, em Porto Alegre, duas demandas importantes para a área de mobilidade em Santa Cruz. Primeiro, o prefeito tem audiência no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) sobre a cedência, por parte da União, do trecho da BR–471 entre o trevo da Castelo Branco e a entrada da Souza Cruz. A ideia é que a Prefeitura assuma a conservação também dessa parte da rodovia, o que permitiria o início imediato de obras no trevo em frente à Philip Morris. Telmo quer implantar uma rotatória no local, dando mais segurança a motoristas e pedestres.

O outro compromisso do prefeito na Capital é na Secretaria Estadual de Transportes. Vai ajustar com o secretário Pedro Westphalen todos os detalhes para o evento de amanhã, em Santa Cruz. Westphalen estará na cidade para anunciar um investimento de R$ 12 milhões em melhorias em quase 100 quilômetros da RSC–287, entre Tabaí e o trevo de Vale do Sol.

03/05/2017 | Gazeta do Sul | Geral | 5

Escolas

A 1ª Olimpíada Escolar de Vale do Sol terá a primeira etapa hoje, a partir das 9 horas, no Centro, com o atletismo. Participarão escolas das redes municipal e estadual nas categorias feminino e masculino – mirim, infantil e juvenil. O objetivo é integrar alunos, escolas e comunidade, buscando o desenvolvimento da educação por meio do esporte. A Olimpíada terá mais três etapas: dia 24 de maio, disputas de futsal em Alto Castelhano; dia 29 de junho, jogos de vôlei em Formosa; em outubro, enfrentamento das escolas no futebol de sete em Rio Pardense. A Olimpíada Escolar será classificatória para a fase da 6ª Coordenadoria Regional de Educação (6ª CRE) dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (Jergs).

03/05/2017 | Jornal Agora | Geral | 4

Aberta oficialmente campanha de vacinação contra a febre aftosa no RS

Foi aberta oficialmente, na segunda-feira (19),a campanha de vacinação contra a febre aftosa no Rio Grande do Sul. O ato ocorreu na fazenda de propriedade de Selito Carboni, em Barra do Ribeiro, com a presença do secretário da Agricultura, Pecuária e Irrigação (Seapi), Ernani Polo; do prefeito de Guaíba, José Speroto; e de representantes de sindicatos rurais e produtores.

Esta primeira etapa de imunização do rebanho gaúcho vai até o dia 31 deste mês. A expectativa da Secretaria da Agricultura é que sejam imunizadas 13,8 milhões de cabeças de gado, em cerca de 330 mil propriedades rurais.

"Neste ato oficial de início da imunização de nosso rebanho, é fundamental o apoio do produtor neste momento, pois não há, desde o ano passado, mais a distribuição de vacinas gratuitas pelo Estado. Então precisamos do apoio do produtor para que faça a vacinação em seu gado, imunizem corretamente seus animais e auxiliem os técnicos da secretaria nesta importante ação. O propósito é manter a sanidade do rebanho gaúcho. Buscamos cada vez mais a elevação de nosso status sanitário e isso passa por uma campanha

bem-sucedida", destaca Ernani Polo.

03/05/2017 | Jornal de Gravataí | Geral | 3

Mais de 31 mil veículos fiscalizados no feriado

Da zero hora da última sexta-feira (28) até a meia-noite da segunda (1°), a Viagem Segura do Dia do Trabalho contabilizou 31.180 veículos fiscalizados e 8.918 autuações por infrações diversas. PRF, BM e CRBM aplicaram 2.471 testes de etilômetro e flagraram 122 condutores sob o efeito de álcool. Na Operação, as policias recolheram 738 veiculos e 177 CNHs em situação irregular. Foram registrados 164 acidentes no trânsito gaúcho, que resultaram em 129 pessoas feridas e 13 mortes nos quatro dias de Viagem Segura (média de 3,25/dia).

03/05/2017 | Jornal de Gravataí | Geral | 8

DetranRS divulga perfil do motorista profissional no Rio Grande do Sul

O motorista profissional do Rio Grande do Sul é um condutor experiente. Cinquenta e dois por cento dos habilitados para dirigir profissionalmente têm mais de 20 anos de CNH. Outros 36% têm entre dez e 20 anos de habilitação. Motofretistas, taxistas, caminhoneiros, motoristas de ônibus, micro-ônibus, tratoristas são predominantemente homens e estão distribuídos em variadas faixas etárias. Embora mais expostos no trânsito, eles não cometem mais infrações que os não profissionais.

As informações constam no levantamento do Detran/RS para o Dia do Trabalho, que traçou um perfil dos condutores gaúchos aptos para exercer atividade remunerada com o veículo. No total, são 684 mil motoristas com o registro na CNH, dos quais 76.549 podem exercer atividade remunerada somente com a categoria B (automôveis), 522.776 com as categorias de veículos pesados (C, D e E) e 403.334 com a motocicleta Atualmente, o Detran/RS possui o registro de 342.018 veículos de placa vermelha (categoria aluguel, que engloba o transporte de cargas e passageiros), entre eles 186 mil caminhões, 16 mil automóveis, 28 mil ônibus e quase 10 mil motocicletas. As mulheres ainda são minoria na atividade. Enquanto eles são 34% do cadastro de condutores, entre os profissionais elas representam somente 4,8%. São 33.090 mulheres aptas a dirigir profissionalmente no estado, contra 650.915 homens.

Motoristas que exercem atividade remunerada com o veiculo distribuem-se entre as mais variadas faixas etárias, mas 30% estão entre os 31 aos 40 anos. Mesmo dirigindo mais tempo do que a média do condutor que não exerce atividade remunerada, o percentual de infrações registradas de condutores profissionais não é muito maior do que a sua participação no cadastro de condutores: 18% das infrações com condutores identificados em 2016 foram cometidas por profissionais, grupo que representa 14% do total de condutores. Em primeiro lugar no ranking das infrações mais cometidas está o excesso de velocidade, que representa metade de todas as infrações registradas.

03/05/2017 | Jornal NH | Comunidade | 8

Parque de diversões segue sem funcionar

Estância Velha - O parque de diversões instalado ao lado do Kerb de Estância Velha, onde mãe e filho teriam sido atingidos por uma peça da roda gigante na tarde de ontem, segue com a licença de funcionamento suspensa. Na manhã de ontem, o Instituto-Geral de Perícias (IGP) esteve no local para averiguar as circunstâncias do acidente. Segundo o comissário de Polícia e chefe de investigações, Renê Guimarães Júnior, o perito informou preliminarmente que não havia problema mecânico ou de segurança no brinquedo.

O laudo do IGP, segundo a assessoria de imprensa do órgão, leva cerca de 20 a 30 dias para ficar pronto. Para que o parque volte a funcionar, será ne cessária a realização de nova vistoria e a reapresentação de todos os laudos dos órgãos responsáveis, informou a assessoria da prefeitura, que não tem previsão de quando o local será liberado para o público. Os dois feridos foram liberados do

Hospital São José, de Ivoti, ainda na noite de segunda-feira.

VERSÃO

O proprietário do parque, Benhur Rossio, deu depoimento à Polícia Civil na tarde de ontem. Segundo Rosson, não houve queda de nenhuma peça da roda gigante. Ele explica que dois jovens entraram no brinquedo e começaram a sacudir o cesto e que isso teria feito com que o cesto deles se chocasse com o da mãe e do filho.

03/05/2017 | Jornal NH | Contracapa | 32

Balanço

O Refaz 2017 (Programa Especial de Quitação e Parcelamento) alcançou uma arrecadação de R$ 101,1 milhões. Ao todo, 5.225 empresas gaúchas aderiram à iniciativa, sendo que 4.404 contribuintes foram contatados diretamente pelas equipes da Receita Estadual.

03/05/2017 | Jornal VS | Olho vivo | 2

Charge

Ver imagem.

03/05/2017 | Metro | Foco | 3

Golpe. Alerta para descarte de livros didáticos

A Seduc (Secretaria Estadual da Educação) alerta as escolas do Rio Grande do Sul sobre um golpe envolvendo livros didáticos. Basicamente, as escolas recebem a visita de um caminhão, no qual seus ocupantes se identificam como contratados dos Correios para recolher os livros didáticos, vencidos ou não. No final, os infratores levam os livros para destino desconhecido. Por causa dessa situação, a Seduc informa que cada estabelecimento de ensino deve ter uma comissão responsável pelo descarte de livros fora da validade. Além disso, a Seduc reforça que não está recolhendo livros, assim como também não o estão fazendo os Correios nem o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

03/05/2017 | Minuano | Campo e Negócios | 4

Clima pode colaborar com final da colheita de arroz

De acordo com informações do boletim semanal do Instituto Climatempo, produzido para o Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga), as chuvas ocorridas na semana passada voltaram a atrapalhar a colheita do arroz em praticamente todas as regiões produtoras do Rio Grande do Sul. E mesmo com a queda brusca da temperatura, por conta da presença de uma massa de ar de origem polar, não houve prejuízos aos produtores.

Para essa semana não há previsões de chuvas generalizadas e nem tão pouco em grandes volumes, o que irá permitir que os produtores avancem e até mesmo que alguns finalizem a colheita em suas propriedades. Somente no final de semana e começo da semana que vem é que há a possibilidade de que ocorram algumas pancadas de chuva.

Até lá, a grande maioria das lavouras de arroz já devem estar colhidas e, com isso, mesmo que venham a ocorrer novas paralisações, essas não irão trazer mais tantos prejuízos quanto foram observados durante o mês de abril.

03/05/2017 | Minuano | Geral | 7

Agência do Sine de Bagé não aderiu à campanha Trabalhador em Foco

Um dia após a celebração do Dia do Trabalhador, a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) promoveu o evento Trabalhador em Foco, em diversas agências do Sine do Estado. Em Bagé, não houve adesão das empresas à campanha. A iniciativa acabou sendo realizada apenas na região metropolitana.

A administradora da agência FGTAS/Sine em Bagé, Michele Boschmann, conta que foram realizados contatos com algumas empresas da região, mas nenhuma demonstrou interesse em aderir ao mutirão de entrevistas de emprego. Ela destaca que mesmo sem aderir à campanha, a captação de vagas em Bagé já é proporcionalmente maior que a de 2016, e está quase alcançando a de 2015. Em 2016, 17,3% das 752 vagas foram preenchidas, enquanto em 2015 foram captadas 810 vagas, com 208 colocações, sendo que 25,68% das vagas foram preenchidas.

Nestes primeiros quatro meses de 2017, foram captadas 229 vagas, com 53 colocações no mercado de trabalho, alcançando a média de 23,15% de vagas preenchidas, o que é considerado um bom resultado para o período. Michele destaca que novas vagas estão disponíveis para o mercado, como para os cargos de analista de logística, auxiliar administrativo, auxiliar contábil, auxiliar financeiro, empregada doméstica e vendedor externo. Além disso, também estão disponíveis 20 vagas temporárias para trabalhadores rurais, para a colheita de acácia em Candiota. As entrevistas serão realizadas na quinta-feira, na sede do Sine.

03/05/2017 | O Informativo do Vale | Pelo Vale | 3

Reunião com entidades debate segurança pública em Itapuca

Melhorias e soluções para a falta de segurança em Itapuca pautaram a reunião do prefeito, Marcos José Scorsatto e do vice, Delavir Scorsatto, com representantes de diversas entidades ligadas à segurança pública, no dia 20 de abril. O debate contou com a presença do delegado da Polícia Civil de Arvorezinha, Márcio Marodin, e do representante do Comando da Brigada Militar de Soledade, sargento Sidnei.

Ambos expuseram a situação das entidades diante dos problemas de Itapuca e acolheram ideias dos participantes para melhorar a segurança no município. O prefeito solicitou mais participação da Polícia Civil e da Brigada Militar na cidade, pedido também feito em três audiências na Secretaria de Segurança Pública do Estado. Scorsatto falou sobre o projeto de instalação de câmeras de videomonitoramento no perímetro urbano, o qual está em execução, e do estudo que a Administração realiza para a contratação de vigilância armada.

03/05/2017 | O Nacional | Capa | 1

Faltam professores na rede estadual

7ª Coordenadoria Regional de Educação diz que solução está na contramão de temporários. Página 6

03/05/2017 | O Nacional | Página 2 | 2

Febre aftosa

A campanha de vacinação contra a febre aftosa no Estado foi lançada nesta segunda feira (1a), no município de Barra do Ribeiro. Esta primeira etapa de imunização do rebanho gaúcho ocorre de 10 a 31 de maio. A expectativa da Secretaria da Agricultura é que sejam imunizadas 13,8 milhões de cabeças de gado, em cerca de 330 mil propriedades rurais.

03/05/2017 | O Nacional | Polícia | 11

Mais de 31 mil veículos foram abordados durante operação

■ Foram registradas 13 mortes em todo Estado durante os quatro dias de fiscalização, uma média de 3,25 por dia

A Operação Viagem Segura do Dia do Trabalho fiscalizou mais de 31 mil veículos e autuou quase nove mil condutores por infrações diversas durante os quatro dias do feriadão. Foram aplicados um total de 2.471 testes de etilômetro que resultaram em um saldo de 122 condutores sob o efeito de álcool.

Desses, 57 foram enquadrados em crime de trânsito (46,7%), por terem resultado igual ou superior a 0,3 miligramas de álcool por litro de sangue. Os mesmos responderão administrativa e criminalmente. Outros 70 foram autuados por recusa a fazer o teste e também foram retirados de circulação. Ainda, da meia-noite de sexta-feira (28) às 23h59 dessa segunda (01) os polícias recolheram 738 veículos e 177 Carteiras Nacionais de Habilitação em situação irregular.

■ ACIDENTES

Os órgãos de fiscalização registraram 164 acidentes no trânsito gaúcho, que resultaram em 129 pessoas feridas e 13 mortes durante quatro dias, uma média de 3,25/dia. Na Operação do Dia do Trabalho do ano passado, foram 11 mortes em três dias (média de 3,66), considerando apenas as que ocorrem durante a operação.

■ BALANÇO DAS TRÊS ÚLTIMAS OPERAÇÕES

O último mês teve três edições consecutivas da Viagem Segura - Páscoa, Tira-dentes e Dia do Trabalho. As operações integradas fiscalizaram 102.741 veículos, registraram 29.787 infrações e retiraram de circulação 660 condutores embriagados ou que apresentaram visíveis sinais de alteração da capacidade psicomotora (incluindo as recusas ao teste do etilômetro).

Vinte e nove pessoas perderam a vida nas rodovias e vias municipais do Estado nos três feriadões que, juntos, somaram 12 dias de fiscalização intensiva. Contabilizadas as mortes durante o período da operação, a média das três últimas edições é de 2,42 vítimas fatais por dia.

■ MOVIMENTAÇÃO

Durante o primeiro dia de operação, a circulação de veículos foi pequena devido aos protestos realizados. Foram 37 pontos de bloqueios em rodovias federais ao longo do dia, que demandaram muito trabalho para a PRF, que contou com apoio da BM para liberar alguns pontos. No sábado, a movimentação cresceu e diversas irregularidades foram registradas, como
motocicletas acima dos 200 km/h sendo multadas e apreendidas na Freeway.

As quatro mortes ocorreram em três acidentes no domingo. Uma saída de pista na BR-386 durante à noite vitimou um homem. Dois homens morreram após a colisão de seu carro com um caminhão, em Caçapava, pela Manhã. Em Bagé, final de tarde, motoqueiro colidiu na lateral de um caminhão, vindo a morrer sio local.

Durante a segunda, muito movimento de retorno do litoral norte, mas sem lentidão. Na descida da Serra, pela BR 116, ocorreram congestionamentos durante a tarde e a noite, também no vale dos Sinos.

Policia Rodoviária Federal

Dentro da operação Viagem segura do Dia do Trabalho, a PRF flagrou mais de 6.100 infrações. Destas, mais de 4300 foram por excesso de velocidade. Ultrapassagem em local proibido foi a segunda infração mais cometida. Mais de cinco mil veículos foram abordados e fiscalizados.

* Acidentes com feridos: 34
* Feridos: 344
* Mortes: 04
* Fiscalizados: 5238
* CNH recolhidas: 81
* Multas por excesso de velocidade: 4309
* Testes de embriaguez: 2389
* Multas por embriaguez: 76

* Total geral de multas: 6164

03/05/2017 | Pioneiro | Silvana Toazza | 2

Vacaria briga por fábrica chinesa

Vacaria está batalhando para atrair a construção de uma fábrica chinesa de óleo vegetal, biodiesel e derivados, com potencial de faturamento bruto anual de R$ 1,6 bilhão.

Se conseguir segurar o investimento, o município seria beneficiado com 120 empregos diretos, 1,4 mil no campo e outros 5 mil indiretos.

Mas, para se habilitar a concorrer, Vacaria precisa dar uma contrapartida: a doação de uma área de 30 hectares, atualmente pertencente ao Estado.

– A ideia é que o Estado doe ao município 100 hectares, para que possamos fazer um distrito industrial e instalar essa empresa, entre outros empreendimentos nessa área – explicou o prefeito de Vacaria, Amadeu Boeira, que esteve reunido na última semana, em Porto Alegre, com o secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Fábio Branco.

A solicitação é clara: que o governo repasse para Vacaria esse terreno que não está sendo utilizado.

Agilidade é fundamental para o Estado não perder oportunidades de se reerguer. Ou a burocracia prevalecerá?

03/05/2017 | Pioneiro | Polícia | 13

Patrulha volta à rua

Equipe tentará conter o aumento dos assaltos no município

Como resposta à onda de assaltos ao transporte coletivo em Caxias do Sul, a Brigada Militar (BM) anunciou ontem a retomada da Patrulha do Transporte Seguro. Com 98 crimes registrados até a quinta-feira passada, o primeiro quadrimestre de 2017 é o pior dos últimos 19 anos. A Patrulha foi criada em 2008 e registrou, logo em seu primeiro ano, uma redução de 62% nos casos. Em 2015, a guarnição foi extinta em uma mudança de estratégia da BM.

A patrulha conta com três policiais militares e uma viatura que atuarão prioritariamente no combate aos roubos de ônibus. A ideia é aproximar a BM da Visate, dos funcionários da empresa e dos passageiros para identificar problemas e fragilidades. A equipe atuará nos horários com mais ocorrências e será responsável pelo atendimento em caso de assalto.

– É um trabalho direcionado a prevenção. Esses três policiais irão atuar junto aos bairros, aos itinerários e às paradas de ônibus para diminuir a incidência criminal. Serão uma referência para as vítimas e a empresa – destaca o major Jorge Emerson Ribas, comandante do 12º Batalhão de Polícia Militar (12º BPM).

A união da Polícia Civil, da BM e da comunidade, representada pelos operadores da Visate, foi destacada como um diferencial. O titular da Delegacia Especializada em Furtos, Roubos, Entorpecentes e Captura (Defrec), Mário Mombach, acredita que o compromisso trará resultados em curto prazo de tempo:

– Crimes de menor repercussão são mais complicados de obter condenações com penas altas. A motivação é esclarecer o maior número de fatos que esses suspeitos estão envolvidos e remeter em conjunto toda a obra criminal deles para o convencimento do Ministério Público e Poder Judiciário da necessidade de mantê-los em prisão preventiva e por condenações mais pesadas – aponta.

Originalmente, a Patrulha surgiu após o ano mais violento no transporte coletivo da cidade – foram 310 assaltos em 2007. A ação foi considerada exitosa e os anos seguintes tiveram constantes quedas nos índices criminais.

Ataques são vistos como escada para crimes maiores

Apesar de ser um crime de alto risco – por envolver violência e criminosos inexperientes –, o roubo de ônibus muitas vezes é citado como um crime de menor potencial ofensivo. Entre os bandidos mais experientes, esse tipo de crime é considerado "chinelo", ou seja, praticado por criminosos de baixo escalão. Contudo, esses assaltos devem ser analisados como uma porta de entrada para crimes maiores.

No contexto do roubo a transporte coletivo, entra a figura do traficante. É ele quem recebe o usuário de drogas e vê uma oportunidade de usá-lo, afinal, o tráfico precisa de mão de obra barata para manter o domínio.

Após ter sucesso em suas ações, esse ladrão é convidado e pressionado a cometer crimes mais graves, como defender um ponto de tráfico, ameaçar outro usuário em dívida e participar de assassinatos. Quando o ladrão é preso, acaba sendo apresentado a bandidos mais experientes na cadeia e sua escalada no crime se intensifica.

– Essa hierarquia do crime é o perfil que identificamos na maioria dos casos de roubos a ônibus. A motivação da Polícia Civil para qualificar a investigação é exatamente temendo esta possível escalada criminosa –aponta o delegado Mombach.

03/05/2017 | Zero Hora | Esporte | 38

A final será aqui

CENTENÁRIO receberá a decisão, após bombeiros vetarem Estádio do Vale

O Campeonato Gaúcho 2017 será decidido no Centenário, em Caxias do Sul. Apesar do esforço do Novo Hamburgo para deixar o Estádio do Vale em condições para a partida que decidirá o campeonato, os Bombeiros apontaram inconformidades na casa do Noia, forçando assim a realização do jogo na Serra.

O anúncio de que a partida será no Centenário foi feito um pouco depois das 18h de ontem. Em nota assinada pelo presidente da Federação Gaúcha de Futebol, Francisco Novelletto Neto, foi apresentada a justificativa para tal decisão: "Tendo em vista a não apresentação da documentação a ser expedida pelos órgãos de segurança para liberação do Estádio do Vale, foi definido o Estádio Centenário, na cidade de Caxias do Sul, como local do jogo final do Gauchão", diz um trecho do texto.

Para receber a final do Gauchão, segundo o regulamento, é necessário que o estádio comporte 10 mil torcedores. Como a casa do Noia, inaugurada em 2008, tem 5,5 mil lugares, arquibancadas móveis foram instaladas antes mesmo do confronto com o Grêmio, pela semifinal. No entanto, não foram liberadas. Apesar de ajustes realizados para o duelo, o esforço da direção anilada novamente foi insuficiente para deixar o local apto a receber torcedores.

Em entrevista ontem, após a não liberação do Estádio do Vale, o ex-presidente do Novo Hamburgo Rosalvo Johann avaliou a decisão como falta de "boa vontade" dos agentes da segurança.

– Foram quase irredutíveis (os Bombeiros). São três ou quatro questões. Teremos de fazer uma logística maior para jogar em Caxias. Mas vamos para ser campeões. Quando o Inter jogou no Estádio do Vale, podia 15 mil pessoas. Agora, não pode. Para o Inter podia, para nós, não. Só porque temos um time pequeno. Não teve boa vontade dos Bombeiros com a gente. Temos de buscar um título que não disputamos há 65 anos em Caxias do Sul. Mas seremos campeões lá. E descer a Serra comemorando – disse o ex-presidente Rosalvo Johann.

A visão do Inter sobre a situação é completamente oposta. Diretor de futebol do clube, Adauri Silveira afirmou que não vê, a partir dessa decisão, vantagem para os colorados pelo fato de o jogo se dar em campo neutro. A preocupação, conforme as palavras do dirigente, era com a segurança dos torcedores.

– Não havendo liberação, seguimos o que estava marcado e a gente saúda que o regulamento tenha sido cumprido.

O retrospecto recente do Inter em decisões no Centenário tem sido favorável ao torcedor colorado. Em 2013, o Inter venceu o primeiro e o segundo turno do Gauchão, consequentemente sagrando-se campeão. No jogo decisivo na casa do Caxias, já que o Beira-Rio estava em reforma, venceu o Juventude nos pênaltis por 4 a 3, após 0 a 0 no tempo normal.

Em 2014, ainda sem o Beira-Rio, o time colorado goleou o Grêmio por 4 a 1 e foi novamente campeão gaúcho no Centenário. Em 2012, o Caxias recebeu o Inter para a partida de ida da final do Estadual. Os times ficaram no 1 a 1 e depois, em casa, os colorados venceram por 2 a 1.

INGRESSOS
A partir da definição do confronto, o Novo Hamburgo precisará replanejar a venda de ingressos. Nesta manhã, a direção do clube irá se reunir para tratar do tema. Segundo o presidente Juarez Radaelli, as vendas começarão na quinta-feira.

03/05/2017 | Zero Hora | Diogo Olivier | 42

Pedra cantada 1

Como duvidei antes, posso voltar ao assunto com certa autoridade agora. Estava na cara que a final do Gauchão não seria no Vale. Os dirigentes do Noia prometiam, mas nunca senti firmeza em garantir todas as normas de segurança, corretamente mais rígidas após a tragédia da boate Kiss, em Santa Maria. A ameaça do próprio Noia em jogar contra o Grêmio fora do Vale para ter mais renda reforça a desconfiança. Houve tempo de sobra uma semana a mais para cumprir as exigências dos Bombeiros. No Centenário, o Novo Hamburgo vai faturar o triplo.

PEDRA CANTADA 2 - Talvez até possa dar aumento gordo aos seus jogadores, mantendo a base do time para os quatro meses de Série D, caso chegue às finais. O time de Beto Campos estava invicto em casa. Verdade, mas não perdeu no Beira-Rio, na Arena e quase em todos os lugares. Joga do bem em qualquer lugar. Depois do drama dos goleiros do Inter, e comprovada a maturidade do Noia, o fator local da finalíssima perdeu um tanto de relevância. Aposto que, lá no fundo, o Noia gostou da decisão dos Bombeiros. Lavou as mãos, como se diz.

Segmento: Vinculadas

03/05/2017 | Amanhã | Geral | 14

Grandes símbolos

A Copel está para o Paraná assim como o Banrisul está para o Rio Grande do Sul ("Copel vai rever ativos para focar mais no Paraná portal AMANHÃ, 29 de março). Essas companhias se tornaram competitivas e sólidas porque suas gestões entenderam que seus maiores ativos são as suas marcas, a base de clientes e o conhecimento do mercado onde atuam armazenado nas organizações e nos colaboradores. Mesmo sendo estatais, conseguiram produzir inovações estruturantes dificilmente imitáveis ou substituíveis pela concorrência a curto prazo, sendo ambas as empresas, junto com suas bandeiras, os grandes símbolos desses dois estados.

03/05/2017 | Amanhã | Geral | 102

O Rio Grande do Sul na memória

AS GRIFES MAIS LEMBRADAS PELOS GAÚCHOS EM MAIS DE 70 CATEGORIAS

VER IMAGEM

ÁGUA DA PEDRA
CONSUL
TIO JOÃO

GOL
BANRISUL
NET
ISABELA
PRETINHO BÁSICO
CAIXA ECON. FEDERAL
MELITTA
MERCEDES-BENZ
VISA
SAMSUNG
SKOL
LEÃO
NESTLÉ
VOTORAN
ORTOBOM
PAULO SANTANA
TAM
DELL
SÉRGIO ZAMBIASI
CRISTINA RANZOLIN
COLOMBO
SICREDI
MU-MU
ATLÂNTIDA
GAÚCHA RBS/GLOBO
RED BULL
BARÃO
SALTON
TRAMONTINA
SADIA
TERMOLAR
ZERO HORA
ELEGÊ
PEDRO E. DENARDIN
TUMELERO
MASSEY
FERGUSON
NESCAFÉ
CIELO
ISABELA
CHEVROLET/GM
HONDA
KAPPESBERG
VIVO
OI
NUTRELLA
O BOTICÁRIO
EMANE
UNIMED
UNIODONTO
GOOGLE
BRADESCO
PRETINHO BÁSICO

JORNAL DO ALMOÇO
SANTA CLARA
SÃO JOÃO
PAQUETÁ
COLOMBO
RENNER
IPIRANGA
FACEBOOK
REFEISUL
COCA-COLA
AZALEIA
PEGADA
BRADESCO
TRAMONTINA
NIKE
GRÊMIO
RENNER
MERCÚRIO
TIGRE
SKY
PUC
UFRGS
JOTA PE

03/05/2017 | Correio do Povo | Capa | 1

Ação oferece novas vagas de trabalho

Página 6

03/05/2017 | Correio do Povo | Taline Oppitz | 4

Apartes I

- Gerson Carrion assume hoje, às 18h, a presidência da Fundação CEEE.

03/05/2017 | Correio do Povo | Economia | 6

Empresa faz seleção direta com candidato

A atividade do Trabalhador em Foco, promovida ontem pela FGTAS, reuniu centenas de pessoas à procura de um emprego. Além da Capital, a iniciativa também ocorreu nas outras 137 agências FGTAS/Sine do Estado. Foram ofertadas 3.158 vagas. Os candidatos aguardavam o atendimento feito por seis empresas que ofertavam mais de 200 vagas para operador de telemarketing receptivo e ativo, porteiro, auxiliar de depósito, operador de empilhadeira elétrica, consultor de vendas, técnico gráfico e contínuo.

Segundo observou o diretor-presidente da FGTAS, Gilberto Baldasso, o trabalho desenvolvido ontem já é habitual, mas criou-se um “fato novo” com o evento Trabalhador em Foco e foi possível chamar a atenção de mais interessados. Para se candidatar às vagas era necessário ter pelo menos Ensino Fundamental completo. Para algumas delas havia ainda a exigência de Ensino Médio. Os salários oferecidos variavam de R$ 937 até R$ 2 mil e as entrevistas ocorreram durante todo o dia.

03/05/2017 | Diário de Canoas | Observatório | 2

Sujeira

O LEITOR RECLAMA — Valdomiro Ignácio reclama de sujeira na Rua Antônio Lourenço da Rosa, esquina com a Santo Antônio, no Mato Grande. Já reclamou para Prefeitura, mas não dão retorno.

A PREFEITURA RESPONDE — A equipe da Prefeitura Sudoeste fez a limpeza de 16 bocas de lobo e trocou cinco tampas de bueiro, além de desentupimento de esgoto. Com a Corsan, a capatazia também consertou vazamento de água.

03/05/2017 | Diário de Santa Maria | Agronegócio | 7

Bons negócios nas feiras de terneiros

Foi aberta, nas Ultimas semanas, a temporada das feiras de terneiros na região. Além dos negócios fechados durante os remates, os eventos ajudam a definir o preço de venda dos novilhos nas negociações entre os criadores e os produtores que compram gado para invernar ou que fazem a terminação dos animais, antes de vender aos frigoríficos. Pelo que os primeiros eventos realizados na região mostraram, o mercado deve permanecer aquecido durante todo o período de outono. Conforme o extensionista Roblein Coelho Filho, da Emater Regional de Santa Maria, o mercado do gado bovino de corte na região não deve ser afetado pelas turbulências causadas pela Operação Carne Fraca pelo país: — Essa questão não envolve empresas da região. Além disso, o nosso produto vem sendo re conhecido pela qualidade.

Mesmo os pequenos pecuaristas estão investindo cada vez mais em genética, adquirindo bons touros e matrizes ou investindo em inseminação - comenta Roblein. Em Rosário do Sul, na última quinta-feira foi realizada a 45ª edição da Feira de Terneiros, Terneiras e Vaquilhonas. Os rea lizadores comemoraram a pista limpa no final dos remates, com a venda de 700 machos e 300 fêmeas. Os preços médios do kg ficaram em R$ 5,12 para terneiros. Em Caçapava do Sul, a 37a Feira de Outono de Terneiros, realizada no sábado, resultou em preços mais elevados, com média geral em R$ 6,02 por kg.

03/05/2017 | Diário de Santa Maria | Geral | 15

RSC-287

– A Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) deve concluir, nesta semana, a primeira etapa da segunda metade da ponte na RSC-287, no km 153, entre Candelária e Novo Cabrais. O fluxo segue intercalado, com uso de semáforo, e a velocidade na ponte é limitada a 20 km/h.

03/05/2017 | Diário Gaúcho | Seu problema É Nosso! | 30

Moradora está há seis meses sem luz

A agente social aposentada Janaina Uma Machado, 44 anos, moradora de Minas do Leão, nunca esquecerá a noite de 1° de novembro de 2016. Um temporal que atingiu a região derrubou três postes -de energia na Estrada Municipal, Bairro Coreia, onde mora.

Um deles arrastou o poste da casa de Janaina e, com ele, toda a fiação de luz interna. Desde então, a residência está sem energia elétrica, e a moradora aguarda pelo ressarcimento dos danos, prometido pela Ceee. Segundo Janaína, a ,Ceee esteve no local em 10 de novembro e fez uma vistoria.

Após constatar que um poste da companhia e uma catástrofe natural haviam causado a queda do poste dela, a equipe garantiu que o prejuízo seria ressarcido - mas isso não aconteceu. - Toda a fiação da nossa casa veio abaixo, quebrou o poste, o medidor, relógio e parte do muro. Já entrei em contato com a ouvidoria mais de 20 vezes e, mesmo assim, nada foi feito. Eles substituíram as estruturas

que caíram, que eram de madeira e estavam podres, por novas de concreto, mas meu poste e minha casa, estão tratando com descaso - queixa-se Janaina.

Adaptação

Sem energia, a família precisou se adaptar. Há sempre estoque de velas, um gerador a gasolina e uma luminária de emergência, que Janaína carrega na casa da sogra - onde utilizam também geladeira e televisão. Janaína afirma que recebeu cobranças de luz entre os meses de dezembro e abril: - Estou há seis meses sem luz e eles mandam contas de energia como se tudo estivesse normal.

Sem condições financeiras de comprar o material, pagar mão de obra e reconstruir o muro, Janaina esgotou as possibilidades de ajuda. Foi à prefeitura, ao Procon e, mesmo assim, ainda espera. - A Ceee pediu que eu levasse três orçamentos para que eles pudessem encaminhar o ressarcimento. Fiz todo processo como solicitado e continuo esperando.

Vou ficar sem. luz para o resto da vida? - questiona a moradora.

Ceee indeferiu ressarcimento

Segundo a Ceee, Janaína pediu o ressarcimento de danos em 3 de novembro do ano passado, e a vistoria foi feita em 7 de novembro. Partindo desta data, a moradora tinha 90 dias para apresentar orçamentos para a realização do serviço.

No entanto, conforme a companhia, em 18 de janeiro, Janaína foi orientada de que os orçamentos apresentados não estavam de acordo com a norma (faltavam informações para emissão de parecer).

Como não houve mais retomo de Janaína, a Ceee indeferiu o pedido de ressarcimento em 23 de março passado.

Sobre a cobrança das contas de luz, a companhia não respondeu. O secretário de Assistência Social de Minas do Leão, André Kern, informou que a prefeitura está ciente do problema de Janaina.

A situação foi encaminhada para avaliação social para que a moradora seja enquadrada nos programas sociais vigentes. No momento, a prefeitura aguarda um laudo da Ceee, que é a responsável pela solução, dizendo quando e como o caso será resolvido. Só após receber o laudo, poderá avaliar como ajudá-la.

03/05/2017 | Folha de Cachoeirinha | Geral | 10

Banrisul vai alongar custeios de safra aos arrozeiros

O Banrisul vai proceder, em breve, o alongamento dos custeios agrícolas da safra 2016/2017 dos produtores de arroz que buscaram recursos na instituição financeira. O vencimento pode ser parcelado em até quatro vezes e o produto deve estar estocado. A informação foi repassada pelos dirigentes do banco à Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz), atendendo a um pleito da entidade.

O presidente da Federarroz, Henrique Dornelles, explica que, com a atual disponibilidade de crédito, tanto novo quanto parcelamento do passado, aliado à uma menor safra do Mercosul, os preços tendem à uma recuperação gradual e expressiva.

— Apesar da exportação não estar ajudando o Brasil, apresenta-se muito ativa na Argentina e Uruguai, diminuindo a pressão no mercado brasileiro — salienta.

O Banrisul também está disponibilizando recursos referentes ao custeio antecipado (pré-custeios) e ao Financiamento para Estocagem de Produtos Agropecuários (FEPM), de forma que o produtor deverá procurar sua agência visando a contratação. A entidade estará pleiteando as mesmas medidas aos demais agentes financeiros da safra.

03/05/2017 | Folha do Sul | Geral | 2

Acessibilidade e segurança pública na pauta das agendas em Porto Alegre

Edimar Fagundes Cardoso - Presidente da Câmara de Vereadores de Bagé

Nos dias 27 e 28 de abril, estive em Porto Alegre e cumpri agendas na Assembleia Legislativa, Uvergs e Faders. Em pauta, assuntos sobre segurança pública, acessibilidade, inclusão social e organização de encontro regional de vereadores em Bagé.

A agenda teve início nos gabinetes dos deputados estaduais Sérgio Peres e do missionário Volnei Alves.

Tratamos das demandas da área de segurança em Bagé, em especial referentes ao Presídio Regional de Bagé. Levamos a demanda que vem sendo relatada no plenário desta casa, em especial pelo vereador Júlio Jardim, sobre a importância de agilizar as obras previstas no local, tendo em vista a precariedade da penitenciária após a rebelião, que aconteceu dia 21 de dezembro de 2016. Assunto que terá especial atenção de ambos os parlamentares.

Outra reunião foi com o presidente da União dos Vereadores do Rio Grande do Sul (Uvergs), Silomar Garcia. Entidade que tem o vereador Augusto Lara como vice-presidente. Durante agenda, decidimos realizar o encontro regional dos vereadores, em Bagé, no dia 11 de maio, das 14h às 18h. O evento, que terá como pauta "Controle e orientação dos gestores públicos municipais", contará com a presença do presidente da Uvergs, o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RS), conselheiro Marco Peixoto e equipe diretiva.

Evento oportuno para esclarecer as competências do Tribunal de Contas, orientar o gestor e qualificar a administração pública para uma gestão mais eficiente. Portanto, será o momento de levar aos gestores os esclarecimentos necessários para a eficácia e transparência na administração pública.

Ainda na capital gaúcha, acompanhado da diretora da TV Câmara Bagé, Márcia Marinho, e do servidor Sandro Padilha, estivemos na TV Assembleia, reunidos com a coordenadora, Michela Limeira, e o superintendente de Comunicação e Cultura, Marcelo Nepomuceno. O encontro foi para firmarmos mais parcerias para nossa TV legislativa, que, em breve, se tornará canal aberto.

Finalizando o roteiro, o próximo encontro foi com o presidente da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para pessoas com deficiência e com altas habilidades no Rio Grande do Sul (Faders) – Acessibilidade e Inclusão, Roque Bakof e o diretor-administrativo, Romário Cruz. Dada a relevância dessa temática para a nossa cidade e preocupado em realizarmos melhorias em acessibilidade e inclusão, começamos a organizar o Fórum Permanente de Políticas Públicas, que será realizado no mês de julho, em Bagé.

Oportunidade de estabelecermos estratégias para avançarmos, com órgãos e entidades competentes, no que se refere à promoção efetiva de ações de igualdade e da eliminação de discriminações, adotando medidas apropriadas para que os direitos das pessoas com deficiência e das pessoas com altas habilidades sejam realmente efetivados. É nesse sentido que reforço a necessidade do esforço e atenção permanente para que as pessoas com deficiência tenham plenamente respeitados seus direitos de cidadania. E aqui reafirmo meu integral compromisso em apoiar todas as iniciativas que contribuam para construir uma Bagé com mais acessibilidade.

03/05/2017 | Gazeta do Sul | Capa | 1

Nova crise aumenta pressão sobre Corsan

Após pelo menos nove bairros ficarem sem água no feriadão, vereadores de oposição e até governistas cobraram uma nova postura do Palacinho. Página 4

03/05/2017 | Gazeta do Sul | Capa | 1

Agora é só começar a asfaltar

Prefeito Telmo Kirst assinou ontem a ordem de início das obras do novo lote de pavimentações de ruas centrais. Thomaz Flores é uma delas. Saiba quais são as outras. Página 8

03/05/2017 | Gazeta do Sul | Geral | 4

Vereadores cobram rigor com a Corsan

Nova onda de casos de falta de água levou parlamentares a pedirem outra postura do governo

Após uma nova onda de casos de desabastecimento de água em Santa Cruz do Sul, a atuação da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) e a fiscalização feita pela Prefeitura voltaram a ser questionadas. O assunto pautou a sessão de ontem da Câmara, quando vereadores de oposição e de situação fizeram coro para cobrar providências.

Os problemas aconteceram no feriadão e atingiram pelo menos nove bairros. Em algumas regiões, moradores ficaram sem água desde a noite de sábado até o fim da tarde de segunda. A estatal alegou que uma intervenção para conserto de uma adutora no Bairro Pedreira desencadeou uma sequência de rompimentos de rede em diversos pontos, causando a interrupção. Crises semelhantes já haviam ocorrido na virada do ano e no Carnaval.

Na tribuna da Câmara, parlamentares voltaram a pedir que o Palacinho trate a companhia com mais rigor. “É preciso uma fiscalização mais intensa. E a iniciativa depende do prefeito. Ele é que tem que fazer o movimento”, disse a vereadora e ex-prefeita Kelly Moraes (PTB). Já Luís Ruas (PTB) chegou a sugerir que o governo atue para que o gerente da Corsan no município, Armin Haupt, seja substituído. “Sempre se diz que, se um jogador não joga bem, ele vai para a reserva. Está na hora”, disparou.

As críticas também partiram da base governista. Ari Thessing (PT) afirmou que o Executivo perdeu o controle sobre a Corsan. “Essa situação não tem cabimento. Está na hora de o governo chamar a Corsan. E não adianta aplicar multa, o que o povo quer é água em casa”, falou.

Feriadão estragado

Na casa do comerciante Luciano Bilhan Vidal, de 41 anos, morador do Bairro Margarida, a falta de água durou mais de um dia. “Trabalho o dia inteiro. O que eu espero quando chego em casa é um banho e nem isso a gente tem”, lamenta. Apesar do desabastecimento acontecer com regularidade no local, ele foi pego de surpresa. “Não tínhamos água estocada. Nunca sabemos quando vai faltar. Isso acaba gerando um incômodo muito grande.”

Com dois bebês em casa, a cirurgiã-dentista Mirela Lopes Marques, de 47 anos, enfrenta muita dificuldade quando falta água. “Eles precisam de banho, de higiene. Requerem mais cuidados”, relata. Segundo a moradora do Bairro Bonfim, o que mais a indignou foi que, ao entrar em contato com a Corsan para saber quando a água poderia voltar, os telefonistas informavam prazos que não se concretizaram. “O feriadão que era para ser sossegado foi estressante”, conta. Como o desabastecimento é rotineiro, mesmo com uma caixa-d’água em casa, Mirela já pensa em aumentar o tamanho do reservatório. “Já que a Corsan não resolve, nós temos que tomar uma atitude. Não dá para ficar nessa situação”, acrescenta. (João Pedro Kist)

Problemas são pontuais, alega o gerente

Após as manifestações na Câmara, o gerente da Corsan em Santa Cruz, Armin Haupt, disse que os problemas registrados no feriadão foram pontuais e que o abastecimento já está normalizado. Segundo ele, as interrupções no fornecimento estão relacionadas principalmente ao fato de boa parte da rede ser antiga e não resistir à pressão que é colocada no sistema, o que seria agravado por particularidades geográficas do município. Ele alegou, porém, que a empresa já vem realizando substituições de encanamentos, para evitar essas situações. “Além disso, frequentemente acontece de, em alguma obra privada, uma rede nossa ser rompida. Aí temos que fechar o sistema para consertar”, disse.

Presidente da comissão municipal de saneamento, o secretário de Segurança, Henrique Hermany, afirmou que já houve “diversos avanços” – desde março, a Corsan vem anunciando uma série de investimentos, mas pouco saiu do papel. Conforme Henrique, os problemas registrados hoje são consequência do período em que o serviço ficou sem contrato. Uma reunião entre a Prefeitura e a

empresa vai ocorrer na manhã desta quarta-feira.

O QUE MAIS FOI DITO

"O senhor prefeito está perdendo tempo. Tem que fazer um termo de ajustamento de conduta com a Corsan, senão ela não vai cumprir o que assinou".
Hildo Ney Caspary (PP) - Vereador

"A Corsan é irresponsável. E pelo visto o gabinete de crise está em crise também. Temos que deixar essa enrolação e tocar para frente".
Francisco Carlos Smidt (PTB) - Vereador

"Isso não pode mais continuar assim. São promessas, promessas, e a comunidade segue sem água".
Elstor Desbessell (PTB) - Vereador

03/05/2017 | Gazeta do Sul | Geral | 8

Enfim, vai ter asfalto na Thomaz Flores

Prefeito assinou ordem de início de novo lote de pavimentações. Ao todo, mais nove vias do Centro vão ser contempladas

Até o fim do ano, mais nove ruas de Santa Cruz do Sul vão receber asfalto. A promessa foi feita pelo prefeito Telmo Kirst (PP), que assinou ontem a ordem de início das obras de mais um lote de pavimentações na região central da cidade. A estrela do pacote é a Thomaz Flores, que Telmo definiu como “emblemática” e que será asfaltada em toda a sua extensão.

Não por acaso, essa foi a rua escolhida pelo prefeito para realizar o ato. Uma das mais importantes ligações entre a Zona Norte e a Zona Sul, a Thomaz Flores vem sofrendo um esgotamento nos últimos anos em função da grande movimentação de veículos e de sucessivas intervenções para consertos de tubulações da rede de abastecimento de água – que, por serem antigas, rompem com frequência. O asfalto era uma reivindicação antiga da comunidade. “As pessoas reclamavam, e com razão. O fluxo de veículos aqui é intenso o tempo todo”, disse Telmo.

Além da Thomaz Flores, o pacote inclui trechos de alguns dos principais corredores de ônibus do Centro, como a Tenente Coronel Brito e a Venâncio Aires, além de algumas das vias mais disputadas por motoristas, como Marechal Floriano e Marechal Deodoro (veja mapa).

As obras são aguardadas desde 2013, quando a Prefeitura encaminhou ao Ministério das Cidades o pedido de financiamento para asfaltamento de ruas, por meio do programa Pró-Transporte. Inicialmente, o valor solicitado era de R$ 29 milhões, mas a União acabou liberando apenas R$ 5 milhões. O empréstimo foi autorizado ainda no ano passado, mas as obras demoraram em razão da transposição das redes de água para as laterais das vias, que foi realizada pela Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) – o que vai evitar que as ruas tenham que ser esburacadas quando há um vazamento.

As pavimentações serão feitas por duas empresas, a Giovanella e a PAP Urbanizadora, que foram as vencedoras da licitação. O início da colocação do asfalto ainda depende de obras de drenagem das águas pluviais que serão realizadas pela Prefeitura.

Obras no Grasel são retomadas

A Prefeitura também retomou ontem as obras de revitalização do Acesso Grasel, que estavam paradas desde dezembro. A expectativa é concluir os trabalhos até o fim do ano. Em 2016, cerca de 400 metros de calçamento foram implantados, com canteiros e piso tátil. O trecho também recebeu novas luminárias. Um segundo trecho, de 600 metros, já está com a canalização pronta. Ao todo, o novo passeio terá dois quilômetros de extensão, desde o pórtico do Grasel até a Rua Coronel Oscar Jost.

Prefeitura quer ampliar a mão única no Centro

Esse é o segundo lote de asfaltamentos de ruas centrais. O primeiro, executado com R$ 7 milhões financiados via Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), está em fase final. Dentre as ruas que receberam nova pavimentação estão Assis Brasil, Capitão Fernando Tatsch, Galvão Costa, Tiradentes, 28 de Outubro, Dona Flora, Augusto Spengler, Melvin Jones, Paul Harris e Gaspar Silveira Martins.

No ato de ontem, Telmo destacou a importância das obras para a mobilidade urbana e para a economia local. “Os corredores urbanos estão se transformando e a mobilidade melhorou sensivelmente. Estamos fazendo isso para que Santa Cruz não pare, diante dessa crise que é grande e grave”, afirmou.

Telmo também confirmou que, após as obras, a Prefeitura pretende implantar novas vias de mão única no Centro. Segundo o prefeito, porém, os locais que terão mudança ainda estão em estudo e por enquanto não há definições.

ONDE VAI SER ASFALTADO
Mapa - ver imagem.

03/05/2017 | Jornal do Comércio | Jornal Cidades | 3

Potencialidades econômicas são debatidas em evento

Dando início à programação da Semana do Município, ocorreu, na noite de 27 de abril, o workshop sobre as potencialidades econômicas da cidade. A atividade aconteceu no centro cultural, com a presença do Sindicato Rural, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) campus Palmeira, secretaria de Agricultura e Escola Técnica Celeste Gobbato. Na abertura, o prefeito Eduardo Russomano Freire destacou a importância de debater sobre a história da cidade, elencando as qualidades e vocações da economia local, que é baseada em sua maioria na agricultura.

“Devemos nos fortalecer para avançar cada vez mais rumo ao progresso. Nosso maior desafio é quanto à distribuição de renda, a diversificação das áreas produtivas e a conscientização do latifundiário para que ele invista no município”, ponderou o prefeito. A secretária de Educação Nirlene Boeri, que também responde pelas pastas da Cultura e Esporte, agradeceu a parceria das entidades participantes do workshop e ressaltou a relevância da agricultura no município, sendo que parte da merenda escolar da rede municipal de ensino vem da agricultura familiar. O primeiro painelista a falar foi o secretário de Agricultura e Pecuária Olavo José Borges, que também responde pela pasta de Obras.

Ele apresentou as diversas ações de ambas as secretarias, que visam fortalecer os pequenos e médios agricultores, tanto com infraestrutura como com cursos e capacitações. O presidente do Sindicato Rural Hamilton Jardim falou sobre as atividades da entidade, principalmente no que diz respeito aos cursos oferecidos para a qualificação da mão de obra, formação profissional dos produtores e alfabetização de jovens e adultos. No âmbito do Ensino Superior, o diretor do campus da UFSM em Palmeira das Missões Rafael Lazzari apresentou uma visão geral da instituição, os cursos e a assistência estudantil.

Também participou do evento o engenheiro agrônomo do escritório da Emater da cidade, Luiz Eduardo Velho, que explicou as ações da entidade, salientando para a assistência oferecida aos pequenos e médios produtores. Finalizando as explanações, o diretor da Escola Técnica Celeste Gobbato Luiz Carlos Cosmann apresentou a estrutura da instituição, bem como as disciplinas que envolvem o curso de técnico em agropecuária. A programação teve continuidade ontem, com a abertura da exposição fotográfica Palmeira em Imagens, no Núcleo Multicultural – Bolicho da Praça. Hoje, acontecem as provas da modalidade de atletismo dos XX Jogos Escolares Municipais e das Olimpíadas Escolares, no campus da Universidade de Passo Fundo, a partir das 9h. Já à noite haverá sessão legislativa especial, na câmara de vereadores, a partir das 19h30min.

03/05/2017 | Jornal do Comércio | Jornal Cidades | 4

Curso de massas é oferecido a feirantes e agricultores

Feirantes e agricultores do município participaram de um curso de massas frescas, coloridas e recheadas realizado pela Empresa de

Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-RS). O curso foi feito em duas etapas, sendo a primeira no dia 20 de abril e a segunda no dia 27, na sede da agroindústria familiar Strello Massas, na comunidade São José, interior do município. A capacitação faz parte do planejamento realizado entre a Emater, regional e municipal, a secretaria municipal do Interior, a secretaria municipal da Transparência e Relações Institucionais e a Feira do Produtor de Passo Fundo, no início do ano. De acordo com a vice-presidente da Feira do Pequeno Produtor do município, Claudete Strello, o curso foi muito positivo.

Ela afirma que essas atividades ajudam a especializar e melhorar a produção, tanto para os consumidores da feira, quanto para as próprias famílias. De acordo com a extensionista social da Emater de Passo Fundo Sandra Bressan Gayger, entre os objetivos do curso, estão exatamente, qualificar a produção, para a comercialização das agroindústrias, das feirantes, bem como das famílias. “Atividades como essa agregam conhecimentos e possibilitam troca de informações e experiências entre todos os participantes”, disse Sandra. A instrutora do curso e assistente técnica regional da Emater Luciana Gobbi trabalhou na primeira etapa do curso com massas frescas coloridas com beterraba, cenoura e espinafre, além de molhos. No segundo dia, o conteúdo foi massas recheadas como canelone, tortei, ravióli, entre outras.

“Estamos ensinando técnicas para produção de massas com recheios que podem ser feitos com hortaliças frescas ou desidratadas, com carnes frescas ou preparadas, com ovos, com queijos, com temperos e aromas naturais e com diversos molhos”, explicou. Para a proprietária da agroindústria Massas Madalosso, Dalva Madalosso, o curso foi muito proveitoso. “Participar sempre traz aprendizado que podemos levar para o dia a dia. Aprendemos muitas coisas diferentes como massa de chocolate e o ravióli del plin”, comentou. O curso contou com a participação de 13 pessoas e já está marcada um novo curso para o mês de junho, sobre salgadinhos.

03/05/2017 | Jornal do Comércio | Política | 20

Vereadores reacendem debate sobre dress code

Código de vestimenta nas casas legislativas divide parlamentares

Por trás da frase comum de que políticos são “engravatados” está uma regra presente na maioria das casas políticas no País: o dress code. De tempos em tempos, debates sobre cumprimento de códigos de vestimenta despontam nas diferentes esferas legislativas. Recentemente, houve uma polêmica na Câmara Municipal de Porto Alegre quando, após a fala da vereadora Karen Santos (PSOL), o vereador Valter Nagelstein (PMDB) pediu aos vereadores atenção à adequação de trajes para frequentar o plenário.

Karen vestia uma camiseta com o rosto do líder do movimento negro norte-americano Malcolm X. A atitude de Nagelstein levou a uma discussão entre ele e vereadores do PSOL e do PT, que definiram o comentário dele como “censura pública” motivada por ideologia. O peemedebista, que presidia a sessão no dia, se defendeu afirmando que estava trazendo as normas do Regimento Interno da Casa, e que, se é flexível para mulheres, deveria ser para homens também.

Fernanda Melchionna (PSOL), titular da vaga assumida temporariamente por Karen, conta que houve uma discussão sobre o tema quando ela mesma assumiu seu primeiro mandato na Câmara, em 2009. Contudo, ela afirma que a polêmica era motivada por divergência política. “Eu usava camisetas com mensagens militantes, como ‘Fora Yeda’.” Melchionna diz que o então vereador Nelcir Tessaro propôs, à época, um projeto de lei para especificar o dress code, mas que ele teria “se constrangido” pela repercussão negativa.

Crítica da atitude de Nagelstein para com Karen, Melchionna diz que a fala do vereador “foi obviamente uma reprimenda de quem não tem mais nada para se preocupar”. Ela é contrária à obrigatoriedade de traje passeio, definindo-o como arcaico e cujo objetivo seria afastar a maioria da população da política, porque “as pessoas, em geral, não se vestem com traje passeio no dia a dia”.

Durante seu mandato como deputado estadual, Mano Changes (PP) também esteve em evidência por conta das escolhas de roupa. Ressaltando que nunca deixou de seguir, no plenário, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, o ex-deputado diz que era adepto de usar tênis, calça jeans e camisa para fora da calça. “Na época, isso não era tão comum, mas hoje é”, diz o ex-deputado, que também acredita que a interpretação do código passa pela personalidade do parlamentar. “Eu dava preferência a gravatas finas ao invés dessas gravatas largas de Didi Mocó”, brinca. Atualmente diretor de inovação e sustentabilidade no Banco de Desenvolvimento do Estado (Badesul), Mano Changes conta que seus antigos colegas da Assembleia eram favoráveis à

flexibilização do código.

“O (deputado) Raul Pont me dizia ‘entra com um projeto para abolir gravata que eu te apoio’. Respondia que seria mal compreendido, diriam que eu estaria legislando em causa própria”. Na visão de Mano, polêmicas do tipo são “besteira”, pois tirariam o foco de outras questões importantes. Ele diz que “é complicado que um segurança no plenário vá coibir um deputado, pode constranger a todos”, mas que é válido debater o código de vestimenta.

Já o deputado federal Pompeo de Mattos (PDT), que tem como característica frequentar a Câmara dos Deputados pilchado, conta que passou por situações de estranheza com seguranças em alguns períodos desde seu primeiro mandato. “Me perguntavam ‘o que é esse cinturão? E essa gravata de duas pontas?’, e tinha que explicar que era uma guaiaca e um lenço”, lembra. Embora a pilcha seja citada como traje aceitável pelos regimentos da Câmara de Porto Alegre e da Assembleia Legislativa, o Congresso Nacional não tinha norma interna a respeito.

“Entrei com uma resolução dizendo que a indumentária gaúcha completa era considerada traje oficial e foi aceita.” Pompeo diz que entende a estranheza, mas ressalta que, dentro da tradição gaúcha, a pilcha pode ser substitutivo do terno. E salienta: “não tem faca, não tem arma, é claro”. Na visão do deputado, a indumentária de alguém deve ser “condizente com o local”, mas que não se deve vetar a presença ou a fala de um parlamentar por conta disso.

Entre os deveres de um vereador especificados no artigo 216 do regimento interno da Câmara Municipal está “comparecer às sessões plenárias com traje passeio completo ou pilcha gaúcha”. O traje passeio masculino é composto por terno e gravata, mas o conceito de traje passeio feminino é bastante aberto a interpretações.

Além disso, é tradição da Câmara a não contestação de trajes possivelmente dissonantes da regra, especialmente quando envolvem identificação cultural. É o caso da ex-vereadora Tereza Franco (PTB), falecida em 2001, que frequentava o plenário com trajes da cultura africana. De acordo com a estilista Milka Wolff, o conceito de traje passeio feminino engloba peças como tailleurs, vestidos acompanhados de casaco.

Ela é crítica do que chama de uma “tendência da ‘antimoda’ na sociedade”, e que há uma displicência em relação a códigos de vestimenta, o que ela considera desrespeitoso. Milka também ressalta que o não cumprimento de dress codes é algo não limitado a gênero, contando que vê “homens usando o casaco de um terno e a calça de outro, de cores e estilos totalmente diferentes, isso é absurdo”.

Contudo, pondera que, por ser uma questão de etiqueta, diretrizes do tipo não devem impedir o acesso de quem não o cumpre em sua integridade. “Têm aqueles que acham besteira”, reflete. “Aí vamos fazer o quê? Proibir de entrar? Não.” A estilista opina que o mais importante é a sobriedade, algo característico do traje passeio. “Ninguém precisa usar traje social na Câmara”, diz Milka, “senão vai ter gente de paetê no plenário”.

03/05/2017 | Jornal NH | Capa | 1

Seu problema também é nosso

Página 9

03/05/2017 | Jornal NH | Comunidade | 9

Falta d'água

Moradores da Rua dos Ipês, no bairro União, em Estância Velha, estão cansados de conviver com as torneiras vazias. Segundo o motorista Fausto Heck, 38 anos, há pelos dois anos falta água de duas a três vezes por semana nesta região da cidade. "Neste domingo, a água ficou fraca e segunda faltou o dia inteiro, voltando ao normal somente às 19 horas", conta. Conforme Heck, o que deixa os moradores indignados é que no sistema de informação na Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), a rua nunca

apresenta desabastecimento.

03/05/2017 | Jornal VS | Capa | 1

Chance de emprego

Cerca de 800 pessoas estiveram na Rua Coberta, em Esteio, para buscar vagas no mercado e capacitação. Página 16

03/05/2017 | Jornal VS | Negócios | 16

Esteio pretende ter a feira trimestral

Primeira edição do evento ocorreu ontem, na Rua Coberta, e foi um sucesso de público

Esteio - O grande número de pessoas que passou pela Rua Garibaldi, a Rua Coberta, no Centro de Esteio ontem durante a primeira edição da Feira de Oportunidades deverá fazer com que o evento entre para o calendário de atividades trimestrais na cidade. Coordenada pela Secretaria Municipal de Cidadania e Desenvolvimento Social (SMCDS) a feira contou com palestras, capacitações e oferta de mais de 300 vagas de emprego, nos estandes de empresas convidadas. A iniciativa teve o apoio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação (SMDEI), e contou com a parceria da Rihan Consultoria, Agas e Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS). Somente das capacitações, conforme os organizadores, participaram mais de 160 pessoas.

QUALIFICAÇÕES

"Pensávamos que o grande atrativo seriam as vagas, mas o número de pessoas interessadas nas qualificações nos chamou a atenção. Essa era a nossa ideia principal, a de fazer a conexão da comunidade com as oportunidades para o mercado de trabalho e empresas do município", comenta a secretária municipal de Cidadania e Desenvolvimento Social, Tatiana Tanara. Foram feitos também cadastros para o programa Conta Comigo, da prefeitura.

Diversos perfis de trabalhadores

Segundo a secretária municipal de Cidadania e Desenvolvimento Social, Tatiana Tanara, a estimativa é que cerca de 800 pessoas passaram pelo local entre 8 horas e 17h30. Nas filas os mais diversos perfis de trabalhadores buscavam por oportunidades. "Estou desempregado há três anos e por conta da minha idade está ficando cada vez mais difícil. A cada não, a preocupação só aumenta uma vez que falta ainda muito tempo para a minha aposentadoria", comenta o morador de Esteio Luiz Fernando Martins, 52 anos, que buscava por uma vaga de motorista. Para a canoense Jéssica de Paula da Silva, 26, a procura era pelo primeiro emprego. "Vendo roupas, mas o dinheiro que tiro já não tem sido o suficiente para ajudar no sustento dos meus dois filhos. Em muitos locais onde procuro emprego a falta de experiência é um ponto negativo", desabafa.

03/05/2017 | Jornal VS | Negócios | 16

Oportunidade para trabalhar no Villa Mix

Estão abertas as inscrições para os comerciantes que desejam trabalhar vendendo itens de alimentação e bebidas no entorno do Parque Estadual de Exposições As sis Brasil durante o Villa Mix, evento de música sertaneja que ocorrerá em Esteio no próximo 13 de maio. Os empreendedores do município e de outras cidades interessa dos devem comparecer, até o dia 5 de maio, à sede da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação (SMDEI), na Rua Engenheiro He-ner de Souza Nunes, 150, para realizar a inscrição. São cobradas taxas administrativas, no valor aproximado de R$ 90.A capacitação dos comerciantes será realizada na semana do evento.

03/05/2017 | Jornal VS | Contracapa | 24

Gospel

O show da cantora gospel Gabriela Rocha (foto) e as demais atrações do evento Despertar, organizado pelo Conselho Municipal de Pastores de Esteio (Cimepe) em parceria com a prefeitura, lotou o Ginásio Municipal Edgar Piccioni, na segunda-feira.

NO PARQUE

O pastor presidente do Cimepe, Leandro Barbosa, destacou a parceria com a prefeitura para o sucesso do evento e projeta ainda mais público para 2018. "Queremos algo maior, para mais de 20 mil pessoas, dessa vez no Parque de Exposições Assis Brasil."

03/05/2017 | O Informativo do Vale | Política | 5

Lei de contratos e licitações é desburocratizada em Lajeado

Projeto determina inversão de fases para garantir economia e eficiência aos processos

A Câmara aprovou, na sessão de ontem, um projeto que promete trazer economia e mais eficiência para o serviço público. A matéria tramitava em regime de urgência. Ancorado em uma lei federal, o Executivo propôs a inversão das fases de habilitação e classificação de propostas das licitações. Agora, primeiro serão apurados os envelopes dos preços para, depois, apreciar a documentação exigida das empresas.

Segundo o texto de justificativa, assinado pelo prefeito Marcelo Caumo (PP), o objetivo é simplificar os processos, tornando o serviço público mais eficiente e trazendo mais economia para a Administração. Waldir Gisch (PP) reiterou que a alteração da lei trará mais agilidade. “Ganham os participantes da licitação e o Poder Público”, defendeu. Os parlamentares celebraram a proposta.

Carlos Ranzi (PMDB) disse que foi realizada uma reunião das comissões da Casa com o secretário da Administração para explicar projeto. “Era moroso para o município e a burocracia acabava emperrando o trabalho da Prefeitura”, disse. Para Mariela Portz (PSDB), a lei traz flexibilidade. “Ela nos permite pegar carona em licitações estaduais e garantir preços ainda melhores”, colocou.

TRANSPARÊNCIA

Três projetos envolvendo a transparência com gastos públicos constavam na pauta. Um deles, que dispunha sobre a divulgação dos contratos de locação de imóveis celebrados pela prefeitura foi retirado da votação para ajustes na redação. Foram aprovadas duas novas leis que determinam ao poderes Legislativo e Executivo a informar, nos anúncios publicitários institucionais, seu custo total.

A norma contempla somente peças de campanhas, programas e notícias sobre as atividades da gestão, ou seja, não afeta a publicidade legal dos poderes, como editais. A matéria não é nova na Câmara. Ela já fora encaminhada para a Casa na legislatura passada pelo vereador Carlos Eduardo Ranzi, mas foi vetada. Este ano, outros parlamentares também assinam - além de Ranzi, seus colega de partido Éder Spohr (PMDB), Antônio Marcos Schefer (PMDB) e Waldir Blau (PMDB), bem como Neca Dalmoro (PDT), Ildo Paulo Salvi (Rede) e Mariela Portz (PSDB). O único voto contrário foi de Gisch. “Ano passado, as comissões entenderam que isso confrontava a legislação municipal. Compete ao Executivo organizar seus afazeres. Acho que nenhum administrador pode esconder nada da população, mas entendo que essa proposição não cabe ao Legislativo”, justificou.

CRÍTICA

Apesar da aprovação e elogios ao projeto do Executivo, alguns vereadores alfinetaram a Administração Municipal em fala na Tribuna, sem citar nomes. Éder Spohr (PMDB) avaliou os meses da nova gestão. “Tem gente fazendo um bom trabalho, mas é hora de ver se alguma peça não deveria ser trocada. Pelo belo salário que ganham, algumas pessoas deveriam fazer mais”, apontou. Paulo Tóri (PPL) concordou. “Tem secretário sem competência para estar ali. Não adianta ter formação e ser técnico em não sei o quê, se não faz as coisas. Com quase cinco meses de governo, não saiu nenhuma licitação, só compra de emergência. Não tem explicação”, alfinetou.

Reunião com a Corsan sem respostas

Antes da sessão, os vereadores se reuniram com a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) de Lajeado para tratar sobre o abastecimento de água e reparo das calçados onde a empresa realiza obras. O engenheiro Cristian Freitas e o gerente da autarquia no município, Alexsander Cerentini Pacico, apresentaram um relatório de melhorias executadas no Bairro Jardim do Cedro e responderam perguntas dos vereadores. A expansão demográfica do bairro, bem como sua topografia irregular foram algumas das justificativas da Corsan para os problemas.

Segundo Pacico, além do vandalismo, “90% dos casos de falta de água no Jardim do Cedro ocorrem por falta de energia. Sem luz, não tem como bombear água. Duas horas sem energia exige o triplo de tempo para o equipamento se recuperar.”

Segundo a autarquia, além da troca de uma bomba, foram substituídos aproximadamente 2,2 mil metros de rede de fribrocimento na Avenida Beira Rio. Também foram instalados dois novos grupos de motobombas, em novembro do ano passado. Pacico reconheceu que a Corsan ainda enfrenta problemas pontuais com o abastecimento. “Mas são coisas que fogem do nosso controle. Se alguém cavar um buraco e romper a rede ou bater o carro num poste, vamos ter problema - a mesma coisa para quando falta luz. Tecnicamente, se analisarmos o sistema, está tudo dentro da norma e operando bem.”

Os vereadores não concordaram. Líder de governo na Câmara, Mozart Lopes (PP) pediu mais clareza na prestação de contas da autarquia. “Precisamos abrir essa caixa. A Corsan fatura R$ 22 milhões em Lajeado por ano. Não se sabe o lucro e nem quanto investe no município. Ameaçaram privatizar no ano passado, e eles fi zeram melhorias. Se só trabalham na pressão, precisamos pressionar”, ameaçou.

Para Neca Dalmoro (PDT), “se ouviu e falou bastante, mas queríamos uma posição mais firme.” Presidente do Legislativo, Waldir Blau (PMDB) disse que a Corsan ainda faz muito pouco. “Eles nem sabiam que tinha faltado água nesse fim de semana e no feriado. Esse assunto não se encerra aqui. Vamos chamar a direção da Corsan pra Lajeado”, destacou.

Segmento: Interesse

03/05/2017 | Correio do Povo | Política | 4

Missão encaminha vantagem para a CRM

Amissão formada por deputados estaduais obteve sinalização positiva, ontem, em Brasília, sobre a adequação do preço de venda da tonelada do carvão mineral do RS. Segundo o deputado Gabriel Souza, a proposta de elevar de R$ 56.00 para R$ 68,00 o preço da tonelada produzida pela CRM será encaminhada pela Eletrobrás à Aneel. Integraram a missão deputados do PT, PMDB, PSDB, PSB, Rede e PR, além da senadora Ana Amélia (PP).

03/05/2017 | Correio do Povo | Cidades | 11

Obra retomada em trecho da 116

Recurso de R$ 10,7 milhões da União será empregado nos serviços da BR entre Camaquã e Cristal

Foi retomada ontem a obra de duplicação da BR 116 no trecho de 25 quilômetros entre Cristal e Camaquã, na Região da Costa Doce. A verba é de R$ 10,7 milhões, liberada pelo governo federal em 2014.

“Tivemos problemas com a empresa responsável pela obra e paralisamos o contrato, que foi retomado agora. Atualmente, o trecho tem 45% do total concluído”, explica o superintendente estadual do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Hiratan Pinheiro da Silva. Segundo ele, com o valor, devem ser concluídas a terraplenagem, drenagem e sub-base, mas são necessários mais recursos para a finalização. Para o Contorno de Pelotas, que também integra o projeto, serão destinados R$ 10 milhões, do orçamento de 2015. A obra deve recomeçar até a metade do ano.

“O atraso ocorreu pois houve negativas da empresa consorciada e também foi feita a negociação para a troca do local do posto da Polícia Rodoviária Federal”, diz o superintendente. Em abril, foram liberados R$ 39 milhões, sendo R$ 5 milhões destes para a

construção de um viaduto no trecho da BR 116 em Turuçu, que deve ter início imediato. Os R$ 34 milhões restantes serão utilizados no lote 2, entre Guaíba e Tapes, com retomada do trabalho ainda neste mês.

Conforme o Dnit, entre os nove lotes, além do que foi retomado ontem, há obras no lote 1, em Guaíba; no 4, entre Camaquã e Tapes, mas que devem parar em seguida; no 7, em São Lourenço do Sul; e no 8, em Turuçu. Totalizando 234 quilômetros, de Guaíba a Pelotas, a duplicação começou em 2012. O total foi orçado em R$ 1,98 bilhão, faltando R$ 660 milhões para a conclusão dos 41% de trechos restantes.

03/05/2017 | Correio do Povo | Cidades | 11

Comitiva defende em Brasília o polo naval

Prefeitos do Sul do Estado e representantes de entidades participaram de reunião em Brasília, ontem, em defesa da retomada da indústria naval na região. Na ocasião, o deputado federal Carlos Gomes disse que esse debate precisa sair do campo político para ser travado de forma técnica. “Intermediamos essa discussão na bancada gaúcha de deputados federais e senadores para então cobrar da União a reativação do polo”, destacou.

03/05/2017 | Diário da Manhã | Geral | 3

9 mil carazinhenses já se imunizaram

Número corresponde a 50% de todas as pessoas incluídas nos grupos prioritários de vacinação contra a gripe

Até o dia 26 deste mês acontece em todo o Brasil mais uma campanha de vacinação contra a gripe. Na rede pública, as pessoas que fazem parte dos grupos prioritários podem imunizar-se gratuitamente.

Em Carazinho, a vacinação está acelerada. "Cerca de 9 mil pessoas já se vacinaram contra a gripe na rede municipal de saúde, isso é o equivalente à metade de toda a população que vai se imunizar no setor público", explica a secretária municipal de Saúde, Anelise Almeida.

Podem vacinar-se gratuitamente na rede pública pessoas com 60 anos ou mais, crianças de 6 meses a menos de 5 anos, gestantes e mulheres que tiveram filhos até 45 dias após o parto, trabalhadores na área de saúde, indígenas, portadores de doenças crônicas não-transmissíveis, adolescentes de 12 a 21 anos que cumprem medidas socioeducativas e a população carcerária.

Uma das novidades em 2017 é a inclusão de professores das redes pública e privada como grupo prioritário. "O grupo prioritário que mais procura a vacina são os idosos. Por outro lado, os indígenas são os que menos buscam a imunização e aí temos de Ir atrás deles", revela a secretária de Saúde.

No dia 13 deste mês, um sábado, acontece o Dia D de vacinação. quando as unidades de saúde em todo o Brasil esperam uma grande movimentação de pacientes. "As pessoas têm vindo com mais intensidade se vacinar porque a temperatura está mais baixa nos últimos dias. No Dia D de vacinação deveremos atingir um grande público", projeta Anelise.

Em Carazinho, as unidades de saúde funcionam de segunda à sexta-feira das 7h45min às 11h45min e das 13h15min às 17h. Já a sala de vacinas da Secretaria de Saúde, espaço localizado na Avenida Pátria
em frente ao Centro de Especialidades Médicas (CEM), fica aberta das 8h às 11h30min e das 13h às 17h. No Dia D, tanto a sala de vacinas quanto as unidades de saúde vão funcionar nos mesmos horários.

A SAÚDE EM DEBATE

A população de Carazinho tem neste começo de mês uma oportunidade de opinar sobre a saúde na cidade. Nesta semana, acontecem quatro pré-conferências sobre o tema em diferentes bairros. "Estamos mobilizando as associações de moradores e os agentes de saúde também estão conversando com a população para que a comunidade participe e opine sobre esse assunto tão importante", frisa Anelise.

As sugestões elencadas nesses encontros serão levadas à Conferência de Saúde, onde será elaborado o Plano Municipal de Saúde para os próximos quatro anos. A Conferência acontece no próximo dia 11 a partir das 81130min no auditório da Ulbra.

03/05/2017 | Diário de Canoas | Observatório | 2

R$ 1 mi em energia

A RGE Sul concluiu obra em Nova Santa Rita para atender à demanda da empresa Nidera Sementes. Foi investido R$ 1,3 milhão na troca de 101 postes de madeira por concreto e reforma de 8,4 quilômetros do circuito que atende a Nidera.

MAIS QUALIDADE

Essa obra faz com que diminuam os níveis de carregamento dos demais circuitos, proporcionando maior confiabilidade e qualidade na distribuição de energia elétrica. Isso faz com que 7,9 mil clientes sejam diretamente beneficiados.

03/05/2017 | Diário de Santa Maria | Deni Zolin | 6

Travessia urbana: de novo, impasse nas verbas

A decisão do Dnit de contingenciar (ou congelar) R$ 100 milhões da obra da nova ponte do Guaiba coloca mais uma vez em dúvida o futuro da duplicação das BRs da travessia urbana de Santa Maria. Para entender melhor a situação, conversei ontem com o superintendente do Dnit no Estado, Hiratan Pinheiro, e o deputado federal Paulo Pimenta (PT), e a situação ainda é indefinida quanto às obras aqui na cidade.

Segundo Hiratan, o Dnit já confirmou que haverá contingenciamento para a obra da ponte do Guaíba e que estão garantidos todos os recursos previstos no Orçamento para a duplicação da BR-116, entre Guaíba e Pelotas. — Quanto à travessia urbana de Santa Maria, deve haver definição até o final de maio, se haverá ou não o contingenciamento -- declarou Hiratan. Como o Orçamento prevê R$ 70 milhões para a travessia este ano, a obra está andando, mas em ritmo abaixo do ideal. Se não vier todo esse valor, a obra poderá parar.

Pimenta não acredita em cortes

Já o deputado Paulo Pimenta, único representante de Santa Maria no Congresso, não acredita que o governo irá contingenciar recursos para a duplicação, porque ela não se enquadra nos critérios para isso. — E uma obra que está andando, que tem ritmo bom, é uma obra urbana, em que causaria grandes transtornos uma paralisação. Por isso, do meu ponto de vista, ela não entra nos critérios para contingenciamento, como é o caso da ponte do Guaíba, que já está parada e que não interfere na vida da cidade, se ficar parada. E não vejo contingenciamento como corte.

Pois a verba contingenciada, se a receita se realiza depois, você pode autorizar a liberação da verba para executar a obra — diz Pimenta. E mesmo que haja contingenciamento, há uma possibilidade de liberação de verbas no final do ano, se houver arrecadação. — Eu não vou tomar iniciativa concreta ainda, pois não vou em cima de especulação. Ainda não há nada escrito, e o governo só trabalha com documentos. Esse recurso está autorizado.

Se o governo contingenciar as verbas para Santa Maria, seria declaração de guerra à cidade e à região — declarou Pimenta, lembrando que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) obriga o governo a prever; no Orçamento de 2018, verbas para obras prioritárias e em andamento, como a travessia urbana. De qualquer forma, o projeto original previa a conclusão da travessia em dezembro deste ano. Hoje, ela está na metade. Ao menos, nunca parou.

03/05/2017 | Diário de Santa Maria | Claudemir Pereira | 10

Marco Peixoto e os...

O presidente do Tribunal de Contas do Estado, o santiaguense Marco Peixoto, discorda frontalmente das propostas de concurso público para preenchimento das vagas de conselheiro da corte. E não vê, como disse ao colega José Mauro Batista, problema algum continuar como é, ou seja, por indicação de partidos.

...conselheiros do TCE

A questão surgiu por conta da "tragédia" que envolve o Tribunal de Contas do Rio de Janeiro. Lá, conselheiros são acusados de corrupção. Mas, disse Peixoto, trata-se de caso isolado. Para quem não sabe, ou não lembra, Marco Peixoto foi deputado estadual pelo PP e líder do então governador Antonio Britto.

03/05/2017 | Diário Gaúcho | A Vida da Gente | 4

Fraudes em concursos se espraiam pelo RS

Investigações apontam golpes de integrantes de prefeituras e câmaras de vereadores em, pelo menos, 29 municípios.

Estabilidade é o sonho de milhões de brasileiros que, todos os anos, se submetem a concursos públicos. Os "concurseiros" almejam serviço com baixo risco de demissão, salário garantido e que independe da conjuntura econômica. O problema é que, às vezes, a seleção para esse emprego vitalício é um jogo de cartas marcadas: são aprovados os candidatos que constam em secretas listas de afilhados do gestor. E o que tem ocorrido em dezenas de prefeituras e câmaras de vereadores do Estado.

O Ministério Público Estadual (MP) já abriu investigações sobre fraudes em concursos em 29 cidades, mas a estimativa do órgão é de que o total de municípios onde esquemas semelhantes ocorreram chegue a 50. Até agora, 123 pessoas foram denunciadas. A reportagem do Grupo de Investigação da RBS (GDI) percorreu rincões marcados pela desconfiança de golpes na escolha de nomes para cargos estáveis. Colheu depoimentos, indícios e provas. Conferiu delações de fraudadores e ouviu alguns dos suspeitos de envolvimento. Em geral, é a partir dos organizadores das provas que as fraudes começam. Eles oferecem aos prefeitos ou vereadores possibilidade de aprovar afilhados.

Colaboração

Frente à multiplicação de golpes, as autoridades têm agido. Em 2015, a Promotoria Especializada Criminal do MP desencadeou a Operação Cobertura, que resultou na prisão de envolvidos em fraudes em seis municípios. Sete empresas organizadoras de concursos foram investigadas: Instituto de Desenvolvimento em Recursos Humanos Ltda (IDRH), Energia Essencial Concursos Ltda, Pontua Prestação de Serviços em Concursos Ltda, P Mais Recursos Humanos Ltda, Tallentos Soluções Integradas, SS1 Serviços e Assessoria em TI, Ernesto Hattge Filho Ltda e MyWay Webhost Ltda. Elas elevariam preços em licitações para garantir a vitória de outra do mesmo grupo.

Parte do trabalho dos promotores foi facilitada porque dois donos de organizadoras de concurso, Maicon Cristiano de Mello e Ernesto Hattge Filho, foram presos e resolveram colaborar. Deram depoimentos com detalhes sobre prefeitos, vereadores e servidores beneficiados pelos esquemas. A partir deles, três ex-prefeitos foram presos.

O promotor André Marchesan, que atua na Procuradoria de Prefeitos, considera o estelionato em concursos um dos piores crimes existentes: — E uma fraude contra o futuro. Além do desvio de dinheiro, pessoas incompetentes são colocadas em cargos da administração. Os embustes não se limitam aos revelados nas delações. O GDI encontrou indícios de combinações em pelo menos 15 municípios.

O ESQUEMA

O GDI descobriu três tipos de irregularidades em concursos públicos

/// Licitação combinada: empresas realizadoras de concursos combinam quem será contratado pelo município. Seja mediante

concorrência pública, carta-convite ou tomada de preços, as organizações que elaboram as provas acertam qual delas oferecerá o menor custo e ganhará o serviço. As outras entram apenas como figurantes na concorrência. E a chamada cobertura. Os vencedores em uma cidade são os perdedores em outra, tudo ajustado. Em alguns casos, o prefeito e os vereadores nem sabem dessa combinação.

/// Escolha política dos aprovados: o organizador, já escolhido mediante licitação, oferece ao prefeito ou presidente da Câmara de Vereadores possibilidade de aprovar quem eles desejarem. Ou aceita que eles escolham os que devem passar. Aí, ele troca os cartões de respostas dos candidatos-apadrinhados, substituindo-os por outros com as respostas certas. É uma maneira de dar aparência honesta à fraude.

/// Suborno por vaga: há ocasiões em que a empresa do concurso combina diretamente com os interessados na vaga a aprovação, mediante suborno. O acerto não passa por prefeito ou vereadores.

A RELAÇÃO
(ver imagem)

ÚLTIMO LUGAR GANHOU A VAGA

Uma das fraudes mais escancaradas ocorreu em Campestre da Serra. A sentença final saiu no mês passado, confirmando que a prefeita da época decidia quem deveria ser aprovado no concurso para professores da rede municipal. Telefonemas interceptados pelo MP flagraram a então prefeita Orênia Marta Goeltzer (PMDB) negociando com Mário César Sauer, sócio da Marcesa, empresa organizadora, quem deveria ser beneficiado. GDI encontrou a professora Taíssa Confortin, que acabou desclassificada pela prefeita. O certame, realizado em 2007, foi anulado pela Justiça, mas ela continua inconformada: — O que me deixou mais magoada é passar na minha frente alguém que nem passado tinha! Simplesmente por ser amiga da prefeita. Orênia foi afastada do cargo pela Justiça em 2007, eleita novamente em 2012 e teve o mandato cassado em 2013 pelo TRE. O caso foi parar no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que confirmou a condenação de todos os envolvidos: a ex-prefeita, a secretária de Educação do município na época, as candidatas que entraram nas vagas depois da fraude e o dono da empresa que realizou o concurso. As penas impostas vão desde a perda de cargo público até a suspensão dos direitos políticos, e multa. Os envolvidos não quiseram se manifestar.

O TELEFONEMA
(ver imagem)

Dúvidas em 23 dos 26 aprovados

Em Cristal do Sul, no norte do Estado, um concurso público da prefeitura foi suspenso após coincidências intrigantes serem constatadas. Na primeira, uma lista com nomes de quem seriam os aprovados foi repassada ao MP por opositores do prefeito. O certame foi realizado dois dias depois e 90% dos relacionados foram efetivamente selecionados. A segunda estranheza ocorreu após a divulgação do resultado da correção das provas, aplicadas em 13 de dezembro de 2015 para cerca de 700 candidatos. Dos 26 aprovados, 23 são parentes ou partidários do prefeito, Cesar de Pelegrin (PMDB), ou da vice, Maristela Zadinello (PDT). Entre os habilitados, está a filha do prefeito, que passou em primeiro lugar para fisioterapeuta.

A filha de Maristela, Patrícia Zadinello, foi a primeira colocada para o posto de enfermeira. Grande parte dos demais aprovados tem relação com vereadores das siglas de situação. O concurso foi suspenso por liminar do TJ. O prefeito acaba de se reeleger e o MP apura se a aprovação maciça de conhecidos possa ter influenciado no pleito. O caso ainda é investigado na esfera criminal. Não há lei que proíba filhos de políticos de participarem de concurso público. Mas ao justificar a suspensão, o desembargadorrelator, Eduardo Uhlein, da 4a Câmara Cível do TJ, ressaltou as "inequívocas coincidências" entre a lista anterior à divulgação do resultado e a nominata final. E salientou ainda "o parentesco de vários aprovados com os mandatários, prefeito e vereadores". - Onde está a transparência? - critica o vereador Osvaldo Luiz Cardoso Pinto (PT), um dos que provocou o ME? Patrícia Zadinello não se pronunciou.

O assessor jurídico da Construir Concursos, João Carlos Pereira, assegura que não houve combinação de resultados. Reeleito prefeito, Pelegrin refuta a suspeita: - Minha filha passou porque é competente. Tivesse algo errado, o povo não tinha me reeleito.

03/05/2017 | Diário Gaúcho | A Vida da Gente | 8

Nova ponte do Guaíba pode perder repasses

A construção da nova ponte do Guaíba deve perder R$ 100 milhões neste ano. A queda no repasse deve ser confirmada ainda neste mês. No orçamento deste ano, estava previsto o repasse de R$ 229,5 milhões para o projeto. Porém, no fim de março, o governo federal anunciou corte de R$ 42,1 bilhões, e o Dnit precisa adequar o seu orçamento.

Dos R$ 8,9 bilhões previstos para a autarquia em todo o país neste ano, aproximadamente R$ 3 bilhões serão cortados. Em entrevista à Rádio Gaúcha, o superintendente do Dnit no Estado, Hiratan Pinheiro da Silva, explicou os efeitos da redução de repasses: — O que acontece na ponte é que reduz o ritmo de trabalho. Não vai alcançar seu máximo ritmo de trabalho mensal. Os recursos garantem o andamento da obra até junho. Já foram investidos mais de R$ 350 milhões na construção da nova travessia e, até agora, 46,95% dos trabalhos foram finalizados.

Para ser concluída, a obra precisa de aproximadamente R$ 550 milhões. Não há previsão de término dos serviços, que ainda dependem da remoção de famílias e da construção de mais de mil moradias. Rodovias O corte no orçamento do Dnit também irá impactar a conservação manutenção das rodovias federais do Estado.

Dos R$ 356 milhões previstos para 2017,há a expectativa de que sejam repassados somente R$ 250 milhões. Assim, os recursos devem acabar em outubro. Já para a duplicação da BR-290, entre Eldorado do Sul e Pantano Grande, não há previsão de repasse de verbas para 2017. Alguns serviços estão sendo executados com dinheiro recebido em 2014 que não havia sido usado.

03/05/2017 | Diário Popular | Especial | 2

O recomeço da obra que não deveria ter parado

Governo federal libera recursos e duplicação da BR-116, entre Pelotas e Guaíba, pode ter 75 quilômetros de novas pistas até o próximo ano

Foi à base de muita pressão, mas finalmente as boas notícias sobre a duplicação da BR-116 entre Guaíba e
Pelotas começaram a surgir. Após o anúncio ocorrido na semana passada de que R$ 92 milhões estão assegurados no orçamento da União para que as obras sejam retomadas, desde ontem empresas já trabalham na remobilização das equipes para que pelo menos partes de cinco lotes sejam entregues nos próximos meses. Se isso acontecer, serão mais 50 quilômetros de estrada mais segura ainda este ano e no mínimo outros 25 no primeiro semestre de 2018.

Publicada no Diário Oficial da União no final da semana passada, a liberação de R$ 10 milhões de restos a pagar para o lote 5 permitirá que a construtora Brasília-Guaíba retome a duplicação do trecho entre Camaquã e Cristal. A obra nesta parte da rodovia começou a apresentar problemas ainda em 2014, quando a empresa passou a enfrentar dificuldades financeiras e pediu recuperação judicial. A situação se agravou e em janeiro do ano passado as intervenções na estrada pararam. Agora, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) assegura que os 25 quilômetros poderão ser entregues até julho de 2018.

Mais cauteloso com os balanços de execução de cada uma das etapas da rodovia que apontam diferentes percentuais para cada lote - com alguns trechos, inclusive, ainda sem obras -, o superintendente do Dnit no Rio Grande do Sul, Hiratan Pinheiro da Silva, prefere não tratar mais da duplicação da BR-116 como uma série de empreendimentos diferentes. Nos dados do departamento ao qual o Diário Popular teve acesso, a equipe técnica aponta que dos lotes 1 a 9 a duplicação está 60% concluída.

O QUE PODE FICAR PRONTO AINDA EM 2017

Com a garantia dada aos prefeitos da Zona Sul na semana passada pelo ministro dos Transportes, Maurício Quintella, de que R$ 34 milhões já serão aplicados imediatamente nos lotes 1 e 2, os motoristas poderão transitar em até 30 quilômetros de pista dupla entre Guaíba e Tapes ainda este ano. Está incluído aí o viaduto de acesso a Barra do Ribeiro.

Já na parte sul da rodovia, as perspectivas também são boas. Com a segunda pista praticamente pronta (inclusive com alguns pontos já asfaltados), o lote 7, em São Lourenço do Sul, também receberá semanas, o presidente da Associação dos Municípios da Zona Sul (Azonasul) e prefeito de Jaguarão, Favio Telis (PMDB), espera que a liberação de recursos continue.

"Conseguimos um grande feito como fruto de toda a mobilização em Brasília. Agora o mais importante é que sejam mantidos os repasses para que a obra não ,,pare e possamos chegar ao fim de 2019 com tudo pronto", avalia.

O caminho para isso, no entanto, não será simples. Para 2018 existe um acordo encaminhado com os parlamentares gaúchos no Congresso Nacional para que sejam destina, dos R$ 150 milhões das emendas de
bancada. Esse valor se somaria a R$ 59 milhões que o governo federal garantiria do seu orçamento, totalizando R$ 209 milhões. Contudo, conforme a projeção do Dnit, para que a duplicação seja finalizada até o fim de 2019 são necessários cerca de R$ 600 milhões.

O CONTORNO DE PELOTAS
Dividido em dois lotes, o trecho teve confirmado o repasse de mais R$ 12 milhões para a continuidade do empreendimento em 2017. Conforme o Dnit, o valor ainda não permitirá entregar a obra pronta, mas irá acelerar a construção, projetando para 2018 a finalização. Atualmente 85% o das intervenções já foram feitas.

03/05/2017 | Diário Serrano | Geral | 5

Aberta campanha de vacinação contra a febre aftosa no RS

Teve início nesta segunda-feira (1°) a campanha de vacinação contra a febre aftosa no Rio Grande do Sul. A abertura oficial ocorreu no município de Barra do Ribeiro. Esta primeira etapa de imunização do rebanho vai até o dia 31 deste mês. A expectativa da Secretaria da Agricultura é que sejam imunizadas cerca de 45 mil cabeças de bovinos e bubalinos nos municípios de Cruz Alta, Boa Vista do Cadeado e Boa Vista do Incra. Em todo o estado, o rebanho passa de 13,8 milhões.

A médica veterinária fiscal da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação do Rio Grande do Sul (Seapi), Caroline Flores Zielinski explica que as doses da vacina devem ser adquiridas em casas agropecuárias credenciadas. "Da mesma maneira que a última campanha, não haverá distribuição de doses gratuitas. Produtores vizinhos que tenham poucos animais podem fazer a compra conjunta, para facilitar, mas o limite é de três produtores por nota e é preciso ficar atento no momento do lançamento", orienta. Após a imunização, o produtor precisa realizar a comprovação na Inspetoria Veterinária, até cinco dias depois do encerramento da campanha, apresentando a nota fiscal da compra.

Encerra-se também no final de maio o prazo para atualização cadastral das propriedades. O produtor deve informar o número de animais de cada espécie na propriedade, bem como informações sobre a idade e sexo. O procedimento é obrigatório para todos os agropecuaristas.

03/05/2017 | Folha de Cachoeirinha | Geral | 8

Aberta campanha de vacinação contra a febre aftosa no RS

Foi aberta oficialmente, na segunda-feira (1º), a campanha de vacinação contra a febre aftosa no RS. A primeira etapa de imunização vai até o dia 31 e a expectativa é que sejam imunizadas 13,8 milhões de cabeças de gado, em cerca de 330 mil propriedades rurais.

03/05/2017 | Folha de S. Paulo | Painel | 4

O grande encontro

Antonio Palocci está disposto a colocar na mesa de negociações de sua delação uma cartada valiosa: informações que ajudariam a desvendar irregularidades investigadas pela Operação Zelotes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o Carf. A iniciativa pode levar a um cruzamento de informações que ampliaria muito o poder de fogo da Lava Jato. A Zelotes apura esquema de sonegação que envolvia grandes empresas, bancos inclusive, e membros do órgão ligado à Fazenda.

Arquivo vivo Palocci foi ministro da Fazenda de Lula entre 2003 e 2006. As negociações pelo acordo podem perder fôlego após o Supremo mostrar disposição em impor limites às prisões provisórias, mas nem o PT acredita que isso será suficiente para convencê-lo a desistir da delação.

Voto a voto Durante a votação no STF, um advogado entrava e saía da cadeia para deixar Dirceu a par do que acontecia no julgamento.

Com emoção O petista, porém, só teve notícias até o momento em que o placar empatou em 2 a 2. Como o voto do ministro Gilmar Mendes se alongou, expirou o horário em que a entrada da defesa na cadeia era permitida: às 17h.

Ansiolítico José Dirceu só teve certeza de que o Supremo havia concedido seu habeas corpus quando o resultado foi divulgado pela TV.

Sinais Começou a ganhar corpo a operação para tirar Renan Calheiros (AL) da liderança do PMDB do Senado.

Jogo jogado O primeiro passo foi impedir que a reforma trabalhista fosse incluída na pauta da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). O colegiado é presidido por um aliado do senador alagoano.

Tem volta A ala oposicionista do PMDB na Casa, comandada por Renan, promete rebelião e ironiza o potencial bélico de Michel Temer. “Governo impopular não tira líder de bancada”, provoca um peemedebista.

Timing As pesquisas qualitativas que vão definir o discurso adotado na nova leva de propagandas pró-reforma da Previdência serão concluídas nesta quarta (3).

Joio e trigo Esses dados vão guiar as novas produções. Serão usados para definir, entre peças que já estão prontas e não foram ao ar, o que presta e o que não presta.

E agora? Está em curso no Senado uma articulação para acabar com a contribuição compulsória das empresas ao Sistema S — que chegou a R$ 16 bilhões em 2016. A proposta deve entrar como emenda na reforma trabalhista e tem apoio das centrais sindicais.

Para cima deles À frente da negociação, Eduardo Braga (PMDB-AM) diz defender o repasse às escolas e oficinas do Senai e do Senac. “Mas esse absurdo de recursos públicos, não defendo.” Hoje, o Sistema S arrecada contribuições de até 2,5% sobre a folha de pagamento das empresas.

Vai tu mesmo Dirigentes do PSDB admitem que o prefeito de São Paulo, João Doria, é hoje o único político do partido capaz de gerar algum engajamento positivo relevante para a sigla.

No embalo Na prefeitura, os auxiliares do tucano dizem que ele está a “300 mil quilômetros por hora”. “Foi inaugurar uma praça e fez discurso nacional!”, resumiu um aliado de Doria.

Vai ou racha Cinco dos sete deputados do PT da Bahia ameaçam rebelião caso a executiva do partido não acolha recursos do “Muda PT” contra os resultados das eleições internas. Dos 20 mil votos no Estado, 4 mil estão sob suspeita — inclusive pelo uso de nomes de eleitores mortos.

Visita à Folha Wilson Poit, secretário de Desestatização e Parceria da Prefeitura de São Paulo, visitou a Folha nesta terça (2). Estava acompanhado de Beatriz Oliveira, assessora de imprensa.

TIROTEIO

Decisões judiciais devem ser criticadas no processo. Ou é melhor transferir logo a guarda da Constituição para enquetes do Facebook.

DE BRUNO DANTAS, ministro do TCU, criticando o que chama de “irracionalidade histérica” na internet após Gilmar Mendes decidir libertar Eike Batista.

CONTRAPONTO

Questão de decoro

Na sessão de votação da reforma trabalhista na Câmara, semana passada, o deputado Assis Melo (PC do B-RS) decidiu subir à tribuna vestido de metalúrgico para protestar contra o projeto. Foi impedido de discursar pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que só autorizou a fala depois que o parlamentar colocou um paletó por cima do uniforme.

A deputada Maria do Rosário (PT-RS) protestou. Disse que Melo, metalúrgico, se veste daquela forma na fábrica. Alberto Fraga (DEM-DF) ironizou:

— Sr. presidente, tem um deputado que é salva-vidas. Acho que agora ele pode vir de sunga!

03/05/2017 | Isto É Dinheiro | Geral | 10

A salvação dos Estados tão perto e tão longe

A Câmara dos Deputados passou por dias agitados, na semana passada. Além da Reforma Trabalhista (leia reportagem na pág. 20), os parlamentares analisaram o Projeto de Lei Complementar 343/17, que trata do socorro aos Estados que estão em situação de insolvência. A votação nem bem tinha começado, na terça-feira 25, e já esbarrou num ponto considerado essencial pelo governo: a contrapartida que trata da elevação da contribuição previdenciária pelos servidores. O texto quer um aumento de três pontos percentuais, para 14%. Essa é uma maneira de tentar reequilibrar as contas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Os deputados, porém, rejeitaram essa emenda, o que fez o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), encerrar e adiar a votação. O problema seria a ligação entre esse ponto e a Reforma da Previdência, que tem sensibilizado o Legislativo. Mas é inegável que a rejeição do aumento da contribuição mexe num ponto importante para a recuperação fiscal. Ainda faltam seis destaques para serem aprovados pela Câmara, antes do socorro seguir para sanção do presidente Michel Temer. A União aceita suspender por três anos (prorrogáveis por mais três) o pagamento das dívidas estaduais, desde que sejam adotadas medidas que ajudem acabar com a crise.

03/05/2017 | Jornal de Gravataí | Geral | 8

Aberta campanha de vacinação contra a febre aftosa no RS

Foi aberta oficialmente, na segunda-feira (1º), a campanha de vacinação contra a febre aftosa no RS. A primeira etapa de imunização vai até o dia 31 e a expectativa é que sejam imunizadas 13,8 milhões de cabeças de gado, em cerca de 330 mil propriedades rurais.

03/05/2017 | Jornal do Comércio | Frases & Personagens | 2

Frases e Personagens I

“Não farei mais nenhuma modificação no meu parecer sobre as novas regras para a aposentadoria. Fica tudo como está. Não vai mudar nada. Nada.” Arthur Maia (PPS-BA), deputado federal, relator da reforma da Previdência.

03/05/2017 | Jornal do Comércio | Fernando Albrecht | 3

Ponte do Guaíba

O contingenciamento que retirará R$ 100 milhões das obras da segunda ponte do Guaíba apenas reforça a impressão desta página quando do anúncio, no governo Dilma Roussef (PT), que em prazo curto ela estaria pronta. Já na gestão Michel Temer (PMDB), foi feita a mesma promessa. Conversinha para bovino cair nos braços de Morfeu. Terminá-la vai ser o parto do milênio.

03/05/2017 | Jornal do Comércio | Fernando Albrecht | 3

Mais segurança

A ONG Brasil Sem Grades e a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul promovem, dia 8 de maio, das 8h30min às 18h, o 2º Fórum Mais Segurança: Impunidade gera Criminalidade, que ocorrerá no Palácio do Ministério Público, Praça da Matriz. Inscrições pelo site brasilsemgrades. org.br. Vagas limitadas.

03/05/2017 | Jornal do Comércio | Palavra do Leitor | 4

Direito de não fazer greve

Fernando Albrecht, colunista do Jornal do Comércio, tem toda a razão em comentar o direito sagrado da greve, assim como o direito de não fazer greve (coluna Começo de Conversa, JC, 28/04/2017). Só não completou que não é difícil identificar o comando dos grevistas que obstaculizam quem quer trabalhar e que não seria problema algum, nem para os direitos humanos, colocá-los imediatamente no xadrez. Está na hora de alterar este resquício da era PT. (Eduardo Fossati, engenheiro)

03/05/2017 | Jornal do Comércio | Artigos | 4

Por uma Porto Alegre melhor

Paulo Afonso Pereira

Há um ano, em 27 de abril, a Associação Comercial de Porto Alegre iniciava uma nova fase, com a retomada de seu protagonismo através da eleição de um presidente exclusivo, o que não ocorria desde 1928. Assim, foi resgatada a atenção na defesa dos interesses do comércio e serviços da capital gaúcha. Pela primeira vez em oito décadas, a ACPA e a Federasul passaram a ter presidentes distintos e exclusivos. Nascida em 1858, numa cidade à luz dos lampiões e com um comércio então incipiente, a então Praça do Commércio foi a primeira entidade empresarial de Porto Alegre, tendo participado e lutado por todas as iniciativas econômicas da cidade.

Nesta gestão, exercitamos um olhar abrangente, trabalhando em conjunto com a sociedade e os poderes constituídos na busca de soluções para questões cruciais para a cidade. Entre elas, a falta de segurança, a expansão do comércio informal, os problemas de mobilidade urbana, a agilização de licenças para obras, a busca por um Centro de Eventos de grande porte, que irá colocar nossa Capital em outro patamar econômico, e a agilização do Cais Mauá. Queremos ser parceiros na busca de soluções inteligentes para nossa cidade. Neste momento difícil para a vida nacional, temos que ter coragem, determinação, dinamismo e união para trabalhar por uma Porto Alegre melhor.

Acredito que estes atributos são inerentes aos empresários que estão lutando para oportunizar o desenvolvimento do empreendedorismo em nossa cidade. Porto Alegre está a clamar por medidas urgentes do poder público municipal - que tem se demonstrado atento -, mas sempre enfatizando a necessidade de participação da sociedade. A Associação Comercial de Porto Alegre acredita nas parcerias e na sociedade como um todo, e vislumbra que não podemos mais esperar só pelo poder público. Iniciativas unindo empresas, cidadãos e prefeituras têm transformado bairros e cidades. Convidamos todos para, juntos, fazermos uma Porto Alegre melhor, pois queremos ser a voz da cidade, já que poucos falam por ela.

Presidente da Assoc. Comercial de Porto Alegre

03/05/2017 | Jornal do Comércio | Economia | 5

Exportações de móveis crescem no primeiro trimestre, afirma Movergs

A instabilidade apresentada nas exportações de móveis ao longo de 2016 não se repetiu no primeiro trimestre deste ano, que manteve sequência de crescimento. De janeiro a março de 2017, as exportações do setor moveleiro somaram U$ 141 milhões, o que representa uma alta de 7,9% se comparada ao mesmo período de 2016. De acordo com dados do Iemi (Inteligência de Mercado), desenvolvidos com base nas informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), desse valor, 25,9% é para os Estados Unidos; 11,81%, Reino Unido; 10,3%, Argentina; 6,8%, Uruguai; e 6,6%, Peru.

Segundo no ranking nacional de estados que mais exportam, o Rio Grande do Sul também apresentou resultados positivos, somando US$ 39,6 milhões, 1,6% a mais do que no ano passado. Atualmente, Rio Grande do Sul (28,1%), Santa Catarina (37%) e Paraná (13%) somam 78% das exportações de móveis realizadas no País. “Isso mostra a força do setor gaúcho, que, mesmo frente às adversidades econômicas, continua lutando para retomar o crescimento”, destacou o presidente da Associação das Indústrias de Móveis do Estado (Movergs), Volnei Benini. O Rio Grande do Sul tem, atualmente, mais de 2,7 mil empresas moveleiras, que respondem por 19% do total de móveis fabricados no Brasil. No ano passado, as indústrias de móveis e colchões faturaram R$ 10 bilhões e exportaram US$ 178,8 milhões.

03/05/2017 | Jornal do Comércio | Economia | 9

Região Sul pedirá que o Plano Safra da Agricultura Familiar respeite peculiaridades

Nas próximas duas semanas deve ser fechado um pacote de propostas dos estados do Sul do País para colaborar com a construção do Plano de Safra da Agricultura Familiar 2017/2018. Participam desta iniciativa a Frente Parlamentar da Agricultura Familiar, as Fetags do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, além de deputados estaduais e federais destes estados ligados ao segmento.

A organização começou num encontro no último dia 18 entre o presidente da Fetag-RS, Carlos Joel da Silva, e o secretário especial da Agricultura Familiar, José Ricardo Roseno, na Capital, e prosseguiu na tarde desta terça-feira (2) numa audiência entre o deputado estadual Elton Weber (PSB) e o secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Caio Tibério Dorneles da Rocha, em Brasília, que tem atuado como interlocutor na questão.

Tão logo a proposta seja fechada, o grupo a levará a representantes do governo federal, o que deve incluir a Casa Civil, o Ministério da Fazenda, o MDS e a Secretaria Especial da Agricultura Familiar. Volume de recursos, seguro agrícola, crédito fundiário e os juros do Pronaf são pauta certa, antecipa Weber. De acordo com o deputado, ainda não há data para o lançamento do plano 2017/2018, mas há pressa já que normalmente o anúncio ocorre no final do mês de maio. “Queremos propor pautas para uma discussão técnica que considere peculiaridades da região Sul.”

03/05/2017 | Minuano | Opinião | 2

Dinheiro para a ovinocultura

Luiz Fernando Mainardi - Deputado Estadual

A criação de ovinos é tradicional em nosso Estado. Possuímos o maior rebanho do País, com algo em torno de 4,2 milhões de cabeças. Este rebanho cresceu cerca de 15% desde 2011, quando implantamos, em minha gestão como secretário da Agricultura, o programa Mais Ovinos no Campo, que liberou algo em torno de R$ 100 milhões para a retenção e aquisição de matrizes.

A ovinocultura é uma excelente opção para produtores de diferentes tamanhos e pode ser desenvolvida em áreas não agriculturáveis. Segundo dados da Associação Brasileira de Criadores de Ovinos (Arco), no mesmo espaço de terra em que se produz 250 quilos de carne bovina é possível produzir até 900 quilos de carne ovina. E, além disso, a carne de ovino tem uma valorização média superior no mercado, podendo chegar a um valor até 1/3 maior do que a carne bovina, dependendo da temporada.

Mesmo assim, a produção brasileira não responde nem mesmo às necessidades do mercado interno. Segundo o Sebrae, em 2013 foi necessário importar 7 mil toneladas do produto do Uruguai, embora o consumo no País tenha se limitado a 400 gramas per capita ao ano. Por tudo isso, é preciso dar continuidade aos incentivos para a produção ovina. Há uma perspectiva muito boa para quem estiver disposto a investir e/ou ampliar seus investimentos nesta criação.

Essa realidade levou-me a apresentar um projeto de lei que visa qualificar a gestão dos recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento da Ovinocultura (Fundovinos), criado pela lei 11.169, de 1998. Ocorre que, tal como existe hoje, os recursos deste fundo não estão sendo usados para os fins a que se pretende. Ao contrário, caem no Caixa Único do Estado e ali sofrem a gestão do atual governo, que os usa conforme suas necessidades conjunturais, sem pensar nas necessidades específicas do setor.

Não era assim no passado recente, quando havia uma decisão política de investimentos com base em uma visão desenvolvimentista, com suporte de crédito e incentivo para os produtores rurais. Entretanto, a mudança de governo significou uma mudança de conduta em relação ao fundo, o que deixou os produtores a ver navios, como se diz.

Então, queremos que a gestão do Fundovinos mude e se adeque ao formato que mantém as experiências do Fundoleite e do Fundomate. Nesses fundos, 98% dos recursos arrecadados são geridos através de um convênio com alguma entidade representativa da cadeia produtiva, garantindo, assim, a aplicação dos recursos do fundo para a finalidade a que se destinam. No caso do Fundovinos, a ideia é que esta entidade seja a própria Associação Brasileira de Criadores de Ovinos (Arco).

A medida pode ajudar este setor de nossa economia a recuperar energia e competitividade, mantendo o crescimento que já mostrou ser possível nos quatro anos em que investimos decididamente na produção ovina.

03/05/2017 | O Nacional | Geral | 6

Falta de professores na rede estadual

Desde o início do ano letivo, escolas de Passo Fundo enfrentam dificuldades em cumprir a carga horária devido à falta de profissionais; a 7ª Coordenadoria Regional de Educação garante que professores temporários já estão sendo convocados

Quase dois meses depois do início do período letivo na rede estadual, alunos de quatro turmas da Escola Estadual de Ensino Fundamental Coronel Gervásio Lucas Annes permanecem sem aulas de Matemática, devido à falta de professores. De acordo com o diretor do educandário, Carlos Serraglio, a direção entra em contato semanalmente com a 7ª Coordenadoria Regional de Educação (7a CRE), mas continua sem previsão de quando novos profissionais serão direcionados à escola. "Essa professora que está faltando está de laudo por problemas pessoais, então desde o início do ano nós precisamos de alguém que a substitua temporariamente. Como se passaram alguns meses, nós alertamos o pessoal da Coordenadoria, mas a resposta é que eles não têm professor para mandar no momento".

A situação não é exclusividade da escola Gervásio Lucas Annes. Nos 32 munícipios abrangidos pela 7ª CRE, o ano letivo iniciou com a falta de 78 professores, sendo cerca de 30 destes somente em Passo Fundo.

Verônica Zanandrea, coordenadora adjunta da 7ª CRE, explica que, antes de cada ano, a coordenadoria organiza as necessidades das escolas com base na previsão de quantas aposentadorias ou afastamentos por licença-prêmio serão solicitados naquele ano, estimando assim quantos professores precisarão ser contratados para substituí-los. "Esses são afastamentos previsíveis, mas ainda ocorre que, no percurso, algumas pessoas por um motivo ou outro se exoneram, se afastam por problemas de saúde... São necessidades que surgem e nós não temos previsão".

As necessidades de substituição geradas pelos afastamentos são supridas por meio de contratação temporária de professores, que estava impedida de acontecer devido ao atraso na liberação destas contratações, que necessitavam de aprovação na Assembleia Legislativa. A contratação emergencial de docentes foi aprovada somente na metade de abril; a 7ª
CRE garante que, desde então, vem convocando novos profissionais. "Grande parte dos convocados já estão se apresentando para assumir o cargo. Dos 78 em falta, nós tínhamos banco de contratações para História e currículo por atividade, e destes, 21 já assumiram.

Depois, nós tivemos necessidades na área de Artes, Educação Física, Geografia, Inglês, Português, Matemática, Química, Biologia e Física. Para estas disciplinas, os professores estão sendo contratados através dos contratos temporários emergenciais". A previsão, então, é que ao longo deste mês os 57 professores que ainda estão em falta, sejam finalmente contratados.

03/05/2017 | Pioneiro | Política | 7

Fraudes alcançam Serra Gaúcha

Estabilidade é o sonho de milhões de brasileiros que todos os anos se submetem a concursos públicos. Os “concurseiros” almejam serviço com baixo risco de demissão, salário garantido e que independe da conjuntura econômica. O problema é que, às vezes, a seleção para ingresso nesse emprego vitalício é um jogo de cartas marcadas: são aprovados os candidatos que constam em secretas listas de afilhados do gestor.

É o que tem ocorrido em dezenas de prefeituras e câmaras de vereadores do Rio Grande do Sul. O Ministério Público Estadual (MP) já abriu investigações sobre fraudes em concursos em 29 cidades, mas a estimativa do órgão é de que o total de municípios onde esquemas semelhantes ocorreram chegue a 50. Até agora, 123 pessoas foram denunciadas.

A reportagem do Grupo de Investigação da RBS (GDI) percorreu alguns desses rincões marcados pela desconfiança de golpes na escolha de nomes para cargos estáveis. Colheu depoimentos, indícios e provas. Conferiu delações de fraudadores e ouviu alguns dos suspeitos de envolvimento.

Quatro das 29 cidades são da Serra Gaúcha: Bento Gonçalves, Campestre da Serra, Paraí e Capão Bonito do Sul. Confira no quadro ao lado o que as investigações recolheram.

AS INVESTIGAÇÕES

- Em Bento Gonçalves: duas fraudes abalaram a cidade. O Ministério Público Estadual (MP) diagnosticou que concurso para cargos na Câmara de Vereadores foi adulterado. O presidente do Legislativo na época, Valdecir Rubbo (PTB), teria entregue para o Instituto de Desenvolvimento em Recursos Humanos Ltda (IDRH) lista com nomes de candidatos que deveriam ser aprovados. Conforme a apuração, Rubbo pagou R$ 5 mil pela aprovação de oito pessoas. Os detalhes foram obtidos por meio de delação premiada do sócio da IDRH, o empresário Maicon Cristiano de Mello.

Em 2015, ocorreu outro concurso, para a prefeitura de Bento Gonçalves, mas o esquema era o mesmo da Câmara: manipulação de resultados pela IDRH. O secretário de Administração da época, Rafael Paludo, é apontado pelo MP como coordenador da fraude. Segundo a delação, pela aprovação de 14 pessoas, Paludo teria entregue R$ 18 mil a Mello. Em setembro de 2015, Paludo foi exonerado. No ano passado, a Justiça anulou todo o concurso. Conforme o MP, pelo menos 22 pessoas foram beneficiadas nas duas fraudes. Paludo não quis se manifestar e Rubbo sempre negou as acusações.

- Em Capão Bonito do Sul: a assessora da prefeitura Silvia Ribeiro Zanetti recomendou por e-mail a um organizador de concurso que notas de candidatos fossem alteradas. Cinco deles foram aprovados. Na época, o prefeito era Francisco Dimorvan Dutra Vieira (PTB). Silvia nega as irregularidades.

- Em Paraí: foi detectada a venda da vaga direta ao interessado. Segundo o Ministério Público, Rúbia Regina Trecco teria garantido vaga como agente administrativa da prefeitura após pagar propina ao dono da empresa IDRH que organizou o concurso. Ele disse em depoimento que recebeu R$ 3 mil de Rúbia. Ela nega as irregularidades.

- Em Campestre da Serra: foi uma das mais escancaradas. A sentença sobre o caso saiu no mês passado, confirmando que a prefeita da época decidia quem deveria ser aprovado em cada cargo no concurso para professores da rede municipal. Telefonemas interceptados pelo MP flagraram a então prefeita Orênia Marta Goeltzer (PMDB) negociando com Mário César Sauer, sócio da Marcesa, empresa organizadora de concursos, quem deveria ser beneficiado. Orênia não quis se manifestar.

03/05/2017 | Zero Hora | Leitor | 4

Prisão domiciliar

Enquanto centenas de pessoas paralisavam o país em busca de melhorias, a Justiça concedia a Eike Batista a liberdade domiciliar, frustrando a expectativa de milhões de brasileiros que acreditavam na Justiça. As leis arcaicas de um país de Terceiro Mundo libertaram um ladrão que ajudou a afundar uma nação inteira. Temos muito que engatinhar ainda para chegar ao Primeiro Mundo.

ALDA PEGORARO ROEDER

Dona de casa – Nova Prata

03/05/2017 | Zero Hora | Notícias | 5

Concursos fraudados se espraiam pelo RS

Investigações apontam golpes de integrantes de prefeituras e câmaras de vereadores com bancas de provas

Estabilidade é o sonho de milhões de brasileiros que todos os anos se submetem a concursos públicos. Os "concurseiros" almejam serviço com baixo risco de demissão, salário garantido e que independe da conjuntura econômica. O problema é que, às vezes, a seleção para ingresso nesse emprego vitalício é um jogo de cartas marcadas: são aprovados os candidatos que constam em secretas listas de afilhados do gestor.

É o que tem ocorrido em dezenas de prefeituras e câmaras de vereadores do Rio Grande do Sul. O Ministério Público Estadual (MP) já abriu investigações sobre fraudes em concursos em 29 cidades, mas a estimativa do órgão é de que o total de municípios onde esquemas semelhantes ocorreram chegue a 50. Até agora, 123 pessoas foram denunciadas.

A reportagem do Grupo de Investigação da RBS (GDI) percorreu alguns desses rincões marcados pela desconfiança de golpes na escolha de nomes para cargos estáveis. Colheu depoimentos, indícios e provas. Conferiu delações de fraudadores e ouviu alguns dos suspeitos de envolvimento.

Em uma cidade de 2,9 mil habitantes, no Noroeste, entre os 26 aprovados em concurso do Executivo, 23 são parentes do prefeito e da vice-prefeita ou ligados a eles politicamente.

Em outro município, na região Nordeste, uma assessora de prefeitura recomendou por e-mail a um organizador de concurso quais candidatos deveriam ter as notas corrigidas e, ao final, sugeriu que a mensagem fosse deletada. Após a recomendação, reprovados foram guindados ao primeiro lugar para a vaga desejada.

Em uma terceira cidade, nos Campos de Cima da Serra, a prefeita listou um a um os candidatos que deveriam ser favorecidos no concurso e ainda mencionou os que não desejava ver aprovados. A banca providenciou o acerto conforme o recomendado.

Em geral, é a partir dos organizadores das provas que as fraudes começam. Eles oferecem aos prefeitos ou vereadores possibilidade de aprovar afilhados. Mas nem sempre é assim. O GDI vai relatar, nessa reportagem, três tipos de irregularidades:

Licitação combinada

Empresas realizadoras de concursos combinam quem será contratado pelo município. Seja mediante concorrência pública, carta-convite ou tomada de preços, as organizações que elaboram as provas acertam qual delas oferecerá o menor custo e ganhará o serviço. As outras entram apenas como figurantes na concorrência. É a chamada cobertura. Os vencedores em uma cidade são os perdedores em outra, tudo ajustado. Em alguns casos, o prefeito e os vereadores nem sabem dessa combinação.

Escolha política dos aprovados

O organizador, já escolhido mediante licitação, oferece ao prefeito ou presidente da Câmara de Vereadores possibilidade de aprovar

quem eles desejarem. Ou aceita que eles escolham os que devem passar. Aí, ele troca os cartões de respostas dos candidatos-apadrinhados, substituindo-os por outros com as respostas certas. É uma maneira de dar aparência honesta à fraude.

Suborno por vaga

Há ocasiões em que a empresa do concurso combina diretamente com os interessados na vaga a aprovação, mediante suborno. O acerto não passa por prefeito ou vereadores.

Delatores esmiúçam métodos do esquema

Frente à multiplicação de golpes, as autoridades têm agido. Em 2015, a Promotoria Especializada Criminal do MP desencadeou a Operação Cobertura, que resultou na prisão de envolvidos em fraudes em seis municípios. Sete empresas organizadoras de concursos foram investigadas: Instituto de Desenvolvimento em Recursos Humanos Ltda (IDRH), Energia Essencial Concursos Ltda, Pontua Prestação de Serviços em Concursos Ltda, P. Mais Recursos Humanos Ltda, Tallentos Soluções Integradas, SS1 Serviços e Assessoria em TI, Ernesto Hattge Filho Ltda e MyWay Webhost Ltda. Elas elevariam preços em licitações para garantir a vitória de outra do mesmo grupo.

Parte do trabalho dos promotores foi facilitada porque dois donos de organizadoras de concurso, Maicon Cristiano de Mello e Ernesto Hattge Filho, foram presos e resolveram colaborar. Deram depoimentos com detalhes sobre prefeitos, vereadores e servidores beneficiados pelos esquemas. A partir deles, três ex-prefeitos foram presos. O promotor André Marchesan, que atua na Procuradoria de Prefeitos, considera o estelionato em concursos um dos piores crimes existentes:

– É uma fraude contra o futuro. Além do desvio de dinheiro, pes-soas incompetentes são colocadas em cargos da administração. Esse tipo de corrupção é como uma infecção, pode matar pessoas.

Os embustes não se limitam aos revelados nas delações. O GDI pesquisou e encontrou indícios de combinações em pelo menos 15 municípios. Confira nesta reportagem.

Seleções à prova

CAMPESTRE DA SERRA

Prefeita combina aprovações em telefonema para banca

Fábio Almeida

fábio.almeida@rbstv.com.br

De todas as suspeitas de fraude no Rio Grande do Sul (RS), uma das mais escancaradas ocorreu em Campestre da Serra, cidade de 3,4 mil habitantes. A sentença final sobre o caso saiu no mês passado, confirmando que a prefeita da época decidia quem deveria ser aprovado em cada cargo no concurso para professores da rede municipal. Telefonemas interceptados pelo Ministério Público Estadual (MP) flagraram a então prefeita Orênia Marta Goeltzer (PMDB) negociando com Mário César Sauer, sócio da Marcesa, empresa organizadora de certames, quem deveria ser beneficiado. Veja um trecho:

Mário César Sauer: em Educação Infantil, só passou a Taíssa. Taíssa Confortin.

Orênia Goeltzer: só passou a Taíssa? Bah, e eu precisava da Carina (cita sobrenome). Que a outra vez essa guria aí, bah, não mora aqui.

Sauer: pode ser em segundo?

Orênia: não. Não pode ser primeiro?

Sauer: até pode, é que a outra teve uma nota bem alta.

Orênia: e essa aí? Essa guria ficou em que lugar? (referindo-se a Carina)

Sauer: último.

Orênia: último lugar? Mas é brincadeira. Tá louco. E passou a qual mesmo?

Sauer: foi só a Taíssa. Taíssa Confortin.

Orênia: não, acho que essa Carina tu pode botar em primeiro. Tá?

O Grupo de Investigação da RBS (GDI) encontrou Taíssa, professora, que acabou desclassificada pela prefeita. O certame, realizado em 2007, foi anulado pela Justiça, mas ela continua inconformada: – Estudei, fui lá prestar concurso, consegui a vaga em primeiro lugar e pior ainda, o que me deixou mais magoada, é passar na minha frente alguém que nem passado tinha! Simplesmente por ser amiga da prefeita. Foi dinheiro fora, tempo fora, porque a gente não faz um concurso por brincadeira, estuda, lê bastante, perde horas, momentos que poderia ter passado com a família.

STJ MANTEVE CONDENAÇÕES DA PRIMEIRA INSTÂNCIA

Em outros telefonemas interceptados, Orênia recomenda que determinadas pessoas, não alinhadas politicamente a ela, fiquem no fim da fila de aprovados. A então prefeita foi afastada do cargo pela Justiça em 2007, mas acabou eleita novamente em 2012 e teve o mandato cassado em 2013 pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). O GDI encontrou a ex-mandatária trabalhando em um hotel da família em Campestre da Serra, mas ela não quis falar sobre o assunto: – Se é sobre outras coisas, tudo bem. Sobre aquilo lá, não! Às vezes, tu pode errar, mas não porque tu quer. A gente erra sem querer.

O caso foi parar no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que, no início de abril, manteve entendimento da primeira instância e confirmou a condenação de todos os envolvidos: a ex-prefeita, a secretária de Educação do município na época, as candidatas que entraram nas vagas depois da fraude e o dono da empresa que realizou o concurso. As penas impostas vão desde a perda de cargo público até a suspensão dos direitos políticos, e multa que, somados os valores aplicados para cada condenado, chega a quase R$ 200 mil. O GDI procurou pessoas que foram aprovadas mediante a fraude, mas elas não quiseram se manifestar.

CRISTAL DO SUL

Entre 26 aprovados, 23 parentes ou partidários do prefeito e da vice

Humberto Trezzi

humberto.trezzi@zerohora.com.br

Na cidade agrícola de Cristal do Sul, no norte do Estado, um concurso público da prefeitura foi suspenso após coincidências intrigantes serem constatadas. Na primeira, uma lista com nomes de quem seriam os aprovados foi repassada ao Ministério Público Estadual (MP) por opositores do prefeito. O certame foi realizado dois dias depois e 90% dos relacionados foram efetivamente selecionados. A segunda estranheza ocorreu após a divulgação do resultado da correção das provas, aplicadas em 13 de dezembro de 2015 para cerca de 700 candidatos. Dos 26 aprovados, 23 são parentes ou partidários do prefeito, Cesar de Pelegrin (PMDB), ou da vice, Maristela Zadinello (PDT).

Entre os habilitados, está a filha do prefeito, que passou em primeiro lugar para o cargo de fisioterapeuta, vencendo 36 concorrentes. A filha de Maristela, Patrícia Zadinello, também foi a primeira colocada, para o posto de enfermeira. Em segundo lugar, ficou uma sobrinha de Pelegrin. A lista ainda inclui um primo da vice-prefeita com vaga de cirurgião-dentista, um sobrinho do prefeito para auxiliar administrativo e até o chefe de gabinete do peemedebista, como agente de compras e contratos. Grande parte dos outros aprovados tem relação com vereadores das siglas de situação.

O concurso foi suspenso por liminar do Tribunal de Justiça (TJ). O prefeito acaba de se reeleger e o MP apura se a aprovação maciça de conhecidos pode ter influenciado no pleito. O caso também é investigado na esfera criminal.

Não há lei que proíba filhos de políticos eleitos de participarem e serem aprovados em concurso público. Mas ao justificar a suspensão do realizado em Cristal do Sul, o desembargador Eduardo Uhlein, da 4ª Câmara Cível do TJ, ressaltou as "inequívocas coincidências" entre a lista anterior à divulgação do resultado e a nominata final. E salientou ainda "o parentesco de vários aprovados com os mandatários, prefeito e vereadores do município".

O Grupo de Investigação da RBS (GDI) falou com Patrícia, filha da vice. Enfermeira diplomada, ela já era funcionária estável, aprovada em um concurso feito durante a gestão de políticos que hoje estão na oposição. Agora, buscava mais 20 horas na carga de trabalho. Ela prefere esperar o resultado da ação judicial para se pronunciar.

Ao MP, a oposição listou outros indícios de fraude: as provas aplicadas à tarde eram iguais às da manhã, o que pode ter gerado vazamentos, e mais de um gabarito teria sido divulgado.

– Onde está a transparência? Ainda se apenas alguns correligionários do prefeito tivessem sido aprovados, mas a maioria dos concursados é ligada a ele – critica Osvaldo Luiz Cardoso Pinto (PT), vereador e um dos que provocou o MP a agir.

Mandatário garante mérito dos familiares selecionados

A Construir Concursos, responsável pelas provas em Cristal do Sul, funciona em uma galeria em Maravilha (SC). No local, a placa indica outra empresa. O assessor jurídico da Construir, João Carlos Pereira, assegura que não houve acerto de resultados:

– A atual oposição também teve concursos anulados quando era situação. Acusações fazem parte do jogo político.

Reeleito prefeito, Pelegrin refuta a suspeita de cartas marcadas em Cristal do Sul. Diz que tudo foi feito conforme as exigências do Tribunal de Contas do Estado (TCE). O peemedebista admite que familiares foram aprovados, mas assegura que por mérito:

– Alguma lei diz que parente não pode fazer concurso? Minha filha passou porque é competente, antes tinha passado em três vestibulares. Tivesse algo errado, o povo não tinha me reeleito.

CAPÃO BONITO DO SUL

Troca de notas de concursados a pedido de assessora da prefeitura

Humberto Trezzi*

humberto.trezzi@zerohora.com.br

Um e-mail enviado por uma assessora do prefeito de Capão Bonito do Sul para a organizadora de um concurso no município no nordeste do Estado é considerado a principal prova de que candidatos foram aprovados mediante fraude. Na mensagem, localizada em computadores apreendidos pelo Ministério Público Estadual (MP), a secretária municipal de Administração, Sílvia Ribeiro Zanette, pede a Rodrigo Melo Ferreira, dono da Energia Essencial, que aplicou as provas, que troque notas de concorrentes. Essa foi a mensagem:

"Oi, Rodrigo. Conforme conversado na semana passada, peço correção da seguinte numeração, e confirmação das outras:

Fiscal Sanitário nº 82

Fiscal de Tributos nº 158

Professora Classe Especial nº 37

Professora Séries Iniciais nº 90

Motorista nº 13

Operador de Máquinas nº 04

Favor confirmar o recebimento, ler, fazer as correções necessárias e deletar.

Me avise se preciso ir aí, hoje ou amanhã, pois tenho que me programar, urgente.

Obrigada.

Me passe as orientações se houver alguma coisa que precise ser feita a mais.

Muito Obrigada.

Silvia."

Recado dado, pedido cumprido. As notas dos candidatos mencionados por Sílvia no e-mail, enviado em 2011, foram trocadas por outras, mais altas. O resultado é que cinco aspirantes a funcionário público foram aprovados após a substituição da grade de avaliação. É o caso de Wagner Ribeiro, para o cargo de fiscal sanitário. Na lista preliminar do concurso, ele havia ficado em oitavo, reprovado, com pontuação de 59,50. Após a mensagem de Sílvia, Wagner teve a nota elevada para 79,50, aprovado na primeira posição.

A situação se repetiu. Um fiscal de tributos, reprovado em quatro lugar, um motorista, também reprovado na mesma posição, um operador de máquinas, em terceiro, e duas professoras, que haviam ficado em quarto para funções diferentes. Todos foram guindados ao primeiro lugar para as respectivas vagas.

Apontados pelo MP negam participação em fraude

Na época, o prefeito era Francisco Dimorvan Dutra Vieira (PTB). Não conseguiu se reeleger em 2012 e tentou se tornar vice-prefeito em 2016, mas também saiu derrotado. O Grupo de Investigação da RBS (GDI) tentou falar com ele, que não respondeu ao contato.

Sílvia também foi procurada e não deu retorno. Ela e Dimorvan estão denunciados criminalmente por estelionato, neste caso, assim como os seis servidores aprovados mediante aquilo que o MP considera fraude. Todos respondem também por improbidade administrativa, além de um processo cível que exige devolução dos cargos.

O GDI localizou Wagner Ribeiro, o fiscal sanitário que foi de oitavo para primeiro lugar. Ele diz que não foi beneficiado, que jamais foi cabo eleitoral do prefeito (ou de assessores) e que "não sabe como seu nome foi parar na lista".

Mesmo após a denúncia, o concurso foi mantido liminarmente. Em primeira instância, foi suspenso por uma juíza de Lagoa Vermelha, mas o Tribunal de Justiça (TJ) manteve os acusados nos cargos, até o julgamento final do processo, sem data para acontecer.

A manutenção dos suspeitos deixou o atual prefeito, Felipe Junior Rieth (PDT), em uma saia justa. Ele gostaria que a antiga seleção fosse anulada para não deixar a prefeitura em situação de insegurança jurídica:

– Sempre fui a favor de concursos. Eu mesmo sou concursado, em outra cidade. Não dependo da política, pratico ela por princípio. Essa história de indicar afilhado não é comigo.

* Colaborou Fábio Lehmen

BENTO GONÇALVES

Uma empresa e dois golpes

Jean Prado

jean.prado@rbstv.com.br

Duas fraudes abalaram uma das mais importantes cidades serranas, Bento Gonçalves, com 114 mil habitantes. O Ministério Público Estadual (MP) diagnosticou que concurso para cargos na Câmara de Vereadores foi adulterado. O presidente do Legislativo na época, Valdecir Rubbo (PTB), teria entregue para o Instituto de Desenvolvimento em Recursos Humanos Ltda (IDRH), responsável pela aplicação das provas, lista com nomes de candidatos que deveriam ser aprovados. Conforme a apuração, Rubbo teria pago R$ 5 mil pela aprovação de oito pessoas. O acerto teria sido feito em um posto de combustíveis. Os detalhes foram obtidos por meio de delação premiada do sócio da IDRH, o empresário Maicon Cristiano de Mello.

Disse que ele mesmo manipulou cartões-resposta das provas, aplicadas em 2014, que foram impressas novas grades e alteradas as marcações das questões. O empresário confirmou a fraude em depoimento ao promotor Alécio Nogueira:

Promotor: esse cartão, do dia 10 de janeiro, tu preencheste?

Mello: sim.

Promotor: tu preenchia, ninguém mais?

Mello: não. Sempre eu.

Promotor: a caneta que foi usada aqui não é a mesma que assinou?

Mello: eu pegava canetas aleatórias.

Promotor: tu fez contato com algum assessor jurídico da Câmara?

Mello: somente com o presidente. Sempre é específico com a pessoa responsável, nunca com outra pessoa.

O sócio da IDRH confirmou que, em alguns casos, a nota adulterada chegou a ser quase quatro vezes maior do que a original. Exemplo: uma candidata para o cargo de auxiliar administrativo alcançou 19,80 pontos na prova real. No cartão adulterado, saltou para 76,80 e passou para o 1º lugar do cargo.

Após as denúncias, Rubbo deixou a presidência da Câmara, em junho do ano passado. Sete pessoas que teriam sido aprovadas por meio da fraude foram afastadas dos postos.

Esquema do legislativo se repetiu no Executivo

Em 2015, ocorreu outro concurso, para a prefeitura de Bento Gonçalves, mas o esquema seria o mesmo da Câmara: manipulação de resultados pela IDRH. O secretário de Administração da época, Rafael Paludo, é apontado pelo MP como coordenador da fraude. Segundo a delação, pela aprovação de 14 pes-soas, Paludo teria entregue R$ 18 mil a Mello, também em um posto de combustíveis. O ex-secretário e outras cinco pessoas foram denunciados por organização criminosa, fraude em licitação e falsidade ideológica.

O sócio da empresa diz que Paludo pressionou: se não passassem os indicados, o concurso seria cancelado.

– Como já tinha acumulado dívida de R$ 50 mil pela aplicação dessas provas, paguei fiscais, tudo, acabei cedendo.

Em setembro de 2015, Paludo foi exonerado. O Grupo de Investigação da RBS (GDI) foi atrás dele, que continua no serviço público

– é concursado como oficial administrativo da Câmara de Vereadores desde janeiro de 2010, com salário de quase R$ 9 mil. Ele prefere não se manifestar.

Em 2016, a Justiça decidiu que todo o concurso deveria ser anulado. Mais de 20 professores e monitores, que não estavam envolvidos em fraude, foram exonerados porque todo o processo foi cancelado. As professoras Elisângela Fontoura e Solange Teifke, por exemplo, ainda guardam as provas do concurso e esperam até hoje resposta de por que perderam os cargos.

– A gente depositou a confiança no município e foi traída. Simplesmente, a gente foi traída – define Elisângela.

Solange completa:

– Fui condenada por coisa que não fiz.

Conforme investigações do MP, pelo menos 22 pessoas foram beneficiadas nas duas fraudes em Bento Gonçalves.

Seleções à prova

ITAPUCA

Parentes de gestor municipal confessam golpe para aprovação

Everson Dornelles

everson.dornelles@rbstv.com.br

Um concurso para servidores da prefeitura de Itapuca, no Vale do Caí, também teria sido objeto de fraudes praticadas pelo Instituto Gaúcho de Recursos Humanos Ltda (IGRH) – o mesmo Instituto de Desenvolvimento em Recursos Humanos Ltda (IDRH), que havia mudado de nome temporariamente. A investigação do Ministério Público Estadual (MP) apontou o nome de pelo menos 29 pessoas que estariam envolvidas em fraude de uma seleção realizado em 2012. Entre os suspeitos estão o prefeito reeleito do município, Marcos José Scorsatto (DEM) e a mulher dele, Adriane, que também é secretária de Assistência Social.

Adriane disse não saber porque seu nome está envolvido. Um primo do prefeito, Luciano Scorsatto, aprovado como auxiliar administrativo, se negou a falar a respeito. Ele está denunciado por fraude.

Sem saber que estavam sendo gravados pela reportagem, outros dois parentes do prefeito, Juliane Scorsatto Tomazi e Lusivan Scorsatto, confessaram ter sido aprovados por meio de fraude. Juliane admite ter pago R$ 3 mil para garantir vaga de agente administrativo, o equivalente a dois salários que viria a receber.

Lusivan, motorista da prefeitura, disse que pretende confirmar a fraude ao MP, desde que obtenha perdão judicial:

– O que pedimos para o promotor? Pedimos o perdão judicial. Vocês sabem que tava errado. Tchê, mas vamos fazer o que neste fim de mundo aqui, né? Sempre dissemos para o promotor: o dia que o senhor der o perdão judicial para nós, tudo o que nós souber nós falemo (sic).

O GDI da RBS tentou falar pessoalmente com o prefeito Marcos Scorsatto. Ficou esperando e ele não atendeu. A equipe voltou a Itapuca, tentou por telefone e também não conseguiu contato.

SÃO MARTINHO

Empresa não atende em endereço fixo

Fábio Almeida*

fábio.almeida@rbstv.com.br

No Noroeste, as apurações do Ministério Público Estadual (MP) também identificaram uma série de indícios que levaram à suspensão de um concurso público realizado em São Martinho, em fevereiro de 2016. Com a medida, o governo atual acabou impedido de fazer nomeações para os 15 cargos da seleção promovida pela gestão anterior, e determinou abertura de apuração que pode resultar na anulação definitiva do processo.

Uma ação civil pública aponta que candidatos teriam sido beneficiados, não teria havido banca examinadora, nem lacres nos envelopes que guardavam cartões de resposta. Haveria ainda diferença entre o que foi respondido nas provas e a pontuação de duas concorrentes. Além disso, chamou atenção a situação da empresa realizadora do concurso: a Legalle, de Santa Maria, hoje uma das principais bancas de concursos do Rio Grande do Sul.

Ela é responsável por centenas de provas em vários municípios, inclusive o maior certame de prefeitura do qual se tem notícia no Estado – o de Pelotas, ocorrido em fevereiro deste ano com 19,8 mil candidatos para 331 vagas.

O Grupo de Investigação da RBS (GDI) tentou contato com a Legalle. Não há telefones ou endereço no site. Nas localizações que constam em documentos oficiais, não foi encontrada a empresa. Foi obtido um telefone comercial, mas a atendente informou que não recebem ninguém:

Atendente da Legalle: aqui na empresa a gente não atende diretamente, tá? É tudo através de documentação, e-mail e telefone. Só caixa postal.

Repórter: não tem endereço físico?

Atendente: tem endereço fixo, só que a gente não atende em endereço fixo.

Os proprietários da Legalle são os mesmos donos do curso pré-vestibular Fóton, no centro de Santa Maria, que também prepara para concursos. Lá, uma atendente confirmou que havia escritório da Legalle no prédio, mas quando foi pedido para falar com alguém da empresa, ela explicou que eles só atendem por um chat no site. Para o promotor Mauro Recken, do MP de Santa Maria, a mesma organização realizar seleções e dar aulas preparatórias não configura crime.

– Não vejo ilegalidade de imediato, mas isso, sem dúvidas, é imoral. Porque dá ideia de direcionamento. Aqueles professores e técnicos que elaborarão as questões às quais serão submetidos os candidatos são os mesmos que estão ensinando a matéria em curso preparatório.

O GDI deixou telefones no Fóton, mas até ontem não havia retorno da Legalle.

* Colaboraram Tiago Guedes e Gabriel Garcia

PARAÍ

Vaga teria custado R$ 3 mil

Humberto Trezzi

humberto.trezzi@zerohora.com.br

Paraí poderia ser o diminutivo de paraíso. Encravada nas encostas da Serra, a cidade de 7,3 mil habitantes é rodeada de mata e paisagens de tirar o fôlego. Ou, no caso de uma aspirante a vaga de servidora na prefeitura, de tirar vantagem. O MP identificou na cidade indícios de fraude em 2014, investigada até hoje. A candidata teria procurado diretamente a empresa que organizava o concurso para comprar a aprovação mediante propina.

A acusada é Rúbia Regina Trecco. Ela teria subornado Maicon Mello, dono do IDRH, vencedor da licitação para organizar o

concurso da prefeitura de Paraí. A vaga de Rúbia como agente administrativa auxiliar teria sido garantida mediante pagamento de R$ 3 mil a Mello, feito por um intermediário.

Mello trocou o cartão de questões preenchidas por Rúbia na prova em fevereiro de 2014, conforme admitiu à Justiça, em colaboração premiada. Segundo o delator, ela fez a prova na sala 7 da Escola Municipal Mateus Dall'Pozzo. O cartão de respostas dela estava em um envelope, cuja aba foi cortada com estilete. A grade de respostas do cartão número 10927, pertencente à candidata, foi subs-tituí-da por outra com respostas corretas. Em seguida, o pacote foi fechado e colado com fita adesiva, a fim de dar aparência de que não havia sido violado, mantendo intactas as assinaturas de fechamento do envelope, detalha a denúncia feita pelo MP.

Justiça ignorou prova dos cartões trocados

Mello, então, encaminhou à prefeitura de Paraí o resultado da correção das provas, com o cartão-resposta já com as alterações, sem observar a real classificação dos candidatos.

Apesar da denúncia ter sido acompanhada de cópia dos dois cartões- resposta – o alterado e o verdadeiro –, a Justiça não aceitou o pedido de anulação do concurso. Rúbia continua funcionária do município. Mesmo assim, foi denunciada criminalmente e segue respondendo ao processo.

Ela foi localizada pelo Grupo de Investigações da RBS (GDI) no principal posto de saúde da cidade, onde atua na distribuição de remédios a moradores carentes. Questionada pela reportagem, rebateu:

– Não conheço esse Maicon (Mello, dono da IDRH). Desafio alguém a provar que comprei a vaga.

SÃO JORGE

Licitação combinada entre empresas por WhatsApp

Humberto Trezzi

humberto.trezzi@zerohora.com.br

São Jorge, na Serra, é outro no qual teriam ocorrido fraudes. O organizador da provas para a prefeitura, Maicon Cristiano de Mello, proprietário do Instituto Gaúcho de Recursos Humanos Ltda (IGRH) – o mesmo Instituto de Desenvolvimento em Recursos Humanos Ltda (IDRH), que havia mudado de nome temporariamente –, teria feito combinação prévia de resultados para que sua organização fosse escolhida no certame. O esquema foi detectado mediante interceptação de mensagens e telefonemas dos suspeitos.

Mello foi preso pelo MP com Ernesto Hattge Filho, dono de outra empresa organizadora de concursos, a Tallento. Ambos viraram delatores e detalharam os golpes dos quais participaram. Em São Jorge, a Energia Essencial, pertencente a Rodrigo Melo Ferreira, outro que foi preso, ganhou mediante pregão presencial o direito de promover as provas no município, mas houve acerto com o IGRH.

O GDI da RBS descobriu que o instituto não tem habilitação para a realização de concursos públicos, já que essa atividade não consta de seus contratos sociais.

Diálogo entre Ferreira e um interlocutor, interceptado pela Justiça, evidencia que ele já sabe quem vai ganhar:

Ferreira: tá aí, negão? Ganhamo mais uma hoje, tá.

Interlocutor: aonde?

Ferreira: ãnh... São Jorge.

Interlocutor: São Jorge? Ah, aquela! Tá.

Ferreira: é. E amanhã o Maicon (da IGRH) vai ganhar outra lá em Dois Lajeados lá.

Interlocutor: tá, mas São Jorge ganhou foi a Energia?

Ferreira: foi a Energia.

Interlocutor: aham, beleza.

As combinações para ganhar direito de organizar concursos, entre os quais o de São Jorge, também eram feitas por WhatsApp. Em meio à investigação, o MP obteve teve acesso a alguns desses diálogos. Confira um trecho:

Interlocutor: olá, Rodrigo, alguma novidade ? Financeira, PM (prefeitura municipal) de São Jorge, Alvorada ou de licitações?

Ferreira: bombeiros e São Jorge está com o Betto. São Jorge. Ganhamos quinta.

Interlocutor: beleza!!!

O MP também obteve mensagens do dono da Energia Essencial para acerto de resultados com Mello, do IGRH, enviadas por meio do aplicativo:

Mello: eh pra São Jorge vai estar ok aí com a Energia?

Ferreira: sim. É dia 20.

Mello: isso. Mas não se empolga muito, valor vai iniciar em uns 13 pila (R$ 13 mil).

Ferreira: pois é.

Mello: quando eu fui, valor inicial era alto, a tal da Una largou em 13 e foi parar em 8 (R$ 8 mil).

Ferreira: baixo.

Mello: São Jorge e Dois Lajeados eu consigo uns R$ 100 mil. Mas lá em São jorge vai sair a licitação, pode ter certeza disso.

Em delação para a Promotoria Especializada Criminal do MP, Mello, proprietário da IGRH (também IDRH) confirmou ter combinado os valores com o dono da Energia Essencial em pelo menos duas ocasiões:

Promotor Mauro Rockenbach: então, vocês ajustaram o valor de São Jorge?

Mello: fui com o meu valor, não sabia quantas (empresas) tinha lá. Quando cheguei lá, falei pra ele (Ferreira) “olha, tenho três orçamentos, vou entrar com o orçamento mais alto”.

Promotor: tu disse quanto era o orçamento?

Mello: sim. Falei quanto era o orçamento. Ele sabia quanto era o meu orçamento.

Promotor: ele poderia, perfeitamente, atrapalhar esse teu orçamento?

Mello: sim. Dei a informação para ele antes da disputa.

Promotor: então, tu emprestou cobertura para ele?

Mello: em São Jorge. E ele para mim, em Dois Lajeados.

JACUIZINHO

Crimes tiram vagas e sonhos de aprovados por mérito

Everson Dornelles

everson.dornelles@rbstv.com.br

Enquanto alguns se beneficiam de golpes articulados entre prefeituras e câmaras de vereadores e empresas organizadoras de concurso, outros têm o tempo de estudo e a tão sonhada vaga em carreira estável, conquistada por mérito, usurpados por fraudadores.

Foi o que aconteceu em 2014 com Palomara Brandt da Silva, em Jacuizinho, no noroeste do Estado. Aprovada em primeiro para o cargo de contador da prefeitura, ela nunca foi chamada. Em seu lugar, assumiu o segundo colocado, Carlos Henrique Heffler que, conforme o Ministério Público Estadual (MP), teve sua nota alterada de 64 para 72 pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos Ltda (IDRH).

– Talvez tenha sido erro da empresa lá no meu cartão, não sei. Mas nunca tive contato com ninguém de empresa nenhuma, nunca pedi a ninguém para me ajudar em nada – argumentou o servidor, ao ser ouvido pelo Grupo de Investigação da RBS (GDI).

A reportagem encontrou Palomara, que hoje trabalha em uma empresa em Cruz Alta:

– É frustrante, porque tu até perde o interesse. Vou ficar noites estudando, perder de estar com a minha família, de ter um final de semana de lazer para estudar e, simplesmente, vir alguém que vai passar na tua frente por que pagou, ou em troca de algum favor vai ficar no teu lugar. É ridículo, né!

Preso, o dono da IDRH, Maicon Mello, confirmou que candidatos foram aprovados mediante fraude, entre os quais pessoas ligadas ao prefeito reeleito de Jacuizinho, Volmir Capitânio (PDT). Em delação, Mello disse que o pedetista foi a uma cidade vizinha e entregou a ele lista com nomes de quem devia ser aprovado.

Primeira-dama e marido negam envolvimento

Em um dos computadores apreendidos na empresa, a mulher do prefeito, Dilene Marilize Neske, aparece com a nota 8 em português e nas demais questões, como legislação, não tinha respostas preenchidas. Mas na lista de aprovados, Dilene ficou em primeiro para o cargo de psicopedagoga, com nota 97.

Procurada, ela afirmou que jamais fraudaria concurso e que a divergência de notas deve ter sido um erro da IDRH.

A empresa ainda organizou provas para a Câmara de Vereadores, na quais o MP também detectou fraude. Foram denunciadas 18 pes-soas, entre as quais o Capitânio. Procurado, ele disse que pode ter sido vítima da oposição: alguém largou uma caixa com gabaritos na prefeitura, na intenção de culpá-lo.

03/05/2017 | Zero Hora | Notícias | 12

Planalto teme mudança de última hora na Previdência

PRESSIONADO POR SERVIDORES FEDERAIS, relator pode fazer algumas modificações no seu parecer sobre as novas regras para a aposentadoria

Sob pressão de diversas categorias, o relator da reforma da Previdência, Arthur Maia (PPS-BA), pode fazer alterações em seu texto até o momento da votação na comissão especial, marcada para a manhã de hoje. Uma possibilidade é os policiais legislativos serem

incluídos nas regras estabelecidas para os demais policiais tratados na proposta de emenda à Constituição (PEC).

Apesar da alegação de parlamentares de que as alterações seriam pontuais e de auxiliares do presidente Michel Temer considerarem o impacto mínimo, o governo não gostou nem um pouco de saber que as regras da reforma da Previdência ainda podem mudar.

O entendimento é de que a alteração para beneficiar os policiais legislativos abre brecha para outras categorias, como agentes penitenciários e fiscais da receita, que também querem mudanças.

Ontem à tarde, agentes penitenciários chegaram a ocupar o Ministério da Justiça em protesto contra a reforma. Segundo representantes dos sindicatos da categoria, os profissionais planejam permanecer no prédio pelo período de 10 dias.

Da forma como está a proposta, agentes penitenciários e policiais legislativos estão nas mesmas regras dos demais servidores públicos, que prevê idade mínima de 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres), além de tempo de contribuição de 25 anos. Essas categorias batalham, agora, para que sejam enquadrados na mesma regra dos policiais federais, que terão idade mínima de 55 anos.

PLANO É VOTAR NO PLENÁRIO EM JUNHO

Além disso, policiais federais também insistem para diminuir o critério de aposentadoria para mulheres. Pela proposta atual, a idade mínima está em 55 anos tanto para homens quanto para mulheres.

Questionado sobre a possibilidade de fazer alterações em seu parecer, Arthur Maia negou.

– Fica tudo como está. Não vai mudar nada. Nada – disse Maia.

Para evitar mais mudanças no relatório, o governo decidiu manter para hoje a votação do texto do relator na comissão especial. Ciente de que não tem os 308 votos necessários para aprovar a reforma no plenário, o governo avalia adiar a votação da proposta hoje.

Aprovado na comissão, o relatório só pode ser alterado por emendas em plenário. Por isso, a ideia do governo é aprovar o texto – aliados estimam ter 23 votos a favor na comissão – e esperar mais alguns dias para ter segurança de levá-lo ao plenário da Câmara. A expectativa do Planalto é ter 320 votos.

O governo acredita ser possível conseguir o total até a última semana de maio, possibilitando a votação na primeira semana de junho. Além do risco de mudanças no relatório, o Planalto avalia que, com o texto final definido, fica mais fácil conseguir votos adicionais para a proposta, já que parlamentares governistas ainda receiam a possibilidade de recuos nas flexibilizações defendidas até agora.

03/05/2017 | Zero Hora | Notícias | 13

Obra da nova ponte do Guaíba deve perder R$ 100 milhões

A construção da nova ponte do Guaíba deve perder R$ 100 milhões em investimentos neste ano. A queda no repasse pode ser confirmada ainda neste mês.

No orçamento deste ano estavam previstos R$ 229,5 milhões para o projeto. Porém, no fim de março, o governo federal anunciou corte de gastos, e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) precisou adequar o orçamento.

Dos R$ 8,9 bilhões previstos para a autarquia em todo o país neste ano, aproximadamente R$ 3 bilhões serão cortados.

Ontem, em entrevista ao Gaúcha Atualidade, da Rádio Gaúcha, o superintendente do Dnit no Rio Grande do Sul, Hiratan Pinheiro da Silva, falou sobre o impacto do corte na travessia:

– O que acontece de fato na ponte: reduz o ritmo de trabalho. Não vai alcançar seu máximo ritmo de trabalho mensal.

Os recursos atuais garantem o andamento da obra até junho. Já foram investidos cerca de R$ 350 milhões na construção da nova travessia e, até agora, 46,95% dos trabalhos foram finalizados. Para ser concluída, a obra precisa de aproximadamente R$ 550 milhões. Não há previsão de término dos serviços, que ainda dependem da remoção de famílias e da construção de mais de mil moradias.

O corte no orçamento do Dnit também deve impactar na conservação e manutenção de rodovias federais no Rio Grande do Sul. Dos R$ 356 milhões previstos para 2017, há a expectativa de que sejam repassados somente R$ 250 milhões. Assim, os recursos devem acabar em outubro.

Já para a duplicação da BR-290, entre Eldorado do Sul e Pantano Grande, não há previsão de repasse de verba. Alguns serviços estão sendo executados com dinheiro recebido em 2014 que não havia sido usado.

03/05/2017 | Zero Hora | Artigo | 29

Causas da crise fiscal dos Estados

DARCY FRANCISCO CARVALHO DOS SANTOS

Economista

darcyfcs@terra.com.br

Recentemente, concluí estudo que identificou quatro causas que levaram os Estados a esta crise fiscal sem precedentes, sendo duas estruturais e duas conjunturais. Nas primeiras, está a menor arrecadação do ICMS nos principais Estados e o crescimento excessivo da despesa previdenciária. As causas conjunturais são o aumento excessivo das despesas correntes, especialmente com pessoal, no período 2011-2014, e a recessão econômica.

No tocante ao ICMS, verificamos que, nos últimos 14 anos, a taxa média de crescimento dos Estados mais desenvolvidos foi bem menor do que a dos Estados menos desenvolvidos. Foram 3,7% no RS, 2,1% em SP e 1,5% no RJ, e 6,6% na média de seis Estados menores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nesses Estados, parte decorreu do maior crescimento do PIB, mas parte, da mudança estrutural das economias dos Estados maiores.

Outro problema estrutural foi o crescimento da despesa previdenciária, num ritmo superior a quase duas vezes o crescimento da receita, em média. Isso conduz a uma situação, impercebível no início, mas marcante no longo prazo. É como caminhar sobre a grama. Nos primeiros passos fica apenas uma leve marca, mas, com o passar dos anos, produz uma vala.

A primeira causa conjuntural foi a gastança generalizada no período 2011-2014, em que, dos 10 Estados de maior receita, em nove deles o aumento da folha de pagamento e outras despesas correntes (exceto juros) foi muito superior ao do crescimento da receita corrente líquida, que deveria ser o limite. O campeão foi o Estado do RJ, que, mesmo a receita decrescendo 5%, aumentou os gastos em 12%. Após, foi nosso Estado, cujo crescimento real da despesa corrente foi três vezes o da receita.

Por fim, mas não menos importante, foi a recessão econômica, com enormes reflexos sobre a arrecadação. Tomando- se os Estados como um todo, a receita corrente líquida de 2016 foi mais de 4% menor que a apurada em 2013, três anos antes.

Se os Estados não atentarem para essas mudanças estruturais e para a responsabilidade fiscal, o simples crescimento da economia não os tirará da crise.

03/05/2017 | Zero Hora | Sua vida | 33

Devedores podem ter CNH ou passaporte apreendidos

NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, em vigor desde 2016, abre precedente para intervenção no direito de ir e vir de processados em razão de dívida

Quem recebe o direito de indenização ou reembolso de dívida por meio de decisão judicial nem sempre tem garantido que o valor devido será depositado na conta imediatamente. Ainda que os bens do devedor possam ser penhorados ou ele possa ficar com o nome sujo na praça por meio do Cadastro Nacional de Inadimplentes, o cumprimento da decisão pode se arrastar por anos. Com objetivo de acelerar o processo, magistrados e defensores encontraram em um artigo do novo Código de Processo Civil (CPC), que entrou em vigor em 2016, uma opção mais ousada de obrigar o réu a quitar a dívida: apreender a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou o passaporte.

Ainda são raros os casos em que a Justiça adotou essa medida, que gera polêmica. O artigo citado como fundamento pelas decisões judiciais é o 139. O inciso IV permite ao juiz "determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial".

PELO MENOS DOIS CASOS NO ESTADO

No Rio Grande do Sul, existem pelo menos dois casos em que uma das partes pediu a suspensão do documento do devedor. Em um deles, um gaúcho do Vale do Caí teve a Carteira Nacional de Habilitação suspensa por não ter pago pensão alimentícia. Segundo apuração do site Jota, especializado em notícias jurídicas, o desembargador que foi relator do caso considerou que a medida não feria o direito de ir e vir do réu, pois entendeu que ele poderia se deslocar a pé, de carona ou de transporte público. Zero Hora entrou em contato com o advogado do réu, mas ele não quis falar sobre o caso, que está em segredo de Justiça.

Na segunda situação, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS) entendeu como exagerada a suspensão da CNH e do passaporte solicitada pela defesa de uma concessionária de veículos de Pelotas que exigia o pagamento de R$ 164 por serviços prestados a uma pessoa física. Com o pagamento das custas processuais, o réu foi condenado a pagar mais de R$ 1 mil. Como a defesa não teve respaldo do juiz que julgou o processo, entrou com recurso em segunda instância. Os três desembargadores que julgaram o recurso foram unânimes em desconsiderar o pedido da defesa e manter a decisão do juiz. "Tenho que a medida propugnada mostra-se inadequada e, por ora, um tanto temerária. É que, no atual panorama, ainda caminha- se para o fortalecimento dos debates, ainda muito elementares, acerca da delimitação do Novo Código de Processo Civil, não estando sua abrangência suficientemente aclarada e, muito menos, sedimentada por respeitável corpo doutrinário, o que dá margem ao arbítrio e a entendimentos levianos que o bom julgador deve a todo custo evitar", descreve a decisão de outubro do ano passado.

– Aqui no Rio Grande do Sul, já começam a surgir pedidos dessa natureza. Eu diria que essa apreensão é uma medida tão excepcional que só merece acolhimento em situações raríssimas. É uma medida coercitiva atípica. Existem outros meios de buscar ressarcimento, como a penhora e o bloqueio de crédito – avalia o desembargador Voltaire de Lima Moraes, relator do recurso.

Especialistas divergem sobre adoção de medida

Na avaliação do advogado Luiz Carlos Levenzon, coordenador da Comissão no Conselho Federal que acompanhou a elaboração do novo CPC, a lei determina que a sentença seja sobre os bens – e não sobre a pessoa do devedor. Segundo o especialista, o dispositivo do novo código não esclarece os casos em que deve ser aplicado e entra em conflito com a Constituição Federal, que preserva o direito de ir e vir.

– No meu pensamento, (o artigo) não possibilita esse tipo de determinação judicial. É transformar a cobrança que deve reincidir sobre os bens para atingir a pessoa do devedor. Se eu quero viajar para o estrangeiro e não tenho condenação criminal, a Justiça não deveria impedir. Outra coisa é de onde eu tirei o dinheiro para a viagem. Esse dinheiro, sim, pode ser questionado, não o direito de ir e vir – defende Levenzon.

Já o desembargador Marcos Alaor, do Tribunal de Justiça de Rondônia, que coordenou a Comissão de Estudos para o Novo CPC da Associação de Magistrados do Brasil (AMB), entende que o artigo 139 traz de forma mais explícita os tipos de medida que o magistrado pode tomar para efetivar o cumprimento da pena.

– No Brasil, existe a sensação do ganha, mas não leva. Na realidade, os magistrados estão cuidando para tornar a jurisdição eficaz –

argumenta o desembargador.

Alaor destaca que eventuais excessos podem ser corrigidos por meio de recursos processuais. Foi o que aconteceu em um processo em São Paulo. No caso, que foi citado em reportagem do site Jota, a dona de um estabelecimento foi condenada a pagar indenização a um homem agredido por seguranças do local. A decisão também determinava a apreensão do passaporte. Só que o TJ-SP entendeu que a suspensão do documento feria o direito de ir e vir da devedora e reverteu a decisão.

– Acho que o novo CPC possibilita experimentações. Você precisa ir trabalhando ele. É uma legislação nova que precisa ser experimentada nas esferas nas quais ainda não foi – concluiu.

03/05/2017 | Zero Hora | Sua vida | 33

Saiba o que fazer se você perdeu o prazo de entrega

Os trabalhadores que não declararam o Imposto de Renda 2017 até a última sexta-feira passada já estão sujeitos a multa pela falta de pontualidade. A orientação da Receita Federal é que se faça a prestação de contas o quanto antes para, além disso, não se ter pendências no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

Neste ano, não é necessário baixar um novo programa ou aplicativo para enviar a declaração atrasada. Quem já tem a ferramenta no computador terá apenas uma atualização automática quando for iniciá-la. Os atrasados terão de preparar o bolso para uma multa mínima de R$ 165,74. Além dessa taxa, para quem tem imposto a pagar, há acréscimo de 1% sobre o valor a ser pago a cada mês de atraso. O valor total pode alcançar até 20% do imposto devido.

Depois de enviar a declaração, o contribuinte será informado sobre o prazo para quitar a multa por meio da "Notificação de lançamento da multa". O pagamento deve ser feito em até 30 dias após a entrega, pelo Documento de Arrecadações de Receitas Federais (Darf).

Para emitir o documento, é necessário clicar no item "Darf de multa por Entrega em Atraso", na aba "Imprimir" do programa gerador da declaração. Se a multa não for quitada até o vencimento, haverá incidência de juros com base na taxa Selic. E as declarações com direito a restituição terão esse valor descontado caso a multa não seja paga.

Quem não der bola para o acerto com as contas poderá ficar com o CPF pendente. Isso significa não poder fazer empréstimos, obter certidão negativa para venda ou aluguel de imóvel, tirar passaporte e até mesmo prestar concursos públicos. De acordo com a Receita, a expectativa foi atingida em 2017. No Rio Grande do Sul, foram recebidas 2.008.451 declarações. A expectativa para o Estado era receber em torno de 2 milhões de declarações.

O PASSO A PASSO DOS ATRASADOS

BAIXE O PROGRAMA
-O programa é o mesmo já disponível no site da Receita Federal.
-Quem já havia baixado o programa terá atualização automática.
-Nos apps, o caminho é o mesmo.

VALOR DA MULTA
-Atrasados terão de pagar taxa de, no mínimo, R$ 165,74. Mesmo quem não tinha imposto a pagar.
-Além dessa taxa, para quem tem imposto a pagar, há multa de 1% sobre o valor a cada mês de atraso.
-O valor pode alcançar o máximo de 20% sobre o imposto devido.

LANÇAMENTO DA MULTA
-Assim que transmitir a declaração, o contribuinte receberá a Notificação de Lançamento da multa.
-Essa notificação pode ser impressa por meio do programa da declaração, na opção Declaração/Imprimir/Recibo ou pelo PDF salvo em Declaração/Salvar Imagem em PDF/Recibo.

-Em sequência, são impressos o recibo, a Notificação de Lançamento e o Documento de Arrecadações de Receitas Federais (Darf) da multa.
-A segunda via da Notificação de Lançamento da multa pode ser obtida no Extrato da Declaração do Imposto sobre a Renda Pessoa Física (Dirpf).

PAGAMENTO
-No programa, vá em Declaração/Imprimir/Darf de Multa por Entrega em Atraso.
-Se preferir, salve PDF em Declaração/Salvar Imagem em PDF/Darf de Multa por Entrega em Atraso.
-O contribuinte tem 30 dias, a partir da entrega em atraso, para efetuar o pagamento.
-Se a multa não for paga até o vencimento, haverá juros de mora (com base na taxa Selic).
-Nesse caso, é possível emitir o Darf atualizado, utilizando o Pesquisa de Situação Fiscal.

DIREITO À RESTITUIÇÃO
-Para as declarações com direito a restituição, caso a multa não seja paga dentro do vencimento, haverá dedução do valor a ser restituído, com os acréscimos legais.

CONTESTAÇÃO DOS VALORES
-Caso o contribuinte não concorde com o valor da multa, poderá contestá-lo no prazo de 30 dias, a partir do recebimento da notificação.
-Isso terá de ser feito em petição dirigida ao delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, sendo protocolado em uma unidade da Receita Federal mais próxima.